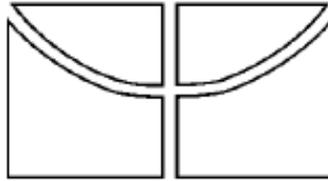


UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Narrativas jornalísticas em quadrinhos:
Representações de identidade palestina em Joe Sacco

Vinícius Pedreira Barbosa da Silva

Brasília
2017



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Vinícius Pedreira Barbosa da Silva

Narrativas jornalísticas em quadrinhos:
Representações de identidade palestina em Joe Sacco

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação Social pela linha de pesquisa Jornalismo e Sociedade.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Célia Maria dos Santos Ladeira Mota

Brasília
2017

Banca examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Célia Ladeira Mota — Orientadora
Universidade de Brasília (FAC/UnB)

Prof^ª. Dr^ª. Liziane Soares Guazina
Universidade de Brasília (FAC/UnB)

Prof^ª Dr^ª. Cintia Carla Moreira Schwantes
Universidade de Brasília (IL/UnB)

Prof^ª. Dr^ª Maria Jandyra Cavalcanti Cunha
Universidade de Brasília (FAC/UnB)

Agradecimentos

Obrigado aos meus pais, Flávia e Fred, por sempre acreditarem em mim e darem todo o suporte em tudo que precisei, inclusive nos meus desesperos. À minha família, que entendeu meu sumiço de forma divertida e atenciosa. À Vanessa Arcoverde, por querer dividir seus momentos especiais da vida comigo e ser uma das pessoas mais inteligentes e compreensivas que conheço (mas é melhor não forçar muito, senão já viu).

Aos meus amigo(a)s que, embora nem sempre entendessem minha ausência dos encontros, respeitaram e se preocuparam. Estou de volta, então vamos compensar tudo, ein?

Agradeço a presença constante da minha orientadora, Célia Ladeira Mota, que me guiou com muita cumplicidade, apoio e confiança, entre tantos cafezinhos nessa jornada.

A todos os professores que participaram da minha jornada, principalmente do PPG/FAC, que contribuíram na construção deste trabalho e, em especial, à professora Dione Oliveira Moura, sempre por perto, me acompanhando desde a graduação.

À banca examinadora, pelo aceite do convite e leitura atenciosa do trabalho para podermos trocar muitas ideias agora e futuramente.

À CAPES, pelo apoio financeiro indispensável para a conclusão desta dissertação.

Resumo

Esta pesquisa discute quais são as representações de identidade palestina/palestinidade nas obras de jornalismo em quadrinhos de Joe Sacco, *Palestina* (2011) e *Notas sobre Gaza* (2010). Sem intenção de homogeneizar o que é ser palestino, analisamos o *corpus* por meio de uma abordagem narratológica sobre como as narrativas de uma nação (BHABHA, 1990), seus elementos culturais, as experiências de vida dos palestinos e percepções do próprio narrador-personagem sobre elas são representadas e significam. Para tanto, foram elaboradas dominantes temáticas sobre identidade palestina verificadas nas produções, a saber: alteridade; trauma e ressentimento; família; resistência; costumes; fronteiras; e gênero. Tendo como base metodológica a Análise Crítica da Narrativa (MOTTA, 2013) e o Sistema dos Quadrinhos (GROENSTEEN, 2015), trabalhamos tais temas conjuntamente a categorias gerais de análise da narrativa – conflito, narrador e personagem – acerca das questões de palestinidade. E, por meio de concepções teóricas dos estudos culturais, adentramos na questão de representações, identidade e diferença. Todos estes elementos, portanto, foram estudados à luz de dados históricos do conflito israelo-palestino e do desenvolvimento dos quadrinhos para o melhor entendimento contextual e estético na materialização dos testemunhos trazidos pelo jornalismo em quadrinhos de Sacco. Dessa forma, ao compartilharmos das aproximações entre quadrinhos, jornalismo e documentário, questões da dor e trauma, apresentamos a discussão de uma política de representação de alteridade.

Palavras-chave: Jornalismo; quadrinhos; Palestina; identidade; estudos culturais; representações;

Abstract

This research aims to discuss what are the representations of Palestinian Identity/Palestinianess at Joe Sacco's comics journalism, *Palestine* (2010) and *Footnotes in Gaza* (2010). With no intention to homogenize what is to be Palestinian, we analyze the *corpus* through a narratological approach about how the narratives of a nation (BHABHA, 1990), its cultural elements, the Palestinians' life experiences as well as those views from the narrator about them are presented and signify. Thus, we elaborated thematic issues about Palestinian Identity verified at these productions, as follows: otherness; trauma and resentment; family, resistance; habits; borders; and gender. As methodological basis, we used the Critical Analysis of Narrative (MOTTA, 2013) and System of Comics (GROENSTEEN, 2015) together with these thematics and general narrative categories of analysis – conflict, narrator and character – about Palestinianess. In addition, through theoretical framework from cultural studies, we argue about representations, identity and difference. All these elements, therefore, work alongside historical information about the Israeli-Palestinian conflict and comics' development for the better contextual understanding and aesthetics for the materialization of witnessing brought by Joe Sacco's comics journalism. In this sense, while we share approximations between comics, journalism and documentary, questions of trauma and pain, we present a discussion about a politics of representation of the otherness.

Keywords: Journalism; comics; Palestine; Identity; cultural studies; representations;

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	02
INTRODUÇÃO	04
1. Quadrinhos e Jornalismo	09
1.1. <i>Syndicates</i>	11
1.2. <i>Comic book</i>	12
1.3. Quadrinhos de não-ficção	21
1.4. Quem é Joe Sacco?	27
2. Raízes do conflito Israel-Palestina	32
2.1. Sionismo	36
2.2. Fim do Império Otomano e início do Mandato Britânico	42
2.3. <i>A nakba</i>	52
2.4. Anos perdidos e reemergência do nacionalismo palestino	58
2.5. Guerra dos Seis Dias	62
2.6. Reconhecimento da OLP	65
2.7. Intifadas e Acordos de Oslo	67
3. Cultura, Representação, Narrativas e Identidade	73
3.1. A virada cultural e os estudos culturais	77
3.2. Identidade e diferença	81
3.3. Narrativas de uma nação	86
3.4. Trauma e Ressentimento	91
4. Metodologia	94
4.1. Análise Crítica da Narrativa	98
4.2. Os quadrinhos como sistema	101
5. Desenho como evidência	104
5.1. A estética dos rostos	108
5.2. <i>Sumud e nakba</i>	120
5.3. A questão das oliveiras	129
5.4. Fronteiras e postos de verificação	135

5.5. Carteiras de identidade e a prisão _____	148
5.6. O martírio e manifestações como significantes de identidade palestina _____	155
5.7. Famílias _____	164
5.8. <i>Keffiyeh e hijab</i> _____	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	192

Apresentação

O meu interesse pela temática surgiu desde meados da graduação – por volta de 2009, quando comecei a desenvolver possíveis projetos de conclusão do curso de Comunicação, habilitação em Jornalismo, pela Universidade de Brasília. Entre os temas que estava pensando, sempre me interessavam questões sobre como diferentes formas de produção informativa podem nos ajudar a entender contextos complexos e culturais, ainda que não façamos parte direta desses mundos.

Por sempre ter sido leitor de quadrinhos (tanto ocidentais como orientais – em especial, os japoneses *mangás*), eu flertava com a possibilidade de trabalhar fatores ideológicos e históricos que determinadas produções (tiras, charges ou revistas em quadrinhos) constroem, em especial em ambientes ditatoriais na América Latina. A quantidade de estudos com esse enfoque me chamou atenção para a crescente importância dos estudos da linguagem quadrinística e sua variedade na academia, originada por uma legitimação cada vez maior dos quadrinhos como objeto de estudo ao longo dos anos.

Quando, finalmente, decidi trabalhar com a linguagem do jornalismo em quadrinhos, contudo, percebi que as abordagens acadêmicas brasileiras ainda eram dispersas acerca do assunto e produzi um trabalho mais amplo sobre a relação entre jornalismo e quadrinhos, chegando a entrevistar tanto pessoas com experiências na produção de reportagens em quadrinhos como aquelas que vinham refletindo sobre este fazer jornalístico.

Apesar disso, não cheguei a discorrer sobre a obra de Joe Sacco de forma mais incisiva, embora ele seja um dos principais nomes a produzir neste tipo de formato. Após maiores leituras de pesquisas sobre o trabalho do autor, algo me chamava a atenção: pouco se falava da capacidade de representações culturais que o jornalismo em quadrinhos podia trazer. O mais comum era uma constante tentativa de afirmar e reafirmar a legitimidade informativa do jornalismo em quadrinhos ou enveredar por discussões sobre gêneros jornalísticos (inclusive, parte das minhas considerações do trabalho final de curso).

Ainda que eu não seja palestino ou israelense, comecei a me interessar por este confronto geopolítico e a questão das alteridades em conflito, querendo me

aprofundar mais sobre este complexo tema e os significados do dia a dia dos Territórios Ocupados apresentado por Sacco. Este interesse sobre a ocupação aumentou quando, ao trabalhar na Editoria de Mundo do jornal Correio Braziliense, entrei em contato com uma brasileira que morava na região após ter se casado com um palestino, de modo que ela me relatou ser perigoso meu telefonema no horário local deles, pois estavam no meio de um toque de recolher após confrontos naquele dia. Esse simples fato cotidiano e a possibilidade de poder ter atrapalhado aquela família com alguma situação de retaliação, em um contexto longe da realidade brasileira, me inquietou.

Pouco depois, em 2014, com o aumento da violência entre ambas as partes – causando diversos bombardeios e demolições de residências, tendo como consequência milhares de feridos –, decidi ingressar no mestrado para estudar estes fatores. A decisão final ocorreu após cursar disciplina no PPG-FAC sobre estudos culturais voltada para o pensamento de Stuart Hall – sob tutela das professoras Liziane Guazina e Fernanda Martinelli – e ler o artigo de opinião *Palestina* (publicado em 6 de julho de 2014), no jornal *Folha de São Paulo*, de autoria do ministro aposentado do Superior Tribunal Militar Flávio da Cunha Bienrrebach.

Nele, o autor afirma categoricamente que “não existe povo palestino” – rememorando lemas sionistas. No dia seguinte, em resposta a este texto, o editor da *Carta Capital*, José Antonio Lima, publica o artigo *Palestinos existem, sim* (divulgado no dia 7 de julho de 2014), no qual refuta a visão de não existência de um povo palestino e as consequências, políticas e humanas, dessa negação.

Portanto, junto ao interesse sobre narrativas de alteridade no jornalismo, fortaleci a minha percepção acerca da possibilidade da profícua discussão de identidade trazida com os estudos culturais como elemento a ser desenvolvido na obra de Joe Sacco, a partir de narrativas tanto de invisibilidade como de visibilidade produzida sobre e por uma nação que precisa estar sempre se reafirmando como palestina, como forma de continuar a lutar por suas demandas políticas dentro de um conflito de longa duração, contra o apagamento de sua existência. O resultado dessas inquietações é a presente dissertação.

Introdução

Por meio das narrativas, prática comum a todos os humanos, somos capazes de nos expressar e nos fazer entender. Mas quais são os limites e potencialidades de podermos contar uma boa história? Parece uma questão simples de ser respondida: infinitas. Portanto, estudar a linguagem e seus sentidos é justamente procurar entender como determinados mecanismos funcionam com seus contextos expressivos de significação, suas brechas e deslizamentos.

Em uma época de intolerância, crise de refugiados e conservadorismo crescente, buscar novas formas de dizer sobre o outro de modo mais dialógico e construtivo é algo necessário. E, diante de um dos conflitos mais longos da história recente da humanidade, o israelo-palestino, ficamos de frente a um espectro repleto de narrativas e contranarrativas excludentes, contraditórias, de desentendimentos e silenciamentos. A distância dos eventos nos vela ainda mais os acontecimentos – relatados em meia dúzia de palavras, por ‘mais um incidente’, ‘outro atentado’, ‘hostilidades’, ‘terrorismo’ etc.

Com a possibilidade de trabalhar em conjunto o jornalismo e os quadrinhos, portanto, essas representações são distendidas por meio da narrativa em imagens na apresentação dos contextos esquecidos pelo ‘tempo real’ jornalístico da grande mídia. Portanto, essa é uma das virtudes que enxergamos na obra de Joe Sacco acerca da questão da Palestina: somos colocados próximos ao cotidiano dos palestinos e suas experiências de vida.

A partir disso, nossa pergunta de pesquisa foi elaborada da seguinte forma: quais são as representações de identidade palestina em Joe Sacco? Dessa maneira, não queremos dizer que exista uma identidade homogeneizada, mas variadas experiências de ser palestino e de se perceber coletivamente como tal, a partir de construções narrativas de uma nação, algumas delas podendo ser apreendidas pelo nosso *corpus* – os livros *Palestina* (2011) e *Notas sobre Gaza* (2010).

Dessa forma, nosso objetivo geral é entender de que maneira o fazer jornalístico de Sacco nos confronta com a alteridade e idiosincrasias, vendo o outro como outro, mas interagindo nessa diferença, de modo a representar elementos de identidade palestina. A partir disso, então, este trabalho traz tanto o jornalismo como os quadrinhos como linguagens autônomas que, ao trabalharem juntas, fazem surgir

significados e saberes sobre o outro por meio das suas narrativas.

Estes fatores nos levam aos objetivos específicos: verificar as estratégias narrativas (visuais e textuais) na materialização dos testemunhos coletados e identificar as possibilidades de trazer visibilidades, representando nuances do conflito entre palestinos e israelenses. É importante lembrar que a relação entre jornalismo e quadrinhos tem variados níveis. Segundo Augusto Paim (2011), pode-se fazer uma diferenciação – para que não ocorram equívocos – sobre os seguintes termos: jornalismo *em* quadrinhos e *de* quadrinhos.

O primeiro termo evoca, essencialmente, a narrativa das linguagens jornalística e quadrinística juntas. É obra baseada em processos jornalísticos de apuração para apresentação de informações no formato em quadrinhos. Sobre o jornalismo *de* quadrinhos, pode-se dizer que é aquele especializado em discutir sobre a linguagem e produções na área dos quadrinhos – sendo algo mais amplo. É possível acrescentar o jornalismo *com* quadrinhos – adaptações de reportagens que não foram especificamente pensadas para esse meio, como o uso de quadrinhos em infográficos, isto é, quando utilizam-se alguns dos recursos quadrinísticos para dinamizar as produções informativas.

De forma similar, Paulo Ramos (2016) afirma que podem existir até quatro pontos de diálogo entre o jornalismo e os quadrinhos, os quais são articulados da seguinte maneira: 1) jornalismo *em* quadrinhos – são as ocorrências nas quais os gêneros utilizados pela imprensa (reportagem, entrevista etc.) são produzidos na forma de história em quadrinhos; 2) jornalismo *com* quadrinhos – apropriação da linguagem dos quadrinhos para produzir infográficos, artes, entre outros; 3) quadrinhos *com* jornalismo – narrativas que utilizem as características do profissional de imprensa para dar sequência às histórias (exemplos de *Homem-Aranha*, *Super-Homem*, *Tintin*, entre outros, nos quais os personagens principais são jornalistas ou fotojornalistas); e 4) jornalismo *sobre* quadrinhos – aquele especializado sobre resenhas e notícias das produções quadrinísticas.

Outros autores, como Felipe Muanis (2013), propõem uma ampliação do conceito de quadrinho jornalístico para o de quadrinho documental. Para ele, os quadrinhos autorreferentes dialogam melhor com questões do cinema documentário, tanto por serem narrativas visuais como por estratégias de produção. Segundo o

pesquisador, tais produções distanciam-se dos quadrinhos com viés fantástico e se aproximam de uma faceta mais realista e documental, utilizando o preto e branco, além de enquadramentos muitas vezes mais simples para fortalecer a relação dos espaços com o narrador-personagem, questões similares a alguns cineastas documentaristas.

Feitas essas variadas apresentações de possíveis nomenclaturas, então, percebemos uma profícua relação entre quadrinhos e jornalismo na elaboração de narrativas. Contudo, para a presente pesquisa, o que mais nos interessa não é a discussão de terminologias e suas consequências, mas a capacidade das duas linguagens unirem-se no intuito de ampliar modelos representativos de experiências vividas, permitindo a apresentação de culturas, sentimentos, histórias de vida, temas complexos da contemporaneidade etc. E, dessa forma, retomar a tradição de “desenhar para contar” (CHUTE, 2016).

Segundo Hillary Chute, esta características dos desenhos diz respeito à sua capacidade de também servir como testemunhos, antes mesmo do surgimento de técnicas fotográficas ou audiovisuais. Assim, é possível lembrarmos trabalhos como: Francisco Goya – *Los desastres de la Guerra* – sobre a Guerra de Independência da Espanha (SONTAG, 2003; CHUTE, 2016), produzida em 1810; Constantin Guys e seus relatos acerca da Guerra da Crimeia (1853-1856) para o jornal *The Illustrated London News* (DUTRA, 2003b; CHUTE, 2016); informativos gráfico-sequenciais do jornal nova-iorquino *The National Police Gazette* (DUTRA, 2003a; 2003b); e, no âmbito brasileiro, as reportagens em quadrinhos de Ângelo Agostini por volta dos anos 1860 (DUTRA, 2003b).

Nesse sentido, feitas as devidas ressalvas e diferenciações, continuaremos utilizando a expressão jornalismo em quadrinhos – por causa da consagração do termo acerca do trabalho de Joe Sacco – durante nosso percurso. Inclusive, este autor é considerado o primeiro a usar o termo *comics journalism* (jornalismo em quadrinhos), mas é importante lembrar que existem diferentes experimentações deste tipo de narrativa e a obra dele é uma das maneiras de serem realizadas¹.

¹ Podemos citar exemplos como Dan Archer, Dan Goldman, Jessica Abel, Peter Bagge, Sid Jacobson, Ernie Colon, Joel Andreas, entre outros. Já no Brasil, Paulo Ramos (2012), lembra experiências como a reportagem em quadrinhos sobre o Festival Internacional de Quadrinhos de Angoulême, na França, produzida pelo jornalista Diogo Bercito; e o relato da trajetória dos quadrinhos paraibanos, compilado

Para tanto, esta dissertação está dividida da seguinte maneira: no capítulo um, *Quadrinhos e Jornalismo*, tratamos da evolução do contexto mercadológico dos jornais norte-americanos no final do século XIX e início do XX, com o consequente desenvolvimento temático e estético dos quadrinhos nestes suportes – e, depois, como revistas independentes da imprensa noticiosa.

O enfoque nos quadrinhos norte-americanos deu-se devido ao fato de ter sido neste contexto norte-americano que a obra jornalística de Joe Sacco surgiu. No entanto, por ser uma arte global, tendo aparecido em diversas regiões, buscamos relacionar tendências e influências estéticas dos quadrinhos, de modo a perceber fatores que possibilitaram um melhor grau de aceitação de temas mais realistas e ‘sérios’ das obras, inclusive os quadrinhos de não-ficção (históricos, jornalísticos, autobiográficos, memórias etc.).

Já a segunda parte do trabalho, *Raízes do conflito Israel-Palestina*, situa historicamente como vem se desenvolvendo os confrontos entre palestinos e israelenses e a necessidade de afirmação constante de identidade palestina frente às políticas de apagamento de um poder de viés colonial. Ao contrário do senso comum, este não é um problema bíblico, mas recente, originário do final do século XIX e início do XX.

Seguindo com o capítulo três, *Cultura, Representação, Narrativas e Identidade*, trabalhamos com reflexões teóricas dos estudos culturais acerca da importância dos conceitos, apresentados no título, na construção de identidades, enquanto no capítulo quatro, *Metodologia*, discorremos um pouco mais sobre a seleção do nosso *corpus* e a forma de análise que será realizada por meio da Análise Crítica da Narrativa (MOTTA, 2013) e do Sistema dos Quadrinhos (GROENSTEEN, 2015) – junto à apresentação das suas possibilidades analíticas e temáticas.

Por fim, no capítulo cinco, *Desenho como evidência*, entramos nas análises propriamente ditas, aprofundando discussões prévias e dissecando escolhas estéticas, éticas, questões de representação nas narrativas imagéticas e procurando entender os

em *Riscos no Tempo – 40 anos de Histórias em Quadrinhos na Paraíba*, pelo repórter Audaci Junior. Também podemos citar matérias de Augusto Paim, como *Inside the favelas*, reproduzidas no site de charges e quadrinhos *Cartoonmovement* (local no qual frequentemente publica-se este tipo de narrativa). Na Alemanha, por sua vez, já existe curso específico para pensar a linguagem e produção do jornalismo em quadrinhos, oferecido pelo *Melton Prior Institute – for reportage drawing & printing culture* (Disponível em: <<http://www.meltonpriorinstitut.org/>>. Acessado em: 5 novembro de 2016).

significados de variados elementos culturais na afirmação e valorização de identidade palestina.

Capítulo 1 – Quadrinhos e Jornalismo

Pela variedade de gêneros, estilos e técnicas na produção quadrinística é difícil encontrar alguma conceituação unânime do que sejam quadrinhos. Autores como Thierry Groensteen (2015), inclusive, chegam a dizer que alguma definição é inencontrável. A dificuldade em conceituar os quadrinhos vem justamente do fato dos seus elementos constitutivos não serem obrigatórios em todas as suas abordagens, mas é consenso que a presença da narrativa é ponto essencial. Ainda que haja divergências das suas origens, duas tendências são frequentemente apontadas nos estudos dos quadrinhos.

Por anteciparem alguns elementos quadrinísticos, a primeira delas baseia-se na sofisticação sequencial da narrativa de histórias com imagens vindas da arte a partir do ilustrador inglês William Hogarth (1697-1764), da “literatura em estampas” do suíço Rodolph Töpffer² (1799-1846) e do trabalho do pintor alemão Wilhelm Busch (1832-1908)³; na outra concepção, ligada ao surgimento da imprensa, está o aparecimento de *The Yellow Kid* (O Garoto Amarelo) – o menino travesso Mickey Dugan –, de Richard F. Outcault, publicado no jornal americano *New York World* em 1895⁴.

² Ele foi o responsável pelo primeiro emprego de caricaturas e requadros (molduras dos quadrinhos), aliados com a combinação complementar entre palavras e figuras, o que deu outra dimensão na relação entre ilustrações e textos.

³ Álvaro de Moya (1986) cita a obra *Max und Moritz* (1865) – traduzida no Brasil como *Juca e Chico*, por Olavo Bilac – e a influência dela nas histórias de travessuras de crianças, como a posterior *Os Sobrinhos do Capitão*, de Rudolph Dirks, em 1897 – que é produzida até hoje.

⁴ Um dos primeiros a introduzir os balões dos quadrinhos. No contexto brasileiro, em 1869, na revista *Vida Fluminense*, o artista italiano radicado no país, Ângelo Agostini (1843-1910), publica os primeiros capítulos de *As aventuras de Nhô-Quim*, em 30 de janeiro. O autor é considerado por especialistas como precursor dos primeiros quadrinhos brasileiros e em homenagem à data de lançamento da sua obra é, hoje, comemorado o Dia do Quadrinho Nacional.

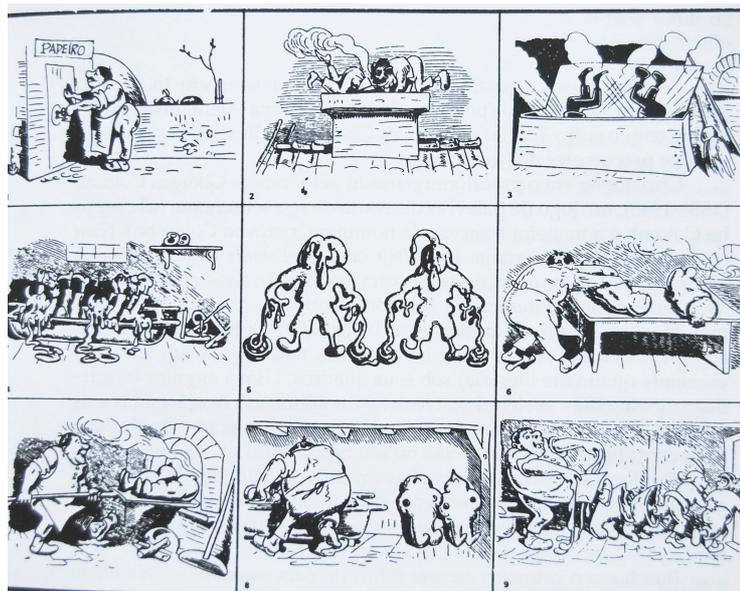


Figura 01 - *Max und Moritz*, 1865. Fonte: MOYA, Álvaro de. **História das histórias em quadrinhos**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.15.

The Yellow Kid surgiu a partir da disputa comercial entre os grandes proprietários de jornais dos EUA, Joseph Pulitzer e William Hearst, que, para conquistar um público maior, de modo a atrair imigrantes e a população semialfabetizada, criaram os suplementos dominicais, que continham narrativas pictográficas. O personagem circulou nos dois jornais e foi o responsável pelo termo “jornalismo amarelo” – devido à cor amarela do seu camisolão –, isto é, o chamado jornalismo sensacionalista, marca de ambas publicações.

O pesquisador Santiago García (2012) lembra, entretanto, que, apesar do reconhecimento da importância de Outcault e de outros artistas da imprensa dominical norte-americana, nomes como A.B. Frost ou F.M. Howarth devem ser vistos como fundamentais para o desenvolvimento da arte quadrinística nos Estados Unidos da América. Frost (1851-1928) foi pintor e ilustrador e, ao ser contemporâneo do início da imagem em movimento, consegue, em sua obra, refletir a passagem do tempo através da representação imagética, de forma que

[...] a arte que Frost pratica é hoje reconhecida como quadrinhos, mas na sua época ainda não tinha esse nome, tampouco regras definidas, situando-se na encruzilhada da imagem múltipla e sequencial da qual sairão também o cinema e a animação (GARCÍA, 2012, p. 63).

Já Howarth (1864-1908), influenciado por Busch, acrescenta a relação entre as tiras cômicas norte-americanas e o ambiente de seus temas – lugares urbanos e interações entre vizinhos. O diálogo do requadro e arquitetura são frequentes – inspiração, inclusive, para algumas obras, tal como a produção de Chris Ware, *Building Stories* (2012). Antes da criação dos *syndicates*, as primeiras séries em quadrinhos consideradas artísticas aparecem, por exemplo, com *Little Sammy Sneeze* (1904) e o surrealismo de *Little Nemo in Sumberland* (1905), ambos de Winsor McCay, além de George Herriman, com *Krazy Cat* (1913).

1.1. Syndicates

Por terem, entre as principais características, o humor, os quadrinhos norte-americanos ganham a alcunha de *comics*. As tiras tornam-se diárias e, para organizar a distribuição das histórias, são criados os *syndicates* – agências distribuidoras. Este modelo de negócio consegue manter a venda dos quadrinhos para veículos de comunicação do mundo inteiro.

Como estrutura fundamental, os *syndicates* contratam desenhistas para produzir as séries com as mesmas histórias, de forma que os artistas ganhem porcentagem sobre as vendas, que variam desde pequenas publicações até grandes veículos, ampliando o alcance dos quadrinhos e trazendo uma determinada padronização.

É interessante observar que a atuação dos “Syndicates” é muito ligada à política interna/externa dos EUA. Durante a I Guerra Mundial, quando o país não teve participação direta, as HQ [sic] não desenvolveram temas de guerra. Por outro lado, durante a crise de 1930, as HQ também não se manifestaram, pois, certamente, nenhum cidadão norte-americano gostaria de ver a sua má situação em HQ. Porém, os “Syndicates” acionaram os desenhistas para a criação de novos títulos, ou adaptações aos já existentes, com relação à II Grande Guerra. Assim, “Tarzan” pode ser encontrado a desbaratar algum comando nazista na África: as HQ atuam como instrumento de propaganda do governo (FURLAN, 1989, p. 34).

Estas decisões políticas caracterizam a necessidade deste sistema em

conservar uma espécie de censura interna para que os produtos possam ser consumidos e aprovados em qualquer sociedade, sempre a preços mais baixos. Isso é possível porque o lucro obtido está na grande quantidade de tiras vendidas, sem necessidade de redesenhá-las.

Com as tiras diárias, portanto, os quadrinhos alcançam uma maior continuidade, principalmente com as *family strips* (série familiar) e, com isso, começam a se dirigir de maneira diferente aos adultos, “[...] à medida que a cultura de consumo capitalista vai se estendendo por todos os Estados Unidos, já que muitas vezes os quadrinhos e a publicidade seguem intimamente relacionados” (GARCÍA, 2012, p. 81).

1.2. *Comic book*

Os gêneros em quadrinhos começam a surgir, mas sempre relacionados a conteúdos cômicos (*kid strip*, *animal strip*, *family strip*, *gril strip*, entre outros). No final da década de 1920, temas de aventura e ficção científica são introduzidos, a exemplo de *Tarzan*, de Harold Foster, – este traz o estilo de desenho acadêmico, muito bem acabado – e *Buck Rogers*, de Phil Nowlan. É neste período que surge o formato dos *comic books*⁵, quando compilam-se as histórias das tiras diárias para um formato narrativo completo em volumes e, ao mesmo tempo, investe-se em produções narrativas originais.

É importante lembrar, entretanto, que é nessa época que os seriados cinematográficos encontram-se no auge, tendo uma relação imagética similar às aventuras quadrinísticas. Entre 1929 e 1938, chega a chamada era de ouro dos quadrinhos norte-americanos (GOIDA; KLEINERT, 2014). Tal nomenclatura deve-se à profusão da criação de novos gêneros e personagens, tais como *Flash Gordon*, de Alex Raymond, e *Terry and the Pirates*, de Milton Caniff, confirmando a virada plástica que o *Tarzan* de Foster havia iniciado. Segundo o pesquisador Santiago García,

⁵ No Brasil, são os equivalentes aos gibis. Para entender como se dá a formação do mercado editorial brasileiro, ver os livros: JUNIOR, G. **A guerra dos gibis**: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura dos quadrinhos, 1933-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; VERGUEIRO, W.; SANTOS, R. E. (Orgs.). **A história em quadrinhos no Brasil**. São Paulo: Laços, 2011.

Mais importante ainda foi o desenvolvimento das ferramentas narrativas de Caniff. Sua utilização do claro-escuro se mostrava prática no espaço confinado da tira diária para produzir notáveis efeitos de realismo com um mínimo de traços, e a alternância de planos e contraplanos, próximos e distanciados, aproximou os quadrinhos da linguagem do cinema e os converteu em uma leitura extremamente fácil e dinâmica (GARCÍA, 2012, p. 110).

Durante o período 1938-1945, aparecem personagens como o Batman (1939) e super-heróis – por exemplo, Super-Homem (1938) (primeiro *comic book* dedicado a um único personagem) e Capitão América (1940). Com a Segunda Guerra Mundial, nos EUA, estes personagens ganham apelo ideológico para lutar contra o fascismo, buscando arregimentar apoio da população em favor do “esforço de guerra” – importante lembrar que tal característica dos quadrinhos foi muito utilizada também nos países comunistas e nazifascistas, sendo usados também como instrumentos educacionais e/ou de propaganda ideológica.

Em 1950, surge *It Rhymes With Lust*, de Drake Waller e Matt Baker, primeira HQ em formato de livro. Inicia-se a inclinação para um realismo e público mais adulto, a partir dos gêneros romântico e policial, além de uma maior difusão internacional das obras. O Japão, por exemplo, vê o surgimento do *gekiga*, quadrinhos com uma intenção realista maior do que os *mangás*⁶, apresentando personagens baseados no mundo contemporâneo, seus elementos sórdidos e violência.

Acontece, neste contexto, o crescimento da EC Comics nos EUA. Fundada por Max Gaines (que teve papel importante para a criação do formato *comic book*), suas iniciais significavam Educational Comics, selo sob o qual foram publicadas coleções sobre a bíblia, história americana, ciência, etc. No entanto, após a morte trágica de Max em um acidente de carro, é seu filho Bill Gaines quem será o responsável pela reestruturação da editora, que passará a se chamar Entertaining

⁶ Nome originado de dois ideogramas chineses: *man* (involuntário, a despeito de si mesmo); *ga* (imagens). “O termo *mangá* data do século XVIII e foi usado pelo artista japonês Hokusai em 1814 para designar seus livros de ‘rascunhos excêntricos’” (GRAVETT, 2006, p. 13). Gravett acrescenta que a expressão chegou ao Ocidente com a tradução de “imagens irresponsáveis”, o que trouxe uma determinada estigmatização dessas obras deste lado do mundo. No entanto, a pesquisadora Sônia Bibe Luyten complementa: “[...] A própria palavra *mangá* tem o significado não só de *histórias em quadrinhos*, mas de revista de história em quadrinhos, caricatura, cartum e até mesmo desenho animado” (LUYTEN, 2000, p. 43).

Comics.

Calcada principalmente no gênero de terror, a empresa baseava-se em um modelo de negócios no qual os desenhistas podiam assinar seus trabalhos – prática incomum à época – e, assim, aumentava-se a qualidade dos desenhos, que eram mais cuidadosamente feitos. É o momento do surgimento dos autores Bernard Kringstein e Harvey Kurtzman. O primeiro lançou a HQ *Master Race* sobre o Holocausto⁷ (tema que só voltará a ser tocado de forma contundente com *Maus*, como veremos adiante), enquanto o segundo introduziu a concepção de verdade e verossimilhança nos quadrinhos, em especial com o gênero de guerra.

⁷ Cf. Cavalcanti-Cunha (2012, p. 124) o termo vem do grego, *holokauston*, e aparece nas bíblias medievais como “queimado em sacrifício de deus”, ou seja, uma espécie de oferenda aos deuses. Portanto, é comum, entre judeus, evitar-se o uso desta nomenclatura, pois a morte de milhares deles durante a II Guerra Mundial não foi uma oferta divina, mas política nazista de extermínio. Embora o termo tenha sido consagrado na literatura, de modo geral, eles preferem o uso da palavra *Shoah* (também pode ser grafada Sho’ah, Shoa ou Shoá), pois em iídiche tem o sentido de “calamidade”.



Figura 02 – *Master Race*. Fonte: GARCÍA, S. *A novela gráfica*. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p.138.

Kurtzman também ficou à frente da revista cômica e satírica *Mad*, nascida em 1952, marco para gerações inteiras de artistas, sendo sua irreverência a inspiração para a posterior *Zap*, revista *underground* com diversos colaboradores, tais como Robert Crumb, Robert Willians, Manuel Spain, Gilbert Shelton e S. Clay Wilson. Os traços de Joe Sacco também são influenciados por esta publicação, em especial de Robert Crumb.

Ainda na década de 1950, na mesma época do macartismo (período de atitudes políticas norte-americanas anticomunistas, sob tutela do então senador Joseph McCarthy), o mundo dos quadrinhos norte-americano é abalado pelo livro *Sedução dos Inocentes* (1954), do psiquiatra Frederic Wertham. Para ele, as revistas em

quadrinhos poderiam causar a delinquência juvenil, sendo deformadoras dos bons costumes e educação infantil.

Em um primeiro momento, o subcomitê do Senado norte-americano, responsável pela averiguação das denúncias, considerou os conteúdos inofensivos, mas a má imagem dos quadrinhos ficou. Foi recomendada, então, a autorregulação das editoras. Neste fluxo, cria-se o *Comics Code Authority*, espécie de autocensura dos *comics*. As capas começaram a carregar a mensagem “aprovado pelo *Comics Code Authority*”, seguindo linhas gerais de regulação de conteúdos que, em princípio, traziam sexo, violência e linguagem de ‘baixo calão’.

É importante lembrar que a preocupação com a influência negativa dos *comics* para os jovens também chega a outros países. No Canadá, foram proibidos quadrinhos de terror e crime, enquanto na França do pós-guerra, a partir do surgimento de vendas de quadrinhos norte-americanos, provocou-se onda de temores da má influência à juventude. Ainda hoje, a lei aprovada naquele país continua vigente. No Japão, ocorreram diversos protestos contra as publicações, e na Espanha criou-se a Junta Assessora da Imprensa Infantil e Normas sobre a Imprensa Infantil, que ecoou durante todo o regime franquista.

Há, assim, um freio nas produções, em uma espécie de infantilização dos quadrinhos norte-americanos, reduzidos a super-heróis, personagens Disney e histórias infanto-juvenis. Pesquisadores como Amy Kiste Nyberg (1998) acreditam que, apesar da autocensura e propaganda contra os quadrinhos, houve também uma saturação mercadológica, e a concorrência da televisão para diversão das crianças, por exemplo, como fatores adicionais que influenciaram a queda de vendas das HQs. Ainda assim, as amarras criativas são questionadas apenas em meados dos anos 1960, com o surgimento da contracultura e dos quadrinhos *underground*.

Os quadrinhos *underground* desempenharam, então, um duplo papel: de um lado, permitiram ampliar o leque de ferramentas a serviço dos processos revolucionários, de outro, operaram uma inversão maliciosa de valores ao trazerem histórias sujas, cruéis e realistas para uma linguagem onde reinavam alegres bichinhos falantes e exemplares e corajosos heróis. No final das contas, esse fenômeno não se restringiu somente aos quadrinhos *underground*, projetando seus reflexos até mesmo sobre o conservador mercado de super-heróis, como o Arqueiro

Verde, que nas mãos da dupla Denny O’Neil (roteiro) e Neal Adams (desenhos) passou por apuros mais sintonizados com a realidade (DUTRA, 2002, p. 8).

Com a mudança temática trazida pelos *comix*⁸, há também uma mudança narrativa e de forma: privilegia-se o preto e branco, utiliza-se um estilo pictográfico *bigfoot* (pé-grande), mais caricatural e abordagem mais realista e experimental dos enredos, fortemente impregnados de crítica social e representação do cotidiano. Segundo Vergueiro, “[...] ainda que limitada espacial e temporalmente, a influência tanto de obras como de autores do quadrinho underground atingiu os países europeus e latino-americanos” (VERGUERO, 2011, p. 4), de modo a ajudarem na formulação de um estilo de produção de quadrinhos.

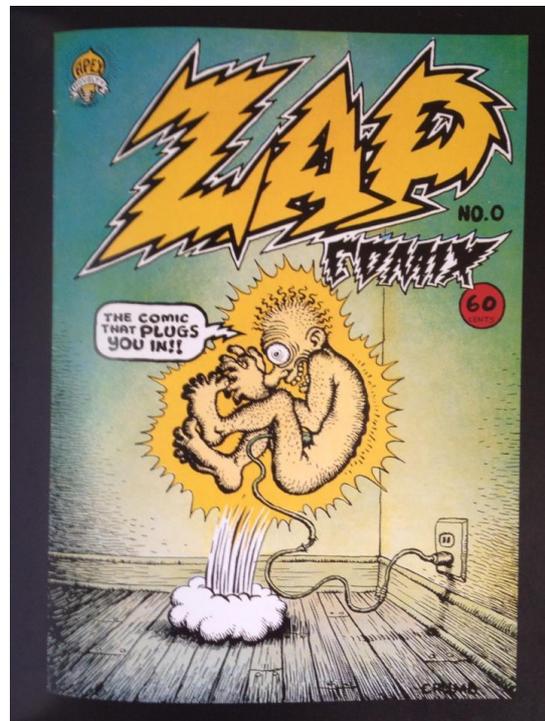


Figura 03 – Capa revista *Zap Comix* Fonte: SABIN, R. **Comics, commix & graphic novels: a history of comic art.** London: Phaidon, 1996, p. 93.

Na Europa, foram fontes de inspiração para revistas de vanguarda. Nas Américas, assumiram viés político-partidário contra governos totalitários das décadas

⁸ Corruptela, vinda do *underground*, do termo *comics*, isto é, os quadrinhos comerciais norte-americanos.

de 1960 e 1970. No Brasil, a influência do quadrinho *underground* pode ser apontada na obra de Henfil e dos vários participantes da revista *O Pasquim*, com grande utilização de caricaturas e sátiras.

No diálogo com as artes, os quadrinhos contaram com o apoio de artistas como Andy Warhol e Roy Liechenstein, que ressignificavam as obras quadrinísticas dentro de museus. Como aponta Lúcia Santaella,

Os artistas *pop* jamais se limitaram a meramente copiar as imagens da publicidade e dos quadrinhos. Ao contrário, realizavam operações de tradução semiótica, pois algo do original era preservado ao mesmo tempo em que se operava um processo ativo de transformação da linguagem dos meios de massa para uma linguagem específica da arte (SANTAELLA, 2005, p. 40).

Na tentativa de mudar o preconceito sobre os quadrinhos, Will Eisner utiliza a expressão *graphic novel*⁹, de forma a buscar dar respeitabilidade ao meio ao trazer histórias de cunho social e assuntos “sérios”, com sua obra *Um contrato com Deus e outras histórias de cortiço*, em 1978. Apesar da ambiguidade do termo, Gravett afirma, com certo entusiasmo, que as *graphic novels*

[...] não estão limitadas a categoria de um gênero, ou a apenas alguns; elas abraçam temas suficientes para colocá-los em cada seção da biblioteca ou livraria. A palavra gráfico não tem de significar perturbador, extremo, e em seu rosto, mostrar contornos rígidos, caricaturas grotescas, ou testar coloração. Há espaço para estilos muito diferentes de arte. Na verdade, [o termo] gráfico não se restringe ao desenho e à ilustração, tal como em gráficos, já que alguns artistas criam seus quadrinhos usando fotos, modelos em 3D ou objetos encontrados [...] Ainda mais importante, um grande número não é, definitivamente, ficcional em nada, mas pertencem às categorias de não-ficção – história, biografia, reportagem, documentário, ou educacional (GRAVETT, 2005, p. 8)¹⁰.

⁹ Este termo é ponto de discussão entre pesquisadores da área. Embora ligue-se a Eisner em muitos estudos, ele já havia sido utilizado pelo crítico de quadrinhos norte-americano Richard Kyle, em 1964, e também por Henry Steele na revista *Fantasy illustrated*, de 1966. Segundo Vergueiro explica, outras obras no formato apareceram antes, entre elas, *Jungle book*, de Harvey Kurtzman, e *Beyond time and again*, de George Metzger (VERGUEIRO, 2011, p. 9). Este último é um dos primeiros artistas norte-americanos a ser influenciado diretamente pelos *mangás*.

¹⁰ Trecho traduzido livremente: “[...] are not limited to one genre category, or only a few; they embrace enough subjects to put them into every section of library or bookstore. The word graphic does not have to mean disturbing, extreme, and in your face, show in hard outlines, grotesque caricatures, or luring

A expressão *graphic novel*, para o autor, também pode ser contextualizada em outros países, com destaque para os álbuns encadernados de histórias em quadrinhos publicados no ambiente europeu que, de maneira geral, traziam enredos completos de personagens anteriormente publicados na forma de capítulos em revistas, tais como os *Tintin*, *Spirou* ou *Pilote*. Outras importantes publicações foram *Barbarella*, *Valentina*, e *Métal Hurlant*. Tais produtos conseguem quebrar a barreira entre os quadrinhos industrializados e os alternativos, de modo a criar condições para um mercado diferenciado temática e esteticamente. Hoje, inclusive, o valor artístico reconhecido em diversas produções de HQs cunhou a denominação de nona arte. Os pesquisadores Waldomiro Vergueiro e Paulo Ramos são enfáticos neste aspecto, pois para eles

[...] já não mais se discute se quadrinhos são paraliteratura, subarte ou qualquer outra denominação menor e muitas vezes vexatória. História em quadrinhos é arte. E ponto final. Isso quer dizer que não mais é necessário pedir desculpas por estudar os quadrinhos academicamente, que desenvolver tal atividade deixou de representar qualquer tipo de heresia ou atentado contra a seriedade da pesquisa universitária. Pelo contrário, abordar as histórias em quadrinhos com um viés científico representa o reconhecimento, ainda que tardio, de quanto elas podem revelar sobre a realidade em que são produzidas e consumidas (RAMOS; VERGUEIRO, 2009, p. 7, grifo do autor).

Antes da mudança de rumo para obras mais autobiográficas, podemos citar *Binky Brown meets the Holy Virgin Mary*, de Justin Green, como ponto de partida da tendência, já em 1972, ao aproveitar a veia aberta pelo *underground*. Considerado o primeiro quadrinho autobiográfico (CHUTE, 2016), trata sobre desordem obsessiva-compulsiva, sexo e culpa católica.

Muitas editoras independentes começaram a surgir, entre elas a Fantagraphics, que ajudou na consolidação da carreira de Joe Sacco. Art Spiegelman e Françoise Mouly lançam, em 1976, a revista de vanguarda *Raw*. Ela não representava uma continuação da tentativa frustrada de Spiegelman e Bill Griffith com a publicação

coloring. There is room for very different styles of art. In fact, graphic does not narrow down to drawing and illustration, as in graphics, since some artists create their comics using photos, 3D models, or found objects [...] Even more importantly, a great many are definitely not fictional at all but belong in the categories of non-fiction – history, biography, reportage, documentary, or educational”.

Arcade (1975-1976) – que buscava redefinir os quadrinhos independentes no pós-*underground* –, mas um outro projeto, com características mais experimentais e viés de internacionalização de artistas contribuintes.

Já Robert Crumb e Aline Kominsky lançariam a *Weirdo*, em 1981, de forma que ambas publicações seriam “antologias de autores diversos em formato de revista” (GARCÍA, 2012, p. 203). Entretanto, o suporte que possibilitou a nova HQ alternativa¹¹ seria o *comic book* em preto e branco, cujo primeiro representante foi *Love and Rockets* (Fantagraphics), dos irmãos Hernández, entendida como primeiro *comic book* autoral dos quadrinhos alternativos.

¹¹ Termo usado em oposição ao *mainstream*, isto é, as grandes editoras distribuidoras norte-americanas, Marvel e DC. Segundo García, “[...] ‘Independente’ significava que não dependia economicamente das grandes [editoras], mas não implicava diferenças com elas quanto aos objetivos artísticos ou comerciais. ‘Alternativo’ significava que ofereciam um material distinto daquele oferecido pelas grandes, mas às vezes as diferenças se limitavam a questões de censura (nos anos 1980 ainda continuava vigendo o *Comics Code*, reformado) ou de propriedade do copyright, pois as editoras independentes ou alternativas ofereciam um tipo de quadrinhos muito parecido com o das grandes, às vezes até realizado pelos mesmos autores” (GARCÍA, 2012, p. 196).



Figura 04 – *Love and Rockets* Fonte: GRAVETT, P. **Graphic novels**: everything you need to know. New York: Collins Design, 2005, p.44.

1.3. Quadrinhos de não-ficção

Este tipo de quadrinho ganha forma e força desde meados da década de 1970. Nos EUA, por exemplo, Jack Jackson – frequentemente assinava Jaxon –, que vinha do *underground*, dedicava-se à história do Texas, principalmente nos trabalhos *Comanche Moon* e *Los Tejanos*, de forma a lembrar os quadrinhos históricos de guerra da editora EC, conduzidos por Kurtzman (WITEK, 1989).

Outro importante nome para o movimento de não-ficção foi o escritor Harvey Pekar, que produzia a revista autobiográfica *American Splendor*, publicação base para muitos autores – inclusive Joe Sacco, que chegou a colaborar com o periódico, tendo sido influenciado pelo estilo narrativo de Pekar.

Suas histórias se fundamentam completamente nas experiências banais do cotidiano. Para Pekar qualquer evento pode se transformar numa história interessante: uma conversa no trabalho, uma visita ao mercado ou sua compulsão por comprar vinis antigos. A construção narrativa desses quadrinhos possui um estilo quase documental, tentando reproduzir em um estilo naturalista a realidade. O realismo dessa narrativa influenciou diversos autores do chamado “quadrinhos pós-*underground*” (JÚNIOR, 2010, p. 58).

Ressaltamos, ainda, a importância de *Maus*, de Art Spiegelman. As primeiras versões da história surgem em fascículos na revista *Raw*, tendo sido o primeiro volume, em formato de livro, publicado sob o selo da editora literária Pantheon, em 1986. Na obra, Spiegelman narra a história do seu pai, Vladek, sobrevivente do Holocausto, através de desenhos antropomórficos (judeus são ratos, nazistas gatos, poloneses porcos, americanos cães). Foi o primeiro e ainda único quadrinho ganhador do Pulitzer – categoria especial –, em 1992, ajudando na consolidação editorial dos quadrinhos de não-ficção (sejam autobiografias, memórias, jornalismo etc.).

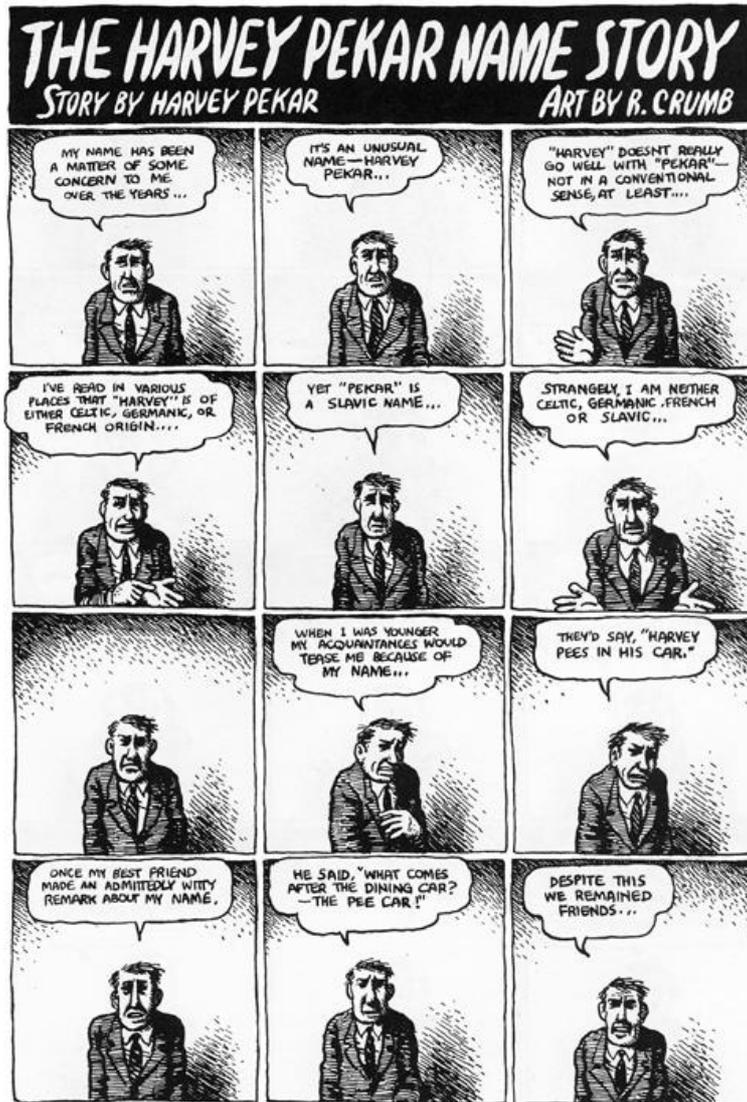


Figura 05 – *American Splendor*

Fonte: <http://www.graphixia.cssgn.org/2013/03/05/106-american-splendor-whats-in-a-name/> Acesso em 20/10/2015

O estilo documental e a forma de introduzir-se como personagem no enredo são características dos narradores em primeira pessoa dos quadrinhos autobiográficos, como *Binky Brown* e *Maus*. Essa é uma questão que pode ser apontada como uma das influências do jornalismo em quadrinhos de Sacco.



Figura 06 – *Maus*. Fonte: SPIEGELMAN, A. **Maus**: a história de um sobrevivente. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.159.

Se, pelo lado da ficção, *Watchman*, de Alan Moore e David Gibbons, e *O Cavaleiro das Trevas*, de Frank Miller, provavam que o gênero super-herói poderia proporcionar obras de fôlego, “*Maus*, de Spiegelman, fez ainda mais: provou que os quadrinhos poderiam contar histórias importantes e acessíveis, não ligadas a super-heróis” (DANNER; MAZUR, 2014, p. 187). Nesse contexto, então,

[...] apesar dos reveses econômicos conjunturais, os quadrinhos estavam se tornando uma forma de arte internacional legítima quando os anos 1980 terminaram. O

veículo tinha passado do período “underground” a um espaço geralmente definido como “alternativo”. As conexões com outros meios artísticos foram se fortalecendo gradualmente, no contexto cultural mais amplo do pós-modernismo. Uma sensibilidade comum estava em exibição em periódicos como *Frigidaire* na Itália, *El Vibora* na Espanha, *Raw* nos EUA, *Escopa* na Inglaterra, *Strapazin* na Suíça/Alemanha, bem como na produção de editoras independentes, como Futurópolis na França e Fantagraphics nos Estados Unidos. [...] Ao mesmo tempo, as primeiras traduções de mangá começaram a aparecer no Ocidente. Essa tendência internacional só se tornaria mais forte nos anos seguintes (DANNER; MAZUR, 2014, p. 162).

O trabalho do japonês Keiji Nakazawa, autor do clássico autobiográfico *Gen – Pés Descalços*¹² (pronuncia-se *guen*), é um excelente exemplo da internacionalização dos quadrinhos. O enredo retrata a vivência do autor na explosão da bomba atômica em Hiroshima, sua cidade natal, quando tinha apenas 7 anos de idade, e mostra a capacidade da linguagem quadrinística para o tratamento de temas áridos e espinhosos, explorando questões políticas e sociais complexas.

Surge no Japão em fascículos entre 1972 e 1973 em uma importante revista semanal de quadrinhos japoneses, *Shonen Jump*, sendo considerado um dos primeiros mangás traduzidos e publicados nos EUA, por volta de 1978, sendo até mesmo incluído em lista de livros recomendados para escolas públicas (NAKAZAWA, 2002).

É visto como um dos mais conhecidos (já ganhou versões de animações e até ópera) e vendeu cerca de 5 milhões de exemplares apenas no Japão (NAKAZAWA, 2002). Junto a uma estética mais icônica, seu conteúdo e mensagem críticos em relação tanto à política norte-americana e, principalmente, ao imperialismo e militarismo nipônico, ajudou na superação do preconceito acerca dos quadrinhos e seus valores educacionais e estéticos.

¹² Em japonês, *Hadashi no Gen*.



Figura 07 – Gen – Pés descalços. Fonte: GRAVETT, P. **Graphic novel**: everything you need to know. New York: Collins, 2005.

Outro exemplo da terra do sol nascente é o mestre dos *mangás* Osamu Tezuka. Embora muito da sua obra seja voltada para crianças, ele produz *Adolf* (1983-1985) pensando em um público mais adulto, de forma a trazer um estilo mais realista e menos cartunizado do que sua obra anterior. Com viés antimilitarista e político, a produção faz parte do movimento em direção ao realismo – embora traga elementos de ficção também – das publicações japonesas e depois o surgimento do gênero *joho*, isto é, os *mangás* de informação. *Mangás* de notícias de negócios e documentários tornaram-se comuns (DANNER; MAZUR, 2014, p. 200). Inclusive, jornais financeiros traziam notícias no formato de *mangá*.

Torna-se comum no mercado japonês, então, a mistura entre ficção e informações históricas, tal como a adaptação biográfica do presidente da Sony, Akio Morita, elaborado pelo artista Takao Saitô. Outra obra fruto da internacionalização

quadrinística japonesa surge com o trabalho de Katsuhiro Otomo, visualmente inspirado no francês Moebius. Com personagens e cenários extremamente detalhados, Otomo mesclava o realismo com enredos em futuros pós-apocalípticos. Sua obra mais influente, *Akira*, aparece entre 1982 e 1990.

1.4. Quem é Joe Sacco?

Com o panorama geral descrito no item anterior sobre a história dos quadrinhos e a consolidação dos quadrinhos de não-ficção, portanto, aparece a obra jornalística de Joe Sacco. Nascido em 2 de outubro de 1960 na vila Kirkop, Malta, uma pequena ilha ao sul da Sicília, no mar Mediterrâneo, a família migrou para Melbourne, Austrália, em 1961, onde viveram até 1972, quando mudam-se para a Califórnia, EUA.

Em 1974, vão para Portland, Oregon. Na escola da região, Sacco envolve-se com o jornal da instituição, desenvolvendo desenhos editoriais e, logo depois, contribuindo como escritor. Em 1978, quando pensava em seguir a carreira de jornalista, e não de quadrinista, ingressa na Universidade de Oregon para estudar Jornalismo e Comunicação. Continuou, contudo, a desenvolver seu viés de desenhista no jornal da universidade, embora ambicionasse mesmo ser correspondente internacional.

Entre suas principais influências neste período estão: Michael Herr¹³, correspondente na Guerra do Vietnã, no período entre 1967 a 1969; George Orwell (autor de *A Revolução dos Bichos*, 1945) e sua preocupação com os oprimidos e desprovidos; Hunter S. Thompson – e o Jornalismo Gonzo¹⁴.

No início dos anos 1980, Sacco submete alguns dos seus trabalhos quadrinísticos à revista *Raw* (ver anteriormente neste capítulo), mas é rejeitado. A

¹³ Escreveu *Dispatches* (ou *Despachos do Front*, em português), obra na qual relata suas experiências no Vietnã. É considerado como um dos representantes do Novo Jornalismo norte-americano. Grosso modo, este foi um movimento no qual mescla-se o relato de caráter que se pretende mais objetivo com vivências pessoais do jornalista. Combinando sua narrativa testemunhal com letras de música do período, *Dispatches* foi um dos poucos livros que também recontavam as histórias dos soldados e a implacável questão da morte e dor no *front* (MARSHALL, 2005) – características de certo modo retomadas em Sacco.

¹⁴ De forma geral, utilizava os preceitos do Novo Jornalismo de forma mais extrema, com temáticas de sexo, uso de drogas, política, irreverência, exageros etc. O estilo traz uma grande mescla entre o próprio narrador e sua apresentação como personagem na obra.

efervescência da cena dos quadrinhos, no entanto, apenas faz o autor ficar mais motivado em tentar coisas novas.

Enquanto isso, seu interesse por eventos mundiais volta-se para o Oriente Médio, em 1982, quando Israel bombardeia Beirute, no Líbano. Joe Sacco começa a se perguntar sobre a qualidade da cobertura da guerra pela mídia norte-americana. Para entender mais o conflito entre Israel e Palestina, ele entra em contato com as obras *The Fateful Triangle*, de Noam Chomsky, e os livros de pensador palestino Edward Said, tais como, *Blaming the victims*, *A questão Palestina* e *Orientalismo*, fortes influências em seu trabalho.

Inclusive, em *Palestina* (2011), Sacco refere-se diretamente a estes dois últimos livros de Said, no sugestivo episódio de título “Edward Said”, página 177, capítulo seis. Já acerca de Chomsky, é em *The Fateful Triangle* que Sacco toma conhecimento, por meio de uma breve nota sobre um documento da ONU, do massacre de civis em Khan Younis no ano de 1956, fator que o leva a aprofundar suas pesquisas que levariam ao livro *Notas sobre Gaza* (2010) (ver mais à frente).

Por volta de 1985, Joe Sacco combina realizar com seu amigo Tom Richards a publicação de uma revista de humor denominada *Portland Permanent Press* (PPP). A ideia era cobrir o crescimento da cena de comédia da cidade e divulgar cartunistas, incluído o próprio Sacco. O maltês começa a entrar mais em contato com os trabalhos de quadrinistas da época, entretanto a revista independente acaba falindo em 1986. A Fantagraphics (para mais detalhes, ver item anterior), que tinha publicidade na PPP, oferece emprego a Sacco na publicação *Comics Journal*, periódico mensal especializado no mundo dos *comics*, a convite dos editores Gary Groth e Kim Thompson.

Levado pelo interesse em produzir material sobre fatos sociais relevantes, Sacco foi apoiado pela Fantagraphics a produzir a revista *Yahoo*, sobre a qual Groth¹⁵ comenta: “Foi na *Yahoo* que [Sacco] encontrou sua voz como cartunista e aprendeu fazer malabarismos com autobiografia, jornalismo e realismo documentário, ganhando grande controle e confiança sobre o meio escolhido, a cada edição” (GROTH apud MARSHALL, 2005, p. 48). Nas seis edições, entre 1988 e 1992,

¹⁵ Tradução livre: “It was in *Yahoo* that [Sacco] found his voice as a cartoonist and learned to juggle autobiography, journalism, and documentary realism, gaining greater control and confidence over his chosen médium with each issue” (GROTH apud MARSHALL, 2005, p. 48).

Sacco começa a desenvolver seu tom político e social – característicos das suas obras mais longas. No mesmo período, contribui para revistas como a *Weirdo*, de Robert Crumb e Aline Kominsky.

Ainda em 1988, o quadrinista decide acompanhar a turnê da banda de rock *Miracle Works* na Europa. A viagem originou, por exemplo, a história autobiográfica *Na companhia do cabelo comprido*. A partir das histórias sobre a Guerra do Golfo (*Como eu amei a guerra*) e reflexões sobre alguns bombardeios históricos (*Quando Boas Bombas acontecem para pessoas más*), entretanto, ele inicia a virada narrativa em sua obra. E confirma: “Na *Yahoo*, eu parti de peças curtas e satíricas que supostamente eram para ser engraçadas, para peças mais autobiográficas, biografia misturada com política [...]”¹⁶ (SACCO apud MARSHALL, p. 51).

Também é na *Yahoo* (a maioria das histórias publicadas nesta revista foram compiladas em *Derrotista*, 2006) que surgem as primeiras abordagens sobre seu interesse nos palestinos e suas experiências de vida, como demonstram os episódios *Palestinos e outros problemas*, *Ódio é amor* e *Adeus a tudo isso*, quando convive com alguns palestinos após temporada morando na Europa.

Saindo de lá, Sacco viaja para Gaza e Cisjordânia, no inverno de 1991 e 1992, período no qual a Primeira Intifada (1987-1992) – insurreição de resistência civil nacional palestina dentro dos territórios ocupados – estava ainda acontecendo, antes dos Acordos de Oslo definirem seu final (ver capítulo 2, a seguir).

Produz *Palestina*, série em nove capítulos que é publicada entre 1993 e 1995, recebendo o *American Book Award* em 1996, quando é compilada em formato de livro. É o primeiro trabalho que ele denomina *comics journalism* (jornalismo em quadrinhos). Depois, segue para sua próxima realização, já no formato de longa narrativa, de *Área de segurança Gorazde: guerra na Bósnia Oriental, 1992-1995*, também publicado pela Fantagraphics em 2000 – ganhadora do *Eisner Award* em 2001, um dos prêmios mais importantes dos quadrinhos.

É a partir destas duas obras que o foco na autobiografia começa a transformar-se. Embora ainda apresente tal tendência, o autor produz uma narrativa mais complexa e fortemente baseada em pesquisa sobre as regiões, seus conflitos,

¹⁶ Tradução livre: “[...] In *Yahoo*, I went from short, satirical pieces that were supposed to be funny, to more autobiographical pieces, to autobiography mixed with politics [...]” (SACCO apud MARSHALL, p. 51).

entrevistas e singularidades locais. Percebe-se o amadurecimento do seu estilo narrativo dentro dos procedimentos do formato. Seus desenhos também mudam, ao longo do tempo, do cartunesco para um estilo mais realista, apenas não alterando a sua própria representação de narrador-personagem.

Entre 2000 e 2003, volta a visitar a Bósnia (originando *Uma história de Sarajevo*) e os territórios ocupados, entre Hebron, Cisjordânia e Gaza. Nestes últimos locais, visitou os campos de refugiados palestinos Khan Younis e Rafah durante os primeiros momentos da Segunda Intifada (ver próximo capítulo). Dessa vez, em um primeiro momento, ele foi acompanhado do amigo e jornalista Chris Hedges, ambos viajando como enviados especiais pela revista *Harper's* – Chris como repórter, ele como ilustrador.

Eu sentia que eu estava muito mais por dentro desta vez. [Os territórios ocupados] pareciam muito mais difíceis, muito mais violentos. Havia muitas demolições de casas acontecendo e lugares imprevisíveis na cidade, porque eles estavam basicamente sob bombardeio, ou em zonas onde voavam balas, por todos os lados, em diferentes momentos (SACCO apud MARSHALL, 2005, p. 89)¹⁷.

Fruto dessas viagens, surge *Notas sobre Gaza* (2010), vencedora do *Eisner Award* e do *Ridenhour Prize*, no mesmo ano de publicação. Este trabalho começou a ganhar mais corpo após Hedges e Sacco terem publicado a matéria para a qual foram designados, mas cujo trecho sobre diversas mortes em Khan Younis – por volta de 1956 – ter sido cortado pelos editores da revista.

A decisão deixou Sacco incomodado e o fez continuar a pesquisa sobre o ocorrido, descobrindo que poucos dias depois outras mortes de palestinos também aconteceram na cidade vizinha, Rafah. A partir daí, formou-se outro grande projeto em formato de livro, no qual retrata-se a vida contemporânea nos Territórios Ocupados no início dos anos 2000, ao mesmo tempo que são lembrados os massacres acontecidos em Khan Younis e Rafah no ano de 1956, a partir de testemunhos e pesquisa documental. Tanto *Palestina* (2011) como *Notas sobre Gaza*

¹⁷ Tradução livre: “[...] I felt that I was much more on the inside this time. [The occupied territories] seemed a lot harder, a lot more violent. There were a lot of house demolitions going there, and there are just some spooky parts of town because they’re basically under fire, or in zones where there are a lot of bullets flying around at different times” (SACCO apud MARSHALL, 2005, p. 89).

(2010) formam nosso *corpus* de pesquisa acerca das representações de identidade palestina.

Capítulo 2 – Raízes do conflito Israel-Palestina

Para entendermos o contexto histórico no qual se encontra nosso *corpus* de pesquisa dentro do desenvolvimento do conflito Israel-Palestina, voltaremos no tempo para tentar explicar as origens dessa problemática. A região da Palestina tem diferentes versões narrativas sobre a região que chegam, pelo menos, até 3000 a.C.

Portanto, ao longo dos séculos, a área passou pelos domínios, por exemplo, dos filisteus, israelitas, fenícios, assírios, persas, macedônios, pelo Império Romano, árabes (omíadas e abássidas), as Cruzadas, mamelucos e otomanos. Embora cada período apresentasse características administrativas e políticas do seu tempo de dominação, a sociedade permaneceu, de maneira geral, étnica, cultural e religiosa praticamente a mesma. Dessa forma, desenvolveu-se sua própria coesividade cultural e características distintivas, em especial nos últimos períodos históricos (PAPPE, 2008, p.61-62).

Desde 1516 até o final da I Guerra Mundial, a região foi dominada pelo Império Otomano. É, em especial, no período entre meados do século XIX e do XX, com o início da decadência deste Império em diante que as bases dos confrontos pela região e crescimento das ideologias nacionalistas e identificações culturais adquirem contornos mais definidos e úteis para nossa pesquisa. Após séculos de dominação, novas realidades sociais e políticas começaram a emergir entre 1830 e 1876, momento de implementação das reformas otomanas – chamadas de *Tanzimat*.

O intuito das medidas tomadas pelos governos de Beirute (Líbano) e Damasco (Síria), que dividiam o poder otomano, era, de forma geral, reestruturar e centralizar a administração e leis para evitar a própria desintegração imperial (NEAL, 1995, p. 11) – ameaçada por governantes locais, movimentos nacionais embrionários e crescente interesse das forças imperialistas europeias na região.

De um ponto de vista modernizante, o processo foi influenciado, também, por comerciantes, banqueiros e cônsules europeus presentes nos territórios otomanos. Com a Guerra da Crimeia¹⁸ (1853-1856), os otomanos ficaram dependentes do poderio econômico europeu após as batalhas e consequente integração econômica.

¹⁸ Deflagrada contra o então Império Russo, que havia ocupado a península da Crimeia – região comercial estratégica situada nos Bálcãs, entre o Mar Negro e Mediterrâneo. Para enfrentar esta questão, foi formada aliança entre França, Reino Unido e Império Otomano, de forma a evitar as aspirações expansionistas territoriais russas. A união deu resultado e saiu vitoriosa nos confrontos.

Nesse período, estima-se que cerca de 500 mil pessoas já vivessem naquelas terras, falantes do árabe e com maioria muçulmana, além de 60 mil cristãos (de variadas afiliações) e 20 mil judeus (PAPPE, 2004, p. 596)¹⁹.

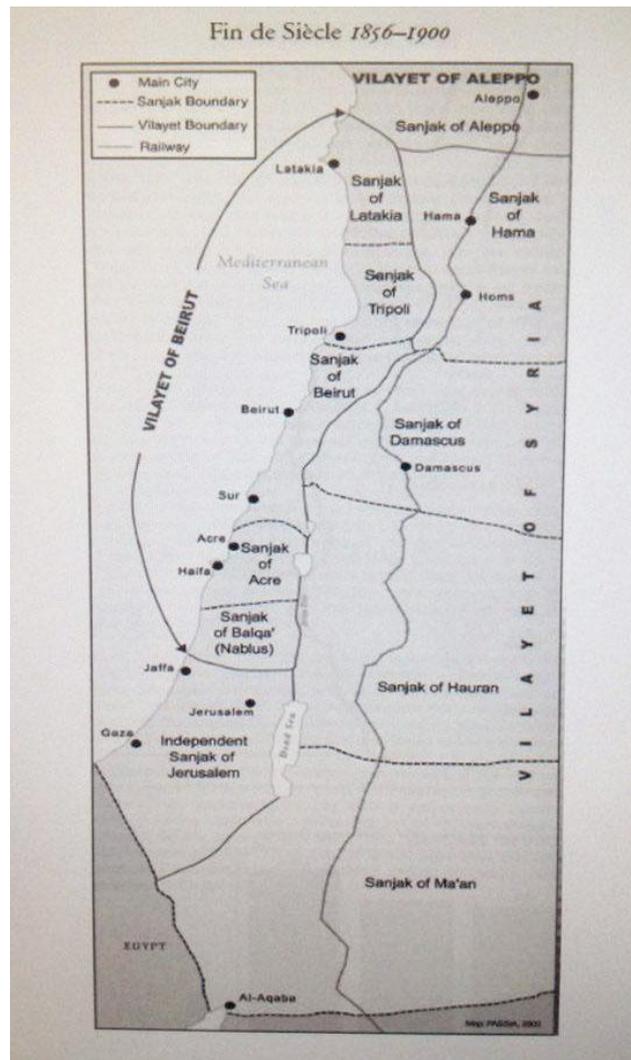
Embora a estrutura política mantivesse um regime que englobasse diferentes espaços, etnias e religiões, a lealdade das populações locais ainda dava-se em um senso dinástico. Assim, árabes, turcos, gregos e outros eram governados por uma dinastia com viés predominantemente islâmico. Nesses anos, a ideologia do otomanismo permanecia a mais forte nos territórios árabes, que acreditavam na unidade do Império Otomano como uma forma de defesa do Islã, em contrapartida à entrada das influências europeias (MUSLIH, 1988, p. 211).

É importante enfatizarmos que a relação do islamismo com nacionalismos no mundo árabe é um legado devido, em parte, à importância histórica e política da ideologia islâmica, em questão de organização das sociedades e impérios ao longo dos anos; e, por outro lado, diz respeito ao crescimento do interesse pela cultura árabe desde o século XIX, de forma a já ser necessária uma compreensão da linguagem²⁰ do Corão e seus significados (HALLIDAY, 2016, p. 444) para a maioria da população dos países dessas regiões, em geral.

A vida administrativa otomana dava-se em torno da *sanjak* – espécie de divisões em sub-províncias. A Palestina otomana tinha três principais: Nablus, Acre e Jerusalém. Tais divisões relacionavam-se à topografia local. Entre as quatro áreas de colinas, encontravam-se Jerusalém e Nablus, além de Hebron (no distrito de Jerusalém) e Galileia (na sub-província de Acre). Estas localidades eram importantes focos de vida social e cultural, assim como cidades da costa (embora em menor grau), relativamente menores, como Haifa, Jaffa e Gaza.

¹⁹ Versão digital.

²⁰ Cf. Fred Halliday (2016), mesmo que avancemos no tempo para o período de maior secularismo do nacionalismo árabe, é perceptível a influência islâmica, inclusive com o uso de termos originados do Corão: “palavras como *umma* (‘comunidade nacional/nação), *watan* (‘pátria’), *shahid* (‘mártir’), *jihad* (‘luta’), *mujahid* (‘lutador’) e *risala* (‘missão/mensagem’), componentes modulares da ideologia nacionalista e autodefinição pelo mundo, foram retiradas, em árabe, do léxico religioso. O mesmo, claro, aplica-se muito ao, em sua origem, vocabulário cristão do nacionalismo europeu – território ‘sagrado’ e ‘dever’, ‘mártires’ e ‘sacrifício’ etc.” (HALLIDAY, 2016, p. 444, grifo do autor).



Fonte: PAPPE, I. **A History of Modern Palestine: One land, two peoples.** Cambridge University Press, 2004, p.869.

Mapa 1: Divisões em *sanjak*.

É interessante frisar a importância das áreas rurais, nas quais as pessoas viviam em relativa autonomia a partir de um sistema pastoral e de colheitas em vilas próximas às encostas e vales. Dava-se muito valor às famílias, que tinham seus assuntos encabeçados por clãs (*hamula*), os quais variavam em tamanho e podiam englobar uma ou mais vilas. Com características de organizações comunais, o cultivo baseava-se no sistema da *musha*, ou seja, rotatividade coletiva entre os aldeões, de forma que todos pudessem ter acesso às terras férteis.

Apesar da identificação com otomanos, o relacionamento com forças europeias trouxe mudanças crescentes para a formação de uma sociedade mais secular na Palestina, formando a base para o aparecimento de futuros nacionalismos. A

chegada de escolas de missionários estrangeiros também proporcionou a possibilidade do contato da elite local – e os futuros líderes do nacionalismo palestino – com mais ideias de patriotismo²¹, democracia, liberalismo, nação e soberania.

Com a abertura do mercado, autoridades públicas oficiais responsáveis pela regulação das economias urbanas também perderam espaço. Além das atividades econômicas, a vida urbana palestina encontrava-se em período de mudanças, inclusive para a nobreza das cidades e os notáveis²², isto é, o papel dessas famílias tradicionais na vida política.

Enquanto a *sharia'a* (sistema legal baseado na religião islâmica) inibia muçulmanos em lucrar por meio de empréstimos, cristãos gregos ortodoxos transformaram-se em importantes pontos de apoio dos bancos que estavam sendo abertos, aliando-se a um estilo de vida com características europeias. A prosperidade desse grupo, além do crescimento de empreendedores judeus, trouxe descontentamentos dos líderes locais, que observavam essas transformações, junto ao aumento do interesse comercial e financeiro europeu, como uma quebra das estruturas sociais tradicionais.

Seguindo com as mudanças, a *Tanzimat* incrementou a secularização acerca de questões legais, separando as leis civis e penais da lei religiosa e, assim, a *shari'a* ficou mais focada em questões de casamento, divórcio e enterros. Sobre a educação, o sistema escolar aumentou as vagas, apesar de ainda serem restritas a determinados setores da sociedade da época. Este fator facilitou as possibilidades de ascensão da classe média e alta dentro da burocracia otomana.

Anos após a Guerra da Crimeia, portanto, a economia da Palestina ficou irreversivelmente dependente e conectada a uma economia mais global (PAPPE, 2004, p. 778), principalmente por ser região de acessibilidade a mercados como Líbano, Síria e Egito. Antes da aplicação do Código de Terra Otomano, em 1858, as questões rurais já eram percebidas como problemáticas e fontes fortes de identificação.

²¹ Cf. Rashid Khalidi (1997), portanto, já podia-se falar da existência de um patriotismo local, construído ao longo das fronteiras administrativas otomanas de longa data.

²² De acordo com Muhammad Y. Muslih (1988), este conceito traz um sentido principalmente político. Ou seja, o notável era um ator social que agia como intermediário entre o governo otomano e a população, geralmente escolhido devido a suas origens aristocráticas locais, fator facilitador das suas colocações em altos postos do governo imperial.

Por exemplo, no período de controle administrativo egípcio entre 1831 e 1840, seguindo-se à modernização trazida com Muhammad Ali – general a serviço do sultão otomano que conseguiu anexar Palestina e Síria como forma de ampliar seu poder –, Ibrahim Pasha (filho de Ali) introduz reformas na agricultura, centraliza a taxaço, constrói estradas mais seguras e implementa sistema constitucional representativo para a elite local. Já nesta época, os camponeses (*fellahin*) revoltaram-se contra as taxas excessivas, alistamento militar compulsório e intervenção nas questões internas das vilas, sendo fortemente reprimidos.

Por volta de 1840, os chefes rurais – *sheiks* – passam a disputar poder com os notáveis urbanos, perdendo força paulatinamente. A elite predominante, portanto, aumenta seu capital com especulação de terras, coincidindo depois com a chegada do sionismo – como veremos. Com o novo Código, então, crescem os efeitos desfavoráveis aos camponeses, em especial os mais pobres. Com as novas cobranças, facilitou-se o aumento da concentração de terra, já que, agora, ser dono de algum pedaço de solo significaria pagar elevados valores, fator que forçou a venda para grandes proprietários e famílias mais ricas. Essa tendência mexe com as relações de poder da região.

O sistema de cultivo da *musha*, que permitia aos *fellahin* – mesmo que não fossem proprietários – acesso a áreas para prover o mínimo da própria subsistência, aos poucos transforma-se até extinguir-se nos anos do Mandato Britânico na Palestina. A perda do estilo de vida e dos modelos tradicionais de sobrevivência começam a trazer o ideário nacionalista como uma alternativa, ainda que este fosse relacionado a uma abordagem mais espiritual ou religiosa de interpretação da realidade, em princípio (PAPPE, 2004, p. 834).

2.1. Sionismo

O surgimento desse movimento político deu-se em meados do século XIX e trouxe um viés nacionalista que propôs a autodeterminação do povo judeu e existência de um Estado nacional judaico. Lembrando o trabalho de Yosef Gorny, Norman Finkelstein (2005) afirma que a ideologia sionista surgiu dividida em três correntes: sionismo político, sionismo trabalhista e sionismo cultural. Em comum,

todos os tipos tinham o compromisso com uma maioria judaica na Palestina, embora com argumentos diferentes.

Acerca do sionismo político, suas fundamentações originaram-se no contexto do Iluminismo, liberalismo e racionalismo surgidos após a Revolução Francesa. Dessa forma, essa linha via a questão judaica como uma presença externa a Estados com outras nacionalidades, o que só seria resolvido ao se “(re)estabelecer” um Estado predominantemente judeu.

Para o sionismo trabalhista, além de resolver a ausência de um Estado, precisava-se reformular a estrutura de classes e trabalhadores, que era formada por uma maioria de comerciantes e negociantes. Sua principal influência era inspirada em uma leitura e adaptação do socialismo de Marx, de modo que “o sionismo trabalhista representava menos uma alternativa do que um complemento ao sionismo político” (FINKELSTEIN, 2005, p. 61). Por fim, o sionismo cultural apontava a necessidade de um “centro espiritual” para a sobrevivência do judaísmo em contexto cada vez maior de secularização.

O desenvolvimento deste movimento ideológico aparece como um fenômeno europeu, fruto do viés modernizante da época, aliado a uma abordagem política e colonialista. Segundo Rosemary Sayigh, o sionismo era justificado para

[...] além da ideia de cunho bíblico do “retorno” – [e] empregou assertivas de superioridade civilizacional tiradas do vocabulário do colonialismo. Líderes sionistas frequentemente recorreram a governos ocidentais para apoio, justificando que Israel serviria a interesses ocidentais no Oriente Médio e agiria como seu posto avançado (2015, p. 55).

Ao comparar a literatura de George Eliot (simpatizante do sionismo) com um dos primeiros pensadores sionistas, Moses Hess, Edward Said (2012) aponta que o entendimento de ambos sobre o projeto lança luz em relação à recuperação do pensamento de “uma pátria perdida”. Dessa forma, por um viés ocidental colonial “[...] a Palestina necessitava de desenvolvimento, civilização e reconstrução; que o sionismo traria, finalmente, conhecimento e progresso onde eles não existiam.” Em outras palavras, a posição em relação aos habitantes da Palestina era de que eles eram “incivilizados” e “primitivos” e necessitavam ser “civilizados.”

Nesse sentido de ocupação territorial, o movimento sionista trazia duas alternativas: a via da transferência e a via sul-africana. A primeira diz respeito à conquista da terra, como o nome sugere, por transferência e remoção total dos residentes ou, pelo menos, sua maioria, de forma a criar contingente maior judaico. Embora existisse a retórica de convivência com o povo da região, havia, na realidade, uma tendência de expulsão (FINKELSTEIN, 2005, p. 15). A segunda opção, pela via sul-africana, era de construir “um Estado de apartheid, com uma minoria de colonos dominando uma grande maioria explorada de nativos” (MORRIS apud FINKELSTEIN, 2005, p. 14).

Para os futuros israelenses com maior identificação com o Ocidente, a perspectiva de solução nacional para os judeus europeus era originária de uma espécie de proto-nacionalismo²³ no leste europeu em meados de 1850 (PAPPE, 2004, p. 1021). Este elemento fazia parte de um renascimento cultural e revivalismo do judaísmo como nação, não necessariamente relacionado à religião, de forma a buscar uma solução acerca dos problemas da existência judaica na Europa. Tal situação cresce em duas frentes: nas regiões centrais europeias, com a construção da percepção intelectual sobre a questão judaica e o crescente antissemitismo; e no leste europeu, como solução prática para tal assunto.

Aqui é interessante diferenciar antissionismo de antissemitismo. O primeiro diz respeito à oposição a muitos dos ideais do movimento político sionista. Já acerca da utilização da nomenclatura antissemita, embora seja comumente direcionada aos judeus, é explicada por Leonardo Schiocchet (2015) como tendo origem no termo “semita” que, em sua etimologia, abarca árabes, malteses, etíopes e outras etnicidades da região do Oriente Próximo.

Dessa forma, o estudioso explica que o uso da expressão relacionada apenas aos judeus no início do século XX ocorre devido ao preconceito racial, inclusive com a ascensão nacionalista nazista. Com isso, antissionismo e antissemitismo não são etimologicamente sinônimos, de modo que

[...] Antissemitismo pode significar, assim, dependendo do uso, o preconceito relacionado a todos os povos de origem

²³ Utilizado no sentido de querer maior autonomia política, econômica e cultural dentro dos impérios, por exemplo, sem necessariamente almejar independência do sistema em voga.

semita (incluindo judeus e árabes), ou, em seu sentido coloquial mais comum, apenas o preconceito contra judeus. [...] Quer dizer, ser antissionista significa ser contra o caráter judaico do Estado de Israel e não ser contra o judaísmo ou mesmo contra a existência de Israel em si [...] (p. 27-28).

Feita esta ressalva, a preocupação do destino judaico aumenta com o crescimento da perseguição aos judeus na Polônia, Rússia e Romênia. Estavam sendo realizados massacres contra a população judaica²⁴ na região desde 1880, causando ondas migratórias para a Europa Ocidental e Estados Unidos. Em 1882, acontece a Primeira *Aliya* (migração judaica para a Palestina).

A maioria dos imigrantes fazia parte do movimento Amantes de Sion, fundando assentamentos agrícolas comunais chamados de *kibbutz*. Embora esta primeira migração ainda não trouxesse um ideário sionista consolidado (NETO, 2015, p. 98), entre 1882 a 1914, houve um salto demográfico da população judaica na Palestina, indo para 85 mil.

Ainda que não tenha sido o primeiro intelectual a pensar em termos de sionismo, Theodor Herzl, judeu de Viena, é considerado como principal nome a ajudar na consolidação do programa. A primeira tentativa de Herzl em angariar apoio para colocar em prática tais pensamentos foi o barão judeu Maurice de Hirsch, homem rico e filantropo que já ajudava a Associação de Colonização Judaica na emigração de judeus orientais para Argentina e Brasil, na intenção de dar oportunidade aos judeus empobrecidos e vítimas de preconceitos sofridos na Europa.

Inclusive, em certo momento, Herzl chegou a cogitar a construção de colônias judaicas na América do Sul e África do Sul (SAID, 2012, p. 77). Os sionistas também consideraram a possibilidade de assentamentos em Uganda, Madagascar e EUA. No entanto, após o caso Dreyfus²⁵, Herzl passou a acreditar que a única solução para os judeus era construir uma nova nação em Sion – daí a origem do nome “sionismo” –,

²⁴ Esta questão aumentou com o assassinato do Czar Alexandre II e consequente ascendência do seu sucessor e filho, Alexandre III, ao Império Russo. Este atribuía às políticas liberais de seu antecessor à influência de capitalistas judeus, de forma a buscar implementar novamente políticas mais reacionárias. Além disso, os judeus eram suspeitos de serem lideranças de organizações clandestinas com ideais socialistas e comunistas pela polícia secreta russa e políticos de alto escalão.

²⁵ Alfred Dreyfus (1859-1935) foi um oficial francês de origem judaica acusado, em 1894, de traição. Ele foi apontado como o responsável pelo vazamento de dados militares sigilosos aos alemães. A acusação era insatisfatória e deu-se principalmente por motivos antisemitas e documentos que, depois, provaram-se falsos.

ou seja, a terra prometida por Deus, isto é, Israel (Eretz Israel), apontada como sendo na Palestina.

No ano de 1897, é realizado o I Congresso Sionista, na Basileia (Suíça). Desde então, ficou clara a subdivisão entre os próprios judeus acerca do sionismo. Algumas organizações judaicas no encontro eram contra o movimento. Por exemplo, rabinos ultraortodoxos viam – e ainda veem – o movimento como contrário aos ensinamentos judaicos, que afirmam, por exemplo, que os judeus devem permanecer em exílio, enquanto o messias não retorna (PAPPE, 2004, p. 1060).

De acordo com Schiocchet (2015), até é comum ver judeus ultraortodoxos em movimentos pró-palestinos. Incluindo-se nessas divisões existem também os *mizrahim* – judeus originários do Oriente Médio, os quais geralmente são chamados de judeus-árabes – e acusam o *status quo* israelense, asquenaze, de discriminação (SCHIOCCHET, 2015, p. 26). Portanto, seja em Israel ou não, observam-se diferentes interpretações em relação ao sionismo ou à condução de práticas religiosas do judaísmo.

Tal como ocorre com o cristianismo e com o islã, não existe apenas uma forma de judaísmo. As correntes mais importantes são: o judaísmo ortodoxo moderno (que funde o judaísmo rabínico com o sionismo político), o judaísmo masorti (ou ‘tradicional’, de origem asquenaze [descendência europeia]), o judaísmo reformista (também chamado de ‘judaísmo liberal’, associado sobretudo aos EUA e à Inglaterra) e, por fim, o judaísmo haredi (ultraortodoxo, popular sobretudo entre comunidades sefarditas [da Península Ibérica]). Somados a estas, uma grande parcela da população etnicamente judaica de Israel se identifica como ‘secularista’ ou não-religiosa (SCHIOCCHET, 2015, p. 26).

Dessa forma, o pesquisador alerta que seria reducionismo dizer que o conflito Israel-Palestina é definido apenas em termos de judeus ou israelenses contra palestinos, muçulmanos ou árabes, pois o “[...] sionismo é uma ideologia política irreduzível à etnicidade e religião”. Assim, o Estado israelense “não possui o monopólio da voz dos judeus” (SCHIOCCHET, 2015, p. 30).

Em contrapartida, o antropólogo lembra, ainda, que existem sionistas não-judeus, como o caso dos cristãos sionistas. Estes influenciaram diretamente acordos que posteriormente originariam Israel, com argumentos de que a criação deste Estado

equivaleria “à profecia bíblica do retorno dos judeus à Terra Santa” (SCHIOCCHET, 2015, p. 27).

Tal fator seria claro na Grã-Bretanha, onde a questão do antissemitismo e imigração tornaram-se frequentes no debate político, inclusive por causa de uma “antiga e bem-integrada minoria judaica com membros na elite política” (SAYIGH, 2015, p. 58). Ou seja, políticos importantes como Arthur Balfour, Neville Chamberlain (secretário para as Colônias), entre outros, foram influenciados pelas ideias sionistas e contato com judeus como Lord Rothschild, Herzl e Chaim Weizman.

Apesar de todas estas divergências internas que persistem até hoje, o I Congresso Sionista resultou na criação de um manifesto que afirmava o intuito de criar um “asilo para o povo judeu em Eretz Israel que seria garantido por lei internacional” (PAPPE, 2004, p. 1060)²⁶. O II Congresso Sionista, em 1898, acrescentou a necessidade desse fato ser realizado com a colonização em terras palestinas. Já no III Congresso, Herzl propôs, em princípio, que a questão de legitimidade por lei internacional fosse substituída primeiramente com conversas de liberação da região com o então sultão déspota otomano Abdul Hamid II (que reinou entre 1876 e 1908).

Entretanto, apesar da oferta de grandiosas quantias de dinheiro para o governo otomano em vias de falência financeira – e crescente dependência econômica dos poderes imperiais europeus após a Guerra da Criméia, em especial Grã-Bretanha e França –, seus planos foram frustrados com a recusa de Hamid.

De acordo com Lorena Neal (1995), os principais motivos da recusa hamidiana podem ser divididos da seguinte maneira: 1) entendimento do sultão acerca da importância do seu papel de guardião do Islã como Califa; 2) receio sobre os avanços imperialistas britânicos; 3) a dominação francesa na Tunísia; 4) avanços do Império Austro-Húngaro nos Bálcãs; 5) constante ameaça do vizinho Império Russo; 6) desconfiança nos créditos oferecidos pelos sionistas para compensar os grandes débitos otomanos.

Apesar da primeira alternativa sem êxito de Herzl, ocorria o aumento dos

²⁶ Tradução livre: “The manifesto explained that ‘the Zionist movement aspires to create an asylum for the Jewish people in Eretz Israel which would be guaranteed by international law’”.

massacres de judeus vindos do leste europeu no final do século XIX e início do XX, fator contribuinte para o crescimento da ambição de aplicação dos ideais sionistas, favorecendo a criação de agências de fomento para a construção de assentamentos judaicos na Palestina.

Esta primeira imigração judaica em massa e respectiva compra de terras não significou, de imediato, uma reação palestina, e os dois vizinhos mantinham relações cordiais na maioria dos casos (NEAL, 1995, p. 16). Ainda assim, confrontos começavam a acontecer, principalmente com a mudança de postura dos assentamentos em relação ao povo nativo, como observado nas colônias sionistas sob supervisão do Fundo Nacional Judaico²⁷.

Antes do FNJ, em um primeiro momento, o governo otomano chegou a implementar lei proibitiva da imigração judaica, em 1882, mas por pressões britânicas desde 1888, o rigor legal foi perdendo força. A política oficial do sultão, assim, foi ineficaz para deter as imigrações judaicas. Primeiramente, alguns judeus conseguiam superar a restrição através da entrada na região por Constantinopla ou pelo Egito (com aval britânico). Outros transformavam-se em cidadãos otomanos para ganharem direito de viagem e acomodação.

Em segundo lugar, era comum peregrinos terem vistos especiais para visitarem Jerusalém. Assim, eles costumavam ficar no território até o documento expirar para pedir, então, proteção consular. Por fim, existia a incompetência e corrupção dos oficiais otomanos, que geralmente aceitavam subornos (NEAL, 1995, p. 13-14).

2.2. Fim do Império Otomano e início do Mandato Britânico

Os últimos anos do reinado de Abdul Hamid II foram marcados pela tentativa de angariar a lealdade dos cidadãos árabes (maioria), pois já se percebia em diversos grupos étnicos o crescimento de aspirações nacionais, ao mesmo tempo com o

²⁷ Cf. Luiz Salgado Neto: “O Fundo Nacional Judaico – FNJ [*Keren Kayemet Le-Yisrael*] foi fundado em 1901 no Quinto Congresso Sionista e registrado em Londres em 1907, com o propósito declarado de comprar terras para os judeus. As terras compradas pelo FNJ seriam consideradas exclusivas do povo judeu e, portanto, não poderiam ser vendidas, sendo permitido o aluguel por um período de nove anos, mas apenas para judeus. Além disso, as colônias supervisionadas pelo FNJ não permitiam a contratação de trabalhadores árabes” (2015, p. 99, grifo do autor).

incômodo de maior presença colonial europeia na região. Assim, o governante buscou construir a noção de um nacionalismo otomano – o otomanismo. Embora esta concepção possuísse duas variáveis principais (conservadora e modernista), o denominador comum era a aspiração de uma nacionalidade de identificação otomana e pan-islâmica (MUSLIH, 1988, p. 212).

Tal unidade era contraditória em um contexto de demarcação das diferentes e fragmentadas identidades. O fracasso da tentativa hamidiana levou a uma política de forte coerção. Aqueles que contestavam o otomanismo começaram a fazê-lo em termos árabes, diferenciando-se da ideia de serem otomanos. Dessa forma, a “reidentificação da Palestina como país árabe, em um primeiro momento, não abria rebelião contra os otomanos, mas foi suficiente, quando articulada abertamente, para causar fricções” (PAPPE, 2004, p. 1213)²⁸. Havia, portanto, desejos ambivalentes de deixar o império e, concomitantemente, continuar dentro de sua influência – principalmente com as novas posições sociais da elite urbana e grandes proprietários de terra.

Nesse sentido, ao levarmos em conta os estudos sobre nacionalismos, os projetos de pan-nacionalismo trazem relação estreita com mundos colonizados e movimentos nacionais anticolonialistas, em especial na relação com impérios. É o caso da Grã-Bretanha no Oriente Médio que, por sua vez, deixava mais claros seus interesses expansionistas na região após, finalmente, conseguir o controle estratégico do Canal de Suez (que ligava os mares orientais ao Mediterrâneo), em 1882, e do mercado de algodão egípcio, fundamental para a indústria têxtil britânica.

Embora existissem identidades regionais, religiosas e culturais que conectassem diferentes comunidades, foi a disseminação da visão eurocêntrica, em especial na segunda metade do século XIX, que conduziu à emergência de identidades nacionalistas asiáticas, islâmicas e africanas, por exemplo (AYDIN, 2016).

Nacionalistas em outros territórios do Oriente Médio encaravam dilemas análogos frente a profundas clivagens sociais, sectárias, étnicas e tribais e à luz de tensões entre pan-Islamismo, pan-Arabismo, e patriotismo estatal. Até mesmo a terminologia do nacionalismo refletia algumas dessas ambiguidades e incertezas. A palavra mais comum

²⁸ Tradução livre: “This reidentification of Palestine as an Arab country did not at first lead to open rebellion against the Ottomans, but it was enough, when articulated openly, to cause friction”.

que era utilizada para denotar ‘nação’ em publicações árabes logo após 1918 era *ummah* [referindo-se à comunidade de todos os muçulmanos]. Isto era simplesmente uma transposição do termo que tradicionalmente se referia às comunidades sem fronteiras da fé islâmica. Isso foi, em última análise, deslocado por um novo vocabulário do nacionalismo que distinguia entre *qawmiyyah* (nacionalismo com um quadro de referência pan-Árabe) e *wataniyyah* (nacionalismo direcionado para um Estado particular [...]) (ROSHWALD, 2016, p. 231, grifo do autor)²⁹.

De acordo com Muslih (1998), o forte senso de comunhão e lealdade teve que ser adaptado com o início da desintegração do Império Otomano, pois a identidade imperial demorou a transformar-se em um senso de outras identidades, inclusive movimentos nacionais. Nesta dissertação, entretanto, apenas tocamos no desenvolvimento dos diferentes tipos de nacionalismos, em especial o palestino e árabe. Portanto, nosso enfoque recai nas questões sobre narrativa de uma nação (BHABHA, 1990) e representações de identidade palestina/palestinidade.

Também partimos da concepção de que a narrativa política dos movimentos nacionais e a luta de autodeterminação fortalece a relação de consciência de identidade cultural, mas não a explica em sua complexidade, pois ela também é vivenciada e construída no dia a dia, histórica e culturalmente falando. Assim, buscamos refletir acerca do sentido de compartilhamento do que é ser palestino a partir da heterogeneidade de experiências, elementos culturais e pessoais, alguns destes podendo ser apreendidos com os testemunhos, imagens e histórias apresentadas pelo jornalismo em quadrinhos de Joe Sacco (PEDREIRA, 2016).

Dito isto, o aumento da tendência de unidade pan-árabe³⁰ trouxe, portanto, um

²⁹ Tradução livre: “Nationalists in other Middle Eastern territories faced analogous dilemmas in the face of deep social, sectarian, ethnic, and tribal cleavages and in light of the tensions among pan-Islamism, pan-Arabism, and state patriotism. Even the terminology of nationalism reflected some of these ambiguities and uncertainties. The word most commonly used to denote ‘nation’ in Arab publications of the early post-1918 years was *ummah*. This was simply a transposition of the term that traditionally referred to the bordelles community of the Islamic faithful. It was ultimately displaced by a new vocabular of nationalism that distinguished between *qawmiyyah* (nationalism with a pan-Arab frame of reference) and *wataniyyah* (nationalism directed towards one’s particular state [...])”.

³⁰ Cf. Roberta Vicenzi, o pan-arabismo, de forma geral, é visto como movimento e doutrina que busca uma unidade política árabe – a grande nação árabe – que compartilharia “uma história, uma cultura, uma língua” (2006, p. 1). Entretanto, os maiores desafios dessa ideologia estão em suplantam “o tribalismo e as divisões internas de identidade” (2006, p. 2) com suas respectivas especificidades e construções, incluindo-se as singularidades dos estados-nações e suas fronteiras. Dentro deste escopo, há também a defesa da ideia de solidariedade entre Estados árabes, que poderia substituir a busca de uma unidade política na prática.

dos maiores pontos de convergência dos diferentes movimentos nacionalistas da região: a rejeição do *yishuv* (comunidade judaica na Palestina), que apresentava grau de coesão maior do que as outras organizações nacionais. Por todas as questões apontadas, com a virada do século, acontece a Segunda *Aliya* (entre 1905 e 1914).

A maior diferença desta para a primeira onda migratória era de que os imigrantes judeus, em especial da Rússia, estavam politicamente mais engajados com o sionismo do que os seus predecessores, apoiando a futura criação do Estado de Israel, por meio da “conquista do trabalho” e “conquista do solo” (KHALIDI, 1997, p. 2761)³¹. Isso significava substituir os trabalhadores árabes-palestinos por judeus e uso de força para conquistar a terra.

As reações palestinas acerca do fortalecimento do movimento sionista neste período eram expressas tanto por líderes políticos, como Ruhi al-Khalidi e Sa'id al-Husayini, quanto por artigos em jornais – *Filastin* e *al-Karmil*, por exemplo. De acordo com Rashid Khalid (1997), pela primeira vez, árabes-palestinos percebiam os interesses sionistas como ameaça de fato.

E enquanto fosse compreensível a resposta dos palestinos urbanos alfabetizados de classe média e alta, como expressado na imprensa, no Parlamento Otomano e outros lugares, os quais mais afetaram o pensamento de outros países árabes, nós devemos ver que nas raízes dos medos de muitos daqueles palestinos urbanos sobre o sionismo estava a experiência dos *fellahin* que primeiro entraram em confronto com os colonos sionistas (1997, p. 2771)³².

Voltando ao Império Otomano como um todo, pouco tempo depois da promulgação de uma constituição liberal pelo poder central, em 1876, as ameaças externas fizeram o imperador recuar, dissolver o parlamento e suspender o documento. Por volta de 1889, no entanto, o Comitê de União e Progresso (CUP), popularmente conhecido como Jovens Turcos, começou a agir pela restauração da constituição revogada. O movimento trazia a ideia de uma identidade turca como substituta ao otomanismo (ROSHWALD, 2016, p. 223).

³¹ Versão digital.

³² Tradução livre: “And while it was understandably the response of the literate urban Palestinian upper and middle classes as expressed in the press, in the Ottoman Parliament, and elsewhere, that most affected thinking other Arab countries, we shall see that at the root of fears of many of those urban Palestinians about Zionism was the experience of the *fellahin* who were the first to clash with the Zionist settlers”.

Em 1908, os Jovens Turcos conseguem tomar o poder e abafar o contragolpe do sultão. Com governo conturbado marcado por disputas territoriais, em especial a questão dos Balcãs e tentativas dos árabes em ganhar mais independência dentro do sistema de governo (com conseqüente crescimento do nacionalismo árabe), o Império Otomano entra na I Guerra Mundial, ao lado da Alemanha e Império Austro-Húngaro, em combate contra Reino Unido, França e Império Russo.

A derrota na guerra foi o golpe final para o desmantelamento do Império Otomano. O Acordo Sykes-Picot, de 1916, inicialmente secreto, apontava a divisão do *Mashreq* (Síria, Iraque, Palestina, Jordânia, Líbano e Egito) em zonas de influência e controle direto pela França e Grã-Bretanha.

Com a partilha da região após a Conferência de Paz de Versailles, em 1919, na qual cria-se um novo tipo de colonialismo no *Mashreq*, chamado de mandato (SAYIGH, 2015, p. 59), origina-se o Mandato Britânico na Palestina. Este sistema de governo foi oficializado com a Conferência de San Remo (1920) e chancelado pela Liga das Nações em 1922, enquanto a Declaração de Balfour, de 1917, oficializava o apoio britânico à criação de um estado nacional judaico na Palestina.

Tais acontecimentos agora colocavam a essência de Balfour em termos de uma lei internacional – assim como o sionismo já queria anos atrás. Embora enfrentasse revoltas – inclusive de cunho nacionalista –, greves e boicotes por parte dos palestinos, o governo britânico manteve-se fiel à promessa do lar para os judeus.

Segundo Edward Said (2012), este último documento serviu como base jurídica das reivindicações sionistas, influenciando diretamente questões demográficas e humanas subsequentes. O pensador, dessa forma, divide quatro importantes pontos trazidos com a declaração, a saber: a) foi elaborado por poder imperial europeu; b) sobre território fora da Europa; c) sem levar em consideração a maioria nativa do território; e d) comprometia-se com a criação de um Estado a outro grupo estrangeiro. Tais fatos são enfatizados com a fala do próprio Lord Balfour:

O sionismo, esteja certo ou errado, seja bom ou ruim, está enraizado em uma tradição milenar, em necessidades do presente e esperanças futuras de importância muito mais profunda que os desejos e preconceitos de 700 mil árabes que agora habitam aquela terra antiga. Desta forma, não propomos sequer consultar os desejos dos atuais habitantes do país (BALFOUR apud SACCO, 2011, p. 11).

Embora o discurso, de certo modo, contradiga o lema sionista “uma terra sem povo para um povo sem terra”, a narrativa de que a Palestina era um território sem população nativa ainda hoje é invocada. Em 1969, por exemplo, a então primeira-ministra israelense Golda Meir afirmou a não existência dos palestinos³³. Contudo, em 1976, em artigo no *The New York Times*, Meir voltou atrás e disse que, na realidade, só existiam “refugiados palestinos” (MEIR apud NETO, 2015, p. 91).

Esta afirmativa vai ao encontro, na década de 1980, do controverso estudo de Joan Peters, *From Time Immemorial*. De forma geral, Peters aponta que os habitantes da Palestina só haviam se estabelecido naquela região apenas muito recentemente. Esta população, portanto, seria fruto de imigrantes árabes – e não nativos – sem ligação efetiva com a terra (FINKELSTEIN, 2005, p. 82). Assim, as vontades da população autóctone seriam menos legítimas do que aquelas produzidas pelo movimento sionista.

Para Edward Said, deve-se entender a disputa entre palestinos e sionistas como uma “luta entre uma presença e uma interpretação” (SAID, 2012, p. 10). Em outras palavras, os árabes-palestinos que se encontravam na região estavam presentes antes do movimento sionista que, por sua vez, reivindicavam um território no qual judeus ainda não eram maioria. Dessa forma, apesar do discurso de que os palestinos seriam facilmente absorvidos por seus vizinhos árabes³⁴, não foi o que aconteceu. E as reivindicações políticas e identificações como palestinos por parte desse povo continuariam a existir.

Logo depois da publicação do livro de Peters, historiadores revisionistas começaram a refutar os dados trazidos pela pesquisadora. O judeu-americano Norman Finkelstein, por exemplo, chega a chamar a pesquisa de “monumental embuste” (FINKELSTEIN, 2005, p. 41), ao demonstrar que vários dados estatísticos apresentados pela autora foram distorcidos e citações descontextualizadas.

Pode-se dizer, então, que a narração sobre os eventos históricos com passado “ancestral” em um presente específico tem viés político para justificar determinadas

³³ Recentemente, podemos citar o artigo de opinião de Flávio Bierrebach, publicado na *Folha de São Paulo* em 2014, no qual afirma, tal como Meir, a inexistência de um povo palestino. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/07/1481467-flavio-flores-da-cunha-bierrebach-palestina.shtml>>. Acessado em: 29/10/2015.

³⁴ Em especial com a alternativa da Jordânia, conforme veremos adiante.

ações. Ainda que aponte a existência de um povo local, a afirmação de Balfour demonstra a ideologia colonialista presente no trato britânico e sionista com os nativos palestinos, com a insistente negação de uma população autóctone, tratada apenas como comunidades não-judias existentes nos territórios (SAYIGH, 2015; SAID, 2012).

Por isso, a ênfase narrativa da terra prometida na Palestina, ancestral para judeus, tendo Jerusalém como capital – visto com importância simbólica –, reavivou seu valor político e econômico contemporâneo (HALLIDAY, 2016, p. 438) a uma região que era uma unidade sem grande influência nos séculos anteriores de domínio otomano.

A negativa de uma identidade palestina, portanto, imbrica-se no histórico do conflito e suas narrativas, com justificativas tanto de legitimação quanto deslegitimação de direitos a diferentes culturas. Assim, esquece-se de que, como Eric Hobsbawm chama a atenção, há tradições que são inventadas. Em outras palavras, das práticas que tentam “estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”, como forma de reafirmar características que “parecem ou são consideradas antigas [mas] são bastante recentes, quando não são inventadas” (1997, p. 9).

Com isso, este argumento de ancestralidade apenas para os judeus deve ser contestado, problematizado. Isso porque a ideia de um país na região também já estava presente no imaginário da população local, ao menos no nível de pertencimento e identificação religiosa. Portanto, tanto judeus como muçulmanos e cristãos consideravam a terra disputada como santa, com importância histórica e simbólica para suas crenças.

Dessa forma, utilizando os termos de Benedict Anderson, Rashid Khalidi (1997) aponta que o sentimento de uma “comunidade”, imaginada como unidade política dentro de fronteiras definidas e com direito à soberania fazia-se presente já no início do século XX e era apresentado até pela imprensa³⁵ da época.

Assim, a questão de identidade também deve ser contrabalançada a partir da peculiaridade acerca das lealdades locais (cidades e vilas) e regionais. Desse modo, Khalidi argumenta que a palestinidade sempre trouxe um senso intrincado de vários

³⁵ Durante o Império Otomano, a utilização das palavras ‘palestinos’ e ‘país’ já estavam presentes. Inclusive, o nome do jornal *Filastin* (citado anteriormente) tem o significado de Palestina (KHALIDI, 1997, p. 1345).

níveis, seja islâmico ou cristão, otomano ou árabe, local ou universal, familiar ou tribal.

Tais sobreposições ajudaram e ajudam na construção de “como palestinos vieram a definir a eles mesmos como povo” (KHALIDI, 1997, p. 869). Edward Said traz muito bem estes níveis de compartilhamento e multifacetação de identidades ao dizer que:

[...] para qualquer palestino, não havia dúvida de que seu país possuía identidade e características próprias. É verdade que a Palestina foi parte do Império Otomano, e é verdade também que, em qualquer sentido aceitável, não era um país independente. Seus habitantes referiam-se a si mesmos como palestinos, mas faziam distinção entre eles mesmos, os sírios, os libaneses e transjordanianos. [...] Tudo que era fato – a estrutura da sociedade, a identidade da vila e da família, os costumes, a culinária, o folclore, o dialeto, os costumes distintos e história – era citado como prova, de palestinos para palestinos, de que, mesmo sendo colônia, o território sempre foi sua terra natal e eles formavam um povo: 60% da população vivia da agricultura; o restante dividia-se entre cidadãos e, em número relativamente pequeno, nômades. Todos eles acreditavam pertencer a uma terra chamada Palestina, apesar do sentimento de que também faziam parte de uma grande nação árabe; durante todo o século XX, eles se referiam ao seu país como *Filastinuna* (nossa Palestina) (2012, p. 135-136, grifo do autor).

Com a legitimação do direito à autodeterminação de nações, atualmente, o mundo árabe tem vinte e duas entidades políticas independentes (caso inclua-se a Palestina), que clamam ter origens antigas e árabes (HALLIDAY, 2016, p. 446). Desse modo, ainda que a concepção da invenção das tradições seja uma das características presentes na diversidade de narrativas sobre nacionalismos e busca de construção das nações modernas, incluindo-se a construção de identidades (HALL, 2006a), é limitada, se colocada frente a identificações multifacetadas – embora ajude na elaboração de uma agenda de reivindicações.

Seguindo a iniciativa da Declaração de Balfour, assim, criou-se a Agência Judaica, um corpo de liderança política e representativa judia. Os sionistas, então, já podiam contar com maior organização militar e econômica, autônoma dos palestinos e do Mandato – fator fortalecedor das suas demandas nos próximos anos. Por outro lado, as tentativas de árabes-palestinos em construir uma organização equivalente eram barradas e repreendidas – apenas em 1934, surge um governo embrionário

palestino, a Alta Comissão Árabe.

Como já dito, no período do entreguerras estavam ocorrendo constantes demonstrações de insatisfações camponesas palestinas nos campos e cidades por causa da compra de terras por judeus, principalmente por meio do Fundo Nacional Judaico. As propriedades, adquiridas de donos ausentes³⁶ (muitos moravam em outras regiões), expulsão das populações locais e desenraizamento de fazendeiros que arrendavam as propriedades (ainda que obtivessem compensações financeiras) serviam para os crescentes assentamentos rurais do lado judaico e o aumento do descontentamento dos *fellahin* autóctones.

Somado às revoltas direcionadas aos sionistas desde os anos 1920, explodiu também uma revolta armada contrária ao Mandato Britânico em 1933, liderada pelo pregador muçulmano Izz al-Din al-Qassam – morto em combate em 1935. Sua morte causou grande comoção e seu nome virou sinônimo de martírio³⁷ (sendo chamado de mártir) e símbolo de resistência palestina no imaginário popular.

A partir daí, os embates entre palestinos e os *yishuv* israelenses começaram a ter um viés mais militarizado, culminando na greve geral e *Al-Thawara al-Kubra* (A Grande Revolta) entre 1936 e 1939. O conflito foi de tal forma intenso que, estima-se, 10% da população adulta masculina reprimida tenha sido “morta, ferida ou exilada” (SAYIGH, 2015, p. 62).

Por sua vez, as unidades de comando e inteligência sionistas tiveram treinamento britânico e agiram em conjunto (em especial, o grupo paramilitar Haganá), tendo implementado táticas de repressão que ainda podem ser vistas como recorrentes no conflito israelo-palestino por parte da posterior Força de Defesa de Israel (FDI). Entre elas, punições coletivas, como demolições de casas e vilas.

Estes acontecimentos foram capazes de galvanizar sentimentos antissionistas e pan-árabes no mundo árabe (ROSHWALD, 2016, p. 234). Ainda durante os confrontos, foi montada comitiva comandada pelo Lord Peel para averiguar a situação na Palestina. A Comissão Peel visitou a região em 1937 e recomendou a anexação da maior parte do território à Transjordânia (o que seria hoje a Jordânia), além do

³⁶ Cf. Rashid Khalidi (1997), 58% das terras estavam nas mãos de donos ausentes e não-palestinos, enquanto 38% de palestinos ausentes e 6% de proprietários locais e camponeses. Muitos viam as transações apenas como estritamente comerciais, sem antever as possíveis consequências políticas que já estavam sendo colocadas em curso.

³⁷ Durante as análises, voltaremos a esta questão dos mártires.

controle direto de britânicos em localidades estratégicas. Além disso, sugeria a partilha do território em dois Estados – um judeu e outro palestino.



Fonte: OLIC, N. B.; CANEPA, B. **Oriente Médio: uma região de conflitos e tensões**. São Paulo: Moderna, 2012, p. 52.

Mapa 2: Plano de partilha Comissão Peel

No entanto, a iniciativa foi frustrada, tendo sido rejeitada tanto por palestinos quanto sionistas. Aqueles viam a ideia de soberania judaica em qualquer porção de terra da Palestina como uma afronta, enquanto estes percebiam a iniciativa como entrave ao desenvolvimento de alguma viabilidade política. Em 1939, dando sequência a uma tentativa de apaziguar os ânimos, um Papel Branco (White Paper)³⁸ foi publicado com o intuito de frear a imigração judaica – que não deveria superar um terço árabe –, venda de terras e comprometia-se com a independência da Palestina em até dez anos (KHALIDI, 1997, p. 4764; EL-NIMR, 1993, p. 57). No entanto, com a II Guerra Mundial, novos eventos influenciaram os elementos regionais em disputa, não deixando tal documento entrar em vigor.

³⁸ Papéis Brancos eram documentos expedidos pelo Mandato Britânico da Palestina com viés de políticas públicas.

2.3. A *nakba*

Antes da Segunda Guerra, contudo, os problemas econômicos da região aprofundavam-se com a crise mundial de 1929. Sem sucesso em conquistar espaço com o Mandato Britânico e organizar melhor a própria sociedade, as lideranças palestinas ainda contavam com divisões internas (disputas entre clãs e notáveis, como os Khalidis e, especialmente, Husaynis³⁹ e Nashashibs). Somado a isso, não haviam forças militares organizadas ou aliados confiáveis (KHALIDI, 1997, p. 4784), em um cenário com variados níveis de instrução e descontentamento entre diferentes classes sociais.

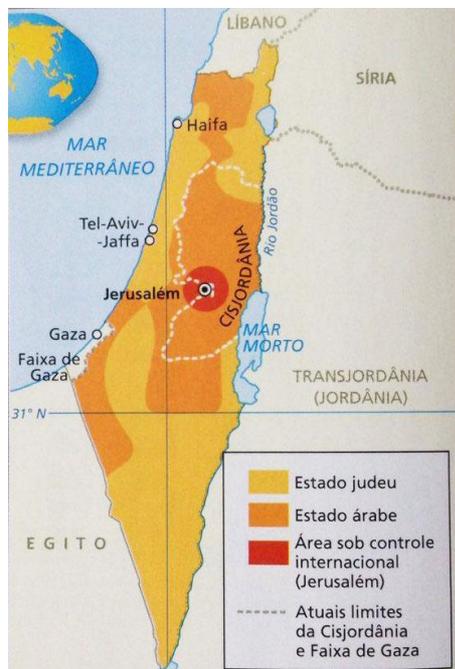
Houve também o incremento da imigração judaica que, apenas em 1935, viu o fluxo de judeus para a Palestina, perseguidos das políticas racistas de Hitler, alcançar as cifras dos 65 mil. Ao final da II Guerra, em 1945, cria-se a Organização das Nações Unidas (ONU) em substituição à antiga Liga das Nações. Entre algumas das características do período estão o aumento do interesse norte-americano pelo Oriente Médio, decadência do colonialismo europeu e a perseguição aos judeus durante o nazismo e Holocausto, de forma que, após o final do conflito, a nova ordem mundial encontrava-se inserida na Guerra Fria.

Por sua vez, as novas potências mundiais – União Soviética e Estados Unidos – concordavam que uma possível solução para a Palestina era a divisão do território entre o movimento sionista e palestinos. Para tanto, formou-se o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP, em inglês). Os membros da UNSCOP levaram nove meses para elaborar o Plano de Partilha, em agosto de 1947, por meio da Resolução 181.

Os representantes sionistas apresentaram uma proposta, enquanto os palestinos não trouxeram alternativa condizente. O Plano, portanto, foi apresentado com a

³⁹ Hadj Amin al-Husayni, por exemplo, era *mufti* (autoridade qualificada na interpretação da lei islâmica) indicado pelos ingleses, mas grande opositor ao Mandato Britânico, tendo sido perseguido por seu papel na Grande Revolta e depois exilando-se. Quando residiu na Alemanha nazista, buscou apoio para a luta nacional palestina e chegou a contribuir com os alemães – fato que serviu como pretexto para propaganda sionista após os confrontos. Em outubro de 2015, em declaração polêmica, o atual primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu acusou-o de incitar o Holocausto. A versão de Netanyahu causou a desaprovação de autoridades e historiadores. Ver, por exemplo: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/10/netanyahu-e-criticado-por-dizer-que-palestino-deu-ideia-do-holocausto.html>>. Acessado em: 10/07/2016.

previsão de que mais da metade do território palestino viraria um Estado judeu, “quando os judeus formavam apenas 35% da população e possuíam apenas 7% da terra⁴⁰” (SAYIGH, 2015, p. 65).



Fonte: OLCI, N. B.; CANEPA, B. **O Oriente Médio: uma região de conflitos e tensões**. São Paulo: Moderna, 2012, p. 52.

Mapa 3: Plano de partilha da ONU

Aliado à pressão do *lobby* sionista⁴¹ nos EUA, a diplomacia norte-americana assim como a russa e a UNSCOP tendiam a aprovar a partilha em dois estados – com a possibilidade de união econômica – como solução para a região. Embora aceito pela ONU, o acordo sofreu a rejeição palestina. Por sua vez, aliado ao apoio emocional no contexto dos sobreviventes dos horrores do Holocausto, o sionismo sentiu-se apto a utilizar como pretexto tal cenário na “expulsão sistemática da população local” (PAPPE, 2004, p. 2767) dentro das áreas demarcadas pela UNSCOP.

⁴⁰ Em 1947, 6,6% das terras palestinas estavam sob o controle de judeus, embora esse número já representasse 13% das terras cultiváveis (SAYIGH, 2015, p. 65). A partilha seria feita com 56,5% dos territórios para judeus, enquanto 43,5% ficariam com os palestinos. Hoje, após outras guerras, com o crescente aumento das ocupações e construção do Muro de Israel, os palestinos vivem em cerca de 11% do território idealizado pela ONU (MABILIA, 2013, p. 123).

⁴¹ Alinhado com os pensamentos predominantemente direitistas dos governos israelenses. Ao longo dos anos, a cooperação entre norte-americanos e israelenses só fez aumentar, seja política, militar ou financeiramente. Ver, por exemplo: CHOMSKY, Noam. **The Fateful Triangle: The United States, Israel and the Palestinians**. London: Pluto Press, 1999.

Doze dias depois da adoção da resolução pelas Nações Unidas, a expulsão dos palestinos começou. Um mês depois, a primeira vila palestina foi destruída por retaliação judaica a um ataque palestino a comboios e assentamentos judaicos. Esta ação foi transformada em uma operação de limpeza étnica em março [com recorrência até 1949], cujo resultado foi a perda para a Palestina de muitos dos seus nativos⁴² (PAPPE, 2004, p. 2820).

Tais ações coincidiram com uma Grã-Bretanha⁴³ enfraquecida pela guerra, que já preparava sua retirada dos territórios, antes mesmo de uma decisão sobre quais medidas de transição seriam tomadas a partir da possibilidade de partição. Em abril de 1948, o Haganá e a Stern Gang (dissidente do grupo paramilitar israelense Irgun) realizaram o massacre da vila de Deir Yassin.

Seguindo estas táticas, colocou-se em operação o Plano Dalet (ou apenas Plano D), que trazia dois principais objetivos: 1) ocupar qualquer instalação chave – militar ou civil – que seria deixada pelos britânicos; 2) limpar etnicamente o futuro estado judaico de quantos nativos fosse possível. Portanto, a maioria das brigadas organizadas pelo Haganá tinha a intenção de destruir vilas e expulsar a população – inclusive alguns alvos eram cidades mistas, isto é, com árabes-palestinos e judeus (como no caso de Jaffa, Haifa, Safad e Tiberíades).

As vilas despovoadas tiveram seus habitantes removidos para outros povoados, exilados ou dispersos pelo país. A prática teve continuidade com a consequente construção de mais assentamentos judaicos nos locais atacados, de forma que era política sionista dar novos nomes judeus, em vez de manter o árabe, como modo de reescrever a história da região.

Segundo a pesquisadora Rosemary Sayigh, ainda que o “apagamento das vilas” seja uma técnica praticada até hoje, permitiu o aparecimento de inúmeras resistências locais, de forma a induzir

processos judiciais, visitas comemorativas anuais, reconstruções, livros, registros de história oral... O localismo de tais resistências é uma forma de força, já que insurreições

⁴² Tradução livre: “Twelve days after the adoption of the UN resolution, the expulsion of Palestinians began. A month later, the first Palestinian village was wiped out by Jewish retaliation to a Palestinian attack on convoys and Jewish settlements. This action was transformed into an ethnic cleansing operation in March, which resulted in the loss to Palestine of much of its indigenous people”.

⁴³ Apesar da omissão em relação aos massacres, o exército britânico chegou a facilitar a evacuação da população nativa.

locais são menos facilmente suprimidas do que uma campanha de movimento nacional (2015, p. 72).

A condição dos refugiados palestinos – grupo com viés mais politizado – dividia-se, portanto, em duas frentes: dentro do próprio território; em outros países – árabes ou não. Nesse sentido, Leonardo Schiocchet, em artigo analisando o cotidiano do campo de refugiados de al-Jalil, no Líbano, percebe que as características de palestinidade no exílio trouxeram, naquela comunidade e seu dia a dia, uma “esfera de luta, transformando existência em resistência⁴⁴” (2013, p. 77) – fator que pode ser ampliado para outras realidades palestinas, embora com especificidades locais.

Para não perder influência no Oriente Médio, por sua vez, os britânicos, então, utilizaram-se de uma última estratégia antes da sua saída total dos territórios. Como o exército transjordânico ainda era dirigido informalmente pelos próprios ingleses, estes realizaram acordo com a Agência Judaica e Transjordânia na partilha da Palestina, apoiados pelos norte-americanos.

Assim, após a retirada britânica, os políticos do mundo árabe prepararam um plano para ‘salvar a Palestina’ e entrar nos confrontos, ou melhor, viram a guerra em curso como pretexto ideal de possibilidade de anexar territórios. Seguido a isso, em maio de 1948, entretanto, é declarada a criação do Estado de Israel, reconhecido pelo presidente norte-americano Harry Truman, depois pela União Soviética e outros países.

Estes eventos fizeram aproximadamente 700 mil palestinos (SAYIGH, 2015, p. 66), de todas as classes sociais, serem expulsos. Dessa forma, acontece uma dispersão em massa das já divididas lideranças nacionais palestinas e diáspora deste povo. Com isso, a vivência palestina no período e suas consequências são chamadas de *nakba* – a grande catástrofe –, ou seja, perda da sua terra natal. Já para os sionistas, os eventos significavam a independência do povo judeu.

De novo a promessa de libertação da Palestina em momentos anteriores e os anseios da população local eram ignorados. O resultado da guerra de 1948 e criação de Israel, junto às derrotas dos exércitos árabes – ainda que a Cisjordânia tenha sido anexada pela Jordânia e a Faixa de Gaza ocupada militarmente pelo Egito –,

⁴⁴ O termo árabe que expressa tal questão é *sumud*. Em inglês, *steadfastness* (firmeza). Voltaremos a este assunto ao longo da dissertação.

influenciaria também o pensamento do nacionalismo árabe, pois

Se o período depois de 1945 começou com o nacionalismo árabe sendo definido em termos de predominância liberal, aspirações à independência, democracia parlamentar, governo civil, secularismo, e pluralismo cultural, isso estava prestes a mudar, sob o impacto das crises de pós-independência em muitos estados, sobretudo envolvendo golpes militares, o crescimento da raiva no mundo árabe acerca da vitória de Israel em 1948-9, o maior impacto político e ideológico nos estados árabes e políticas de massa com a Guerra Fria, aumento da influência da URSS e China em parte significativa da vida intelectual árabe (HALLIDAY, 2016, p. 441)⁴⁵.

Desse modo, a experiência compartilhada de desapropriação e trauma (LACAPRA, 2006) marca profundamente a memória coletiva (HALBWACHS, 2013) e pessoal palestina, trazendo outros elementos para a construção do senso de palestinidade e pertencimento a uma comunidade, refletidos também nos próximos acontecimentos históricos. Dessa forma, esta continuidade da “catástrofe” perpetua-se, como aponta Joe Sacco na introdução de *Notas sobre Gaza*:

Como me disseram em Gaza, “os eventos são contínuos”. Os palestinos nunca puderam se dar ao luxo de digerir uma tragédia antes que outra lhes fosse imposta. Quando eu estava na região, muitos jovens ficavam perplexos ao tomar conhecimento de minha pesquisa sobre os acontecimentos de 1956. De que adiantaria para eles relembrar a história que eu tinha a contar se estavam sob ataque, se suas casas estavam sendo demolidas *hoje*? Porém, o passado e o presente não podem ser desassociados com tanta facilidade; eles são parte da mesma sucessão implacável de eventos, uma distorção histórica (SACCO, 2010, p. IX, grifo do autor).

Edward Said (2012) complementa este raciocínio ao apontar que, apesar do destino do seu exílio forçado, diversas gerações pós-1948 ainda mantêm conexão com a Palestina, de forma a trazer uma “pequena evidência simbólica” e “aspecto

⁴⁵ Tradução livre: “If the period after 1945 began with Arab nationalism being defined in predominantly ‘liberal’ terms, aspiring to Independence, parliamentary democracy, civilian rule, secularism, and cultural pluralism, this was soon to change, under the impact of the post-independence crises in many states, above all involving military coups, the post-independence crises in many states, the rise anger in the arab world over the Israeli victory in 1948-9, and, from without the region but with major political and ideological impact on Arab state and mass politics, the Cold War and the rising influence of USSR and China on a significant part of Arab intellectual life”.

sentimental” daqueles que “teriam nascido na Palestina, não fosse 1948” (p. 140). A delicada questão dos refugiados fez surgir, ainda em 1949, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados no Oriente Próximo (com a sigla em inglês sendo UNRWA).

Embora não seja uma atitude exclusiva dos palestinos, portanto, a narrativa das perdas são ressignificadas coletivamente como triunfos e heroica perseverança contra diversos obstáculos (KHALIDI, 1997, p. 4866). Dessa forma, “[...] costumes, heranças culturais, conquistas ou derrotas, fazem parte da memória de uma nação e podem fortalecer a percepção de um esforço comum de identidade” (PEDREIRA, 2016, p. 84). Todas estas questões e consequências da *nakba* são bem colocadas nas palavras de Edward Said acerca de identidades palestinas:

A relação com o Islã, com o nacionalismo árabe, com a luta anticolonialista e antiimperialista do Terceiro Mundo, com o mundo cristão (e sua ligação histórica e cultural única com a Palestina), com os marxistas e com o mundo socialista, tudo isso põe sobre os palestinos um fardo de interpretação e uma multiplicação de identidades [*selves*] [...]. Somos árabes e, no entanto, não somos simplesmente árabes. Somos exilados e, no entanto, somos hóspedes tolerados em certos países de nosso exílio [...] (SAID, 2012, p. 141, grifo do autor).

Com a Resolução 194, de 1948, a ONU reconhecia como objetivos para a paz na região três elementos principais: 1) o direito de retorno⁴⁶ dos refugiados palestinos – ou, caso não quisessem, o recebimento de indenização sob princípios de lei internacional e justiça; 2) a necessidade de internacionalização de Jerusalém; 3) a partição da região entre as duas populações. O mediador da ONU, Conde Bernadotte, era o encarregado de dar sequência às negociações.

Contudo, após o assassinato de Bernadotte por extremistas judeus, foi necessário formar, então, uma comissão para dar prosseguimento às conversas. Os novos mediadores conseguiram que as lideranças palestinas e árabes aceitassem os termos. E, sob pressão norte-americana, o governo de David Ben Gurion – então primeiro-ministro israelense – concordou em sentar à mesa para discutir sobre o processo de paz, mas, logo depois de Israel ter sido aceito membro da ONU, negou as

⁴⁶ Em árabe, *al-'Awda* – o Retorno. Este elemento na narrativa palestina é ressignificado coletivamente, sendo importante questão entre refugiados, em especial aqueles fora dos Territórios Ocupados (SCHIOCCHET, 2015, p. 13).

propostas em menos de um dia – com reflexos até hoje (PAPPE, 2004, p. 3118).

2.4. Anos perdidos e reemergência do nacionalismo palestino

A partir dos constantes fracassos diplomáticos e derrotas, tanto das lideranças palestinas quanto árabes, produziu-se o que os palestinos chamam de “anos perdidos”. Ou seja, dentro de um contexto devastado pelos conflitos e de diáspora da população, frente a um projeto sionista fortemente organizado e militarizado, um movimento nacional palestino mais unificado não conseguiu ser estruturado até meados da década de 1960, havendo “poucas indicações para observadores estrangeiros da existência de uma identidade palestina independente ou de um nacionalismo palestino” (KHALIDI, 1997, p. 4511).

Tal característica pode ser explicada pela dificuldade, dentro da divisão ocasionada com a partilha da Palestina, do *status* das diferentes categorias e experiências como palestinos. Dessa forma, esta nação dispersa já enfrentava variadas barreiras de participação política e autorização para formar organizações ou manifestar sua identidade.

Com orientações antiimperialistas, socialistas e determinadas alianças com a União Soviética – para modernizar armamentos, principalmente –, os regimes da região viam, portanto, a questão palestina como principal galvanizador de sentimentos nacionalistas no mundo árabe (HALLIDAY, 2016, p. 437). Seu viés transnacional, portanto, era um interessante exemplo do pensamento pan-árabe – em ascensão novamente depois do declínio do pan-islamismo pós-1945.

Como apontado anteriormente, embora a ideia de uma unidade árabe seja anterior a este momento histórico, a “primeira organização pan-árabe significativa foi a Liga dos Estados Árabes [ou apenas Liga Árabe] estabelecida em 1945” (AYDIN, 2016, p. 687). Com os processos de descolonização e para além dos acordos entre os governos árabes, a entidade simbolizava sentimentos de solidariedade árabe, em especial contra a “dominação ocidental e ameaças israelenses” (AYDIN, 2016, p. 687).

O papel de Gamal Abdel Nasser, então presidente egípcio, era o ponto maior de personalização dessa ideologia. Sua retórica, aliada às ações de sabotagem e

guerrilha palestina⁴⁷ nos territórios judeus, servia como justificativa para os sionistas de que o mundo árabe era “intrinsecamente hostil” a Israel (PAPPE, 2004, p. 3488).

Neste cenário, o chamado nasserismo egípcio reivindicava o domínio de dois territórios após a saída dos britânicos: o Sudão e o Canal de Suez. Em relação ao primeiro fator, o Egito buscava anexar aquele país, enquanto líderes políticos sudaneses – apoiados pela Grã-Bretanha – lutavam contra esta possibilidade, tornando-se independentes por conta própria. Já a segunda problemática dizia respeito à disputa desta região estratégica, principalmente no transporte de petróleo.

Na década de 1950, então, acontece a crise do Canal de Suez. No primeiro momento, os egípcios efetuaram diversos ataques contra as instalações britânicas e sua zona militar no canal. Depois, veio a oposição do Reino Unido e França acerca da reivindicação egípcia sobre o canal, que operava desde 1869 sob supervisão da Companhia Franco-Inglesa do Canal de Suez (HALLIDAY, 2016, p. 437). Em 1954, as forças inglesas são evacuadas, após acordos.

Contudo, o governo de Nasser nacionaliza o Canal de Suez em julho de 1956, ocasionando o ápice da disputa. Reino Unido e França viram a atitude nacionalista egípcia como ameaça a algumas das suas últimas posições coloniais na região (britânicos na Arábia Saudita, Iraque e Golfo, franceses na Argélia). A saída encontrada era realizar um acordo secreto com Israel. Em contrapartida à ajuda israelense, as Forças de Defesa de Israel (FDI) seriam supridas com armamentos mais modernos e materiais para começar seu programa nuclear. A militarização da sociedade israelense, portanto, alcançaria um novo nível.

A reeleição de Ben-Gurion como primeiro-ministro de Israel – após mandato de Moshe Sharett – e o prestígio do general Moshe Dayan, junto aos sonhos de expansão israelense, viram na Guerra de Suez uma boa oportunidade. Então, quando Reino Unido e a França centraram seus ataques no Egito, Israel invadiu Gaza (sob domínio Egípcio desde a partilha da Palestina) e a Península do Sinai (no próprio Egito).

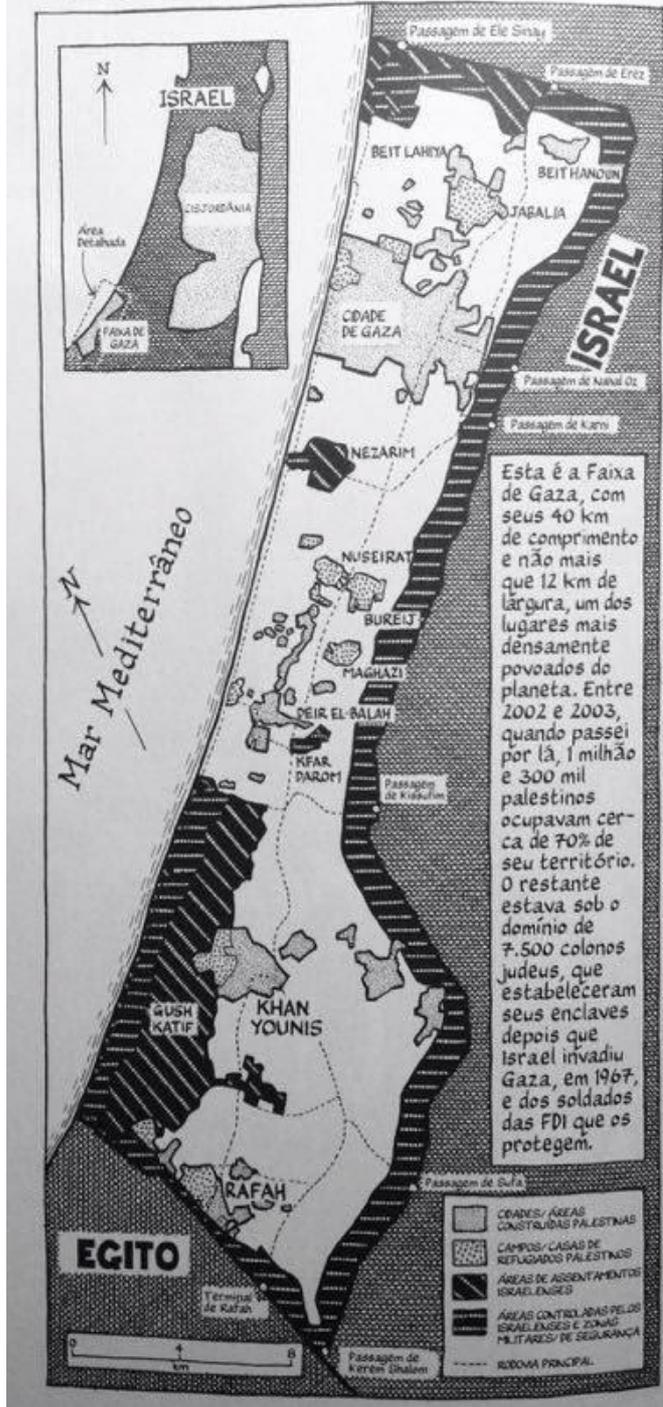
Este pano de fundo, por sua vez, faz parte da investigação de Joe Sacco acerca

⁴⁷ Principalmente com a figura dos guerrilheiros *fedayeen* – presentes no imaginário coletivo palestino como parte da resistência heroica (*muqawama*) da nação. Este termo também foi utilizado como símbolo das lutas armadas dos *fellahin*, alguns anos antes. Voltaremos a este assunto durante as análises.

dos massacres acontecidos em Khan Younis e Rafah (cidades fronteiriças ao Egito), entre 1956 e 1957. A pesquisa foi realizada em viagens que o autor fez à Faixa de Gaza entre novembro de 2002 e março de 2003 (auge da Segunda Intifada – ver mais à frente), cuja região corresponde ao Mapa 4 abaixo. Joe Sacco coletou testemunhos e pesquisou documentos da década de 1950 – inclusive tendo contratado dois pesquisadores israelenses para ajudar nos arquivos do Estado de Israel e Knesset⁴⁸, por exemplo. Como resultado, surgiu a obra *Notas sobre Gaza*, parte do nosso *corpus* de pesquisa.

⁴⁸ O parlamento israelense.

A FAIXA DE GAZA



Fonte: SACCO, J. **Notas sobre Gaza**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.18.

Mapa 4: Faixa de Gaza

Embora a aliança europeia com Israel tenha saído vitoriosa no confronto, a estratégia adotada na guerra fez os EUA e a URSS exercerem pressão internacional para forçar a retirada das tropas dos territórios invadidos. Por sua vez, Nasser saía fortalecido, visto como importante liderança no mundo árabe e na luta por hegemonia na região – disputada com a Síria e Iraque, principalmente.

No final dos anos 1950, enfim, observa-se o crescimento de uma nova geração de grupos e movimentos nacionalistas palestinos. Geralmente desenvolvidos, de forma inicial, por universitários refugiados em outros países, surge, em um primeiro momento, o Movimento Palestino de Libertação (Fatah)⁴⁹ e, posteriormente, a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP)⁵⁰ e a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP).⁵¹ Em resposta ao florescimento das organizações independentes palestinas, que davam fim aos “anos perdidos” e mostravam novo fôlego do nacionalismo palestino, a Liga Árabe funda, em 1964, a Organização pela Libertação da Palestina (OLP)⁵².

2.5. Guerra dos Seis Dias⁵³

Em entrave com a Síria, Israel decide, no início dos anos 1960, construir um aquífero para canalizar fluxo de água para seus territórios. A questão perdura até meados de 1967, quando ambas as partes decidem realizar demonstrações de força como intimidação, ficando clara a superioridade aérea israelense. Temendo uma invasão e somando os anos de tensão, o ministro de defesa sírio, Hafiz al-Asad, recorre ao Egito. Como resultado, forma-se aliança militar entre egípcios, sírios e jordanianos.

⁴⁹ Em árabe *Harakat al-Tahrir al-Filastini*, cuja sigla invertida corresponde a Fatah, significando “conquista”. Seus principais objetivos eram a libertação de toda a Palestina e a defesa de um Estado democrático, secular e plurirreligioso (MOHAMMED, 2014, p. 55). Entre seus fundadores, encontrava-se Yasser Arafat (conhecido também como Abu Ammar) e Khalil al-Wazir (ou Abu Jihad).

⁵⁰ Fundada por George Habash, tinha influências esquerdistas com tendência socialista, as quais buscavam transformar o mundo árabe por meio de uma revolução, para, então, pensar na libertação da Palestina.

⁵¹ Fruto da cisão com a FPLP.

⁵² A criação da OLP foi resultado da pressão dos governos árabes na tentativa de controlar os sentimentos de radicalização dos movimentos de guerrilha palestinos e garantir seus interesses na região. A tática de controle não durou muito e a OLP tornou-se um importante apoio de luta nacional palestina, especialmente após a Guerra de junho 1967.

⁵³ Acontecimento chamado pelos palestinos como *al-Naksa* – o Revés.

O governo israelense, sob liderança do primeiro-ministro Levi Eshkol, reage fortalecendo presença militar nas fronteiras com o Egito, que, por sua vez, bloqueia a passagem de navios israelenses pelo estreito de Tiran. Em junho de 1967, Moshe Dayan é colocado no comando para uma provável ofensiva de Israel, a qual aconteceria no mesmo mês.



Fonte: OLIC, N. B.; CANEPA, B. **Oriente Médio: uma região de conflitos e tensões**. São Paulo: Moderna, 2012, p.55.

Mapa 5: Conquistas israelenses na Guerra dos Seis Dias

A partir de um confronto de *blitzkrieg* (campanha militar intensa), as forças israelenses exploraram o elemento surpresa e, em seis dias – por isso, o nome Guerra dos Seis Dias – ocuparam a Cisjordânia, Faixa de Gaza, a Península do Sinai e Colinas de Golã (Síria), causando perplexidade com a acachapante vitória e superioridade militar frente aos armamentos soviéticos dos países árabes.

Com a ocupação israelense pós-1967, por exemplo, aparece o refugiado palestino dentro do próprio território, agora ocupado por Israel na Faixa de Gaza e Cisjordânia. Segundo o *Palestinian Bureau of Statistics* (dados de 2010), a demografia palestina consolida-se da seguinte maneira: dentre os 10.972.158 de palestinos do mundo, 37,5% reside na Palestina Histórica, 12,4% em Israel, 44,4% em países árabes e 5,7% em outras localidades (SCHIOCCHE, 2015). Dessa forma, os eventos que levaram à fragmentação demográfica palestina persistem até hoje.

Como exemplo, a questão dos refugiados palestinos e seus descendentes é

intrincada. Aqueles que buscaram refúgio na Jordânia geralmente são considerados jordanianos⁵⁴, enquanto na Síria não são cidadãos nem possuem direito a votar, embora tenham direitos e obrigações de sírios – por exemplo, serviço militar obrigatório, acesso à universidade pública, além de liberdade de possuir própria terra ou negócio.

No caso do Líbano, os palestinos não têm cidadania e sua presença, de grande maioria muçulmana, sempre foi vista como delicada em termos de balança étnica-religiosa no país. Com a ocupação israelense na Guerra dos Seis Dias, cria-se uma diferenciação entre os palestinos residentes pré-1967 (em alguns casos, podendo ter cidadania israelense, ainda que limitada por políticas segregacionistas) e aqueles dos Territórios Ocupados. Estes, por sua vez, possuem uma experiência de refugiados (ver capítulo 5) internos, sob a constante política de construções de assentamentos⁵⁵ judaicos, toques de recolher e muitas dificuldades na garantia dos direitos de ir e vir.

A partir do divisor de águas de 1967, portanto, os ideais pan-arabistas (em especial, o nasserismo no Egito e baathismo na Síria e Iraque) entram em declínio. Nesse mesmo ano, as tensões do movimento nacional palestino – que se situava entre o pan-arabismo e a especificidade em buscar ser um estado-nação – adquire um novo viés, adotando um discurso de particularismo da causa e reafirmação de identidade palestina frente ao mundo árabe, buscando ficar fora do controle pan-arabista.

Após a derrota catastrófica de 1967, tornou-se óbvio que os Estados árabes não poderiam resolver sua disputa com Israel pelas armas. O acordo político era a nova ordem do dia, e dele fez parte um ressurgimento dramático da influência dos Estados Unidos na região. Antes de falecer, em 1970, o próprio Gamal Abdel Nasser fez a transição ideológica da

⁵⁴ Apesar disso, as tensões demográficas e políticas levaram o governo jordaniano, em 2010, a desnaturalizar cerca de 2.700 palestinos-jordanianos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1541735-5602,00-JORDANIANOS+DE+ORIGEM+PALESTINA+PERDEM+CIDADANIA.html>>. Acessado em: 26 ago 2016.

⁵⁵ Ver, por exemplo: *Israel aprova construção de 463 casas em assentamentos na Cisjordânia*. Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/internacional/2016/08/31/israel-aprova-construcao-de-463-casas-em-assentamentos-na-cisjordania.htm>>. Acessado em: 2 set 2016; *ONU faz duras críticas a Israel por decisão de construir novos assentamentos na Cisjordânia*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-faz-duras-criticas-a-israel-por-decisao-de-construir-novos-assentamentos-na-cisjordania/>>. Acessado em: 22 ago 2016; *Israel rebate críticas da ONU sobre assentamentos na Palestina*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/07/29/israel-rebate-criticas-da-onu-sobre-ampliacao-de-assentamentos-na-palestina.htm>>. Acessado em: 22 ago 2016.

unidade árabe e da luta de libertação anti-imperialista para o compromisso político com os Estados Unidos, o respeito à integridade de cada Estado da região e objetivos políticos limitados, indicando a aceitação de Israel (quando antes havia rejeição) (SAID, 2012, p. 191).

Em novembro de 1967, o Conselho de Segurança da ONU adota a Resolução 242, na qual propõe a retirada israelense de todos os territórios ocupados na guerra como solução para a paz com os vizinhos árabes. Contudo, até hoje, apenas a Península do Sinai foi devolvida.⁵⁶

2.6. Reconhecimento da OLP

O fortalecimento institucional da OLP teve que contornar todas essas particularidades e demandas. Assim, ainda que funcionasse como grande aglutinador de organizações palestinas – como visto, a maioria surgida no exílio –, a Fatah (sob liderança de Yasser Arafat) ganhou destaque, assumindo o controle da entidade em 1969. E, por causa das suas origens, desenvolveu-se a partir de um pensamento político “mais associado às comunidades exiladas em outros países do que àquelas da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e aos palestinos que permaneceram em Israel [...]” (MOHAMMED, 2014, p. 57).

Sua narrativa reforçava a ideia do direito de retorno (*al-awda*) dos palestinos para a Palestina – em exílio desde 1948 – mas, por outro lado, as comunidades em Israel e dos Territórios Ocupados em 1967 queriam a imediata libertação da região para depois pensar no retorno dos exilados. Embora com objetivos comuns a longo prazo, as prioridades momentâneas eram diferentes.

Dessa forma, a OLP enfrentava dificuldades em unificar os diferentes programas ideológicos e de ação das entidades que englobava. Com influências socialistas variadas e táticas de guerrilha, os grupos procuravam agir como entendiam ser melhor para a “libertação da Palestina”. Por isso, a dispersão palestina produziu três frentes: “aspiração pela autodeterminação, a ausência de bases territoriais seguras

⁵⁶ Em 1978, o Egito (com o presidente Anwar al-Sadat) e Israel (do primeiro-ministro Menachem Begin) deram início a conversas bilaterais com mediação dos EUA (presidente Jimmy Carter). O resultado foi o acordo de paz Camp David no mesmo ano, a consequente devolução do Sinai ao Egito e reconhecimento egípcio da existência de Israel. A atitude levou o Egito a ser expulso da Liga Árabe à época, sendo readmitido posteriormente.

e viáveis e a necessidade de estabelecer uma autoridade palestina que, se possível, não se envolvesse com a autoridade local” (SAID, 2012, p. 153).

Este último fato faz lembrar que a OLP não se encontrava nos territórios palestinos, mas em determinados países árabes com autoridades próprias. Assim, a organização começou a funcionar de maneira equivalente à Agência Judaica pré-Israel, sendo uma espécie de “Estado a caminho” de um governo em exílio (KIMMERLING; MIDGAL apud DEMANT, 2002, p. 237), de modo que sua principal estrutura encontrava-se na Jordânia. A infraestrutura formada nos campos de refugiados palestinos acabou formando uma espécie de poder paralelo em relação ao poder central anfitrião.

Dessa maneira, o governo dinástico jordaniano hachemita, liderado pelo rei Hussein, começava a ver com preocupação a situação e temia perder seu poder, ameaçado inclusive demograficamente pela grande quantidade de palestinos no país. Por sua vez, a Fatah utilizava os territórios da Jordânia como base da sua luta de guerrilha contra Israel na fronteira da Cisjordânia, enquanto era comum que grupos como a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) utilizarem-se do sequestro de aviões como ação para libertação de prisioneiros políticos para dispor da tática de “plantar” bombas em Israel e ataques em instalações militares.

A tentativa jordaniana em desarmar os militantes palestinos acabou ocasionando o episódio conhecido como Setembro Negro⁵⁷ – culminando na morte de milhares de pessoas nos campos e instalações da OLP, obrigando esta entidade a ser transferida para o Líbano. Ao longo dos anos, os confrontos entre militantes palestinos e forças israelenses continuariam nas fronteiras deste país.

Em 1982, portanto, somado às tensões étnico-religiosas e políticas libanesas, a presença da organização levou à invasão do sul libanês por Israel, tendo como uma das justificativas derrotar as frentes guerrilheiras palestinas – resultando na expulsão da OLP e seu exílio na Tunísia. Uma das consequências dos conflitos foi o massacre⁵⁸ dos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila pela milícia libanesa maronita

⁵⁷ Um dos resultados dos confrontos foi o surgimento do grupo palestino homônimo Organização Setembro Negro, responsável pelo sequestro e assassinato de onze atletas israelenses nas Olimpíadas de Berlim, Alemanha, em 1972. A maioria dos membros da Setembro Negro foi assassinada posteriormente pelo Mossad (serviço de inteligência israelense).

⁵⁸ Este acontecimento é tema de filmes como a animação de não-ficção *Valsa com Bashir*, do diretor Ari Folman – ganhador do Globo de Ouro em 2008.

(com conivência do ministro de defesa israelense Ariel Sharon – futuro primeiro-ministro israelense).

As medidas de ação palestinas com sequestros e bombas plantadas, entre outras, atrasaram diálogos e fizeram relacionar quaisquer atitudes palestinas ao terrorismo. Assim, adicionou-se mais um entrave às negociações de paz, já que a OLP passou a ser considerada uma organização terrorista, tanto por Israel como por boa parte da imprensa e dos interlocutores ocidentais.

Nos Territórios Ocupados, inclusive, aos olhos israelenses, o significado de resistência palestina era amplo o suficiente – podia ser o uso da bandeira palestina, panfletos ou outras manifestações nacionalistas – para declarar prisão ou deportação. O cenário faz com que, em 1974, a OLP publicasse seu Programa de Estágios. Este era um documento político comprometido com a libertação dos territórios ocupados em 1967, deixando de lado, por hora, os desejos de recuperar a Palestina pré-1948.

Isso representou uma gradual mudança da estratégia focada apenas na luta armada rumo ao caminho da diplomacia. A medida fez a Liga Árabe reconhecer a organização como única e legítima representante do povo palestino, seguidos pela ONU em 1975 e posteriormente pela comunidade europeia em 1981.

2.7. Intifadas e Acordos de Oslo

As derrotas da OLP e o exílio na Tunísia enfraqueceram a luta armada da organização, pois suas bases agora encontravam-se mais longe de Israel, Cisjordânia e Gaza. Além disso, crescia a desilusão causada pelos constantes fracassos e descréditos dos próprios palestinos ao ver esta liderança sem condições de produzir soluções para o problema da ocupação tampouco para a questão dos refugiados. No próprio mundo árabe, a entidade também parecia não ter mais tanto apoio.

Somado a isso, os palestinos que continuavam dentro dos Territórios Ocupados viviam uma relação econômica desigual com Israel, a qual os deixava dependentes. Assim, não haviam investimentos nas áreas palestinas em termos de infraestrutura, enquanto a economia israelense aproveitava-se da mão-de-obra barata árabe-palestina, embora o nível de desemprego alcançasse cerca de 35% para os homens. Estes recebiam, em média, cerca da metade dos salários dos trabalhadores

judeus; empreendedores lutavam para conseguir concessões e subcontratos; camponeses tinham dificuldades em manter-se em suas fazendas e eram muitas vezes forçados a sair (PAPPE, 2004, p. 4951) – tal como em outros momentos na história do conflito.

Todos estes fatores desencadearam o surgimento da Primeira Intifada⁵⁹ (1987-1992), isto é, revolta civil palestina essencialmente popular contra a situação de ocupação israelense, sem lideranças definidas. O papel tanto de camponeses quanto cidadãos demonstra a abrangência do movimento, que se caracterizou pelo protesto praticamente desarmado, o qual utilizava basicamente pedras como principais armas contra o exército israelense, táticas de furar bloqueios, improviso de organizações alternativas para educação e agricultura, greves, além de maior participação das mulheres nas manifestações – apesar de serem uma sociedade extremamente patriarcal (SAID, 2012, p. XLIV).

[...] Nessas circunstâncias, a revolta espontânea da *intifada*, baseada na resistência nos territórios ocupados, em dezembro de 1987, que pegou a liderança da OLP de surpresa, deu um impulso extremamente necessário ao movimento nacional palestino, o qual estava claramente enfraquecendo. Ela também reestabeleceu ‘o interior’, a própria Palestina, como centro de gravidade da política palestina, em vez do ‘fora’, a diáspora palestina, onde tinha sido localizada por tantas décadas (KHALIDI, 1997, p. 4981, grifo do autor)⁶⁰.

Ao renovar os ânimos palestinos, a Intifada também impressionou e acordou a opinião pública internacional e israelense. Com os olhos voltados para a região e a reação desproporcional das FDI, com prisões sem julgamento, torturas, demolição de casas e isolamento de vilas como áreas de segurança militar (PAPPE, 2004, p. 4998) percebia-se os limites da forma de ocupação. Aproveitando o cenário, a OLP lança a Declaração de Independência em 1988.

A medida trazia novamente preocupações como o destino dos refugiados, o futuro de Jerusalém e a natureza das fronteiras palestinas, além de ser o primeiro

⁵⁹ O significado da palavra *intifada*, em árabe, significa literalmente ‘insurreição, revolta’.

⁶⁰ Tradução livre: “[...]In these circumstances, the spontaneous outbreak of the *intifada*, the grassroots popular uprising in the occupied territories, in December 1987, which took the PLO leadership by surprise, gave a much-needed boost to a Palestinian national movement at was clearly flagging. It also reestablished ‘the inside’, Palestine itself, as the center of gravity of Palestinian politics, rather than the ‘outside’, the Palestinian diaspora, where it had been located for so many decades”.

documento a comprometer-se com o princípio de igualdade entre homens e mulheres palestinos em um possível Estado. Pela primeira vez, também, a OLP reconhecia a necessidade do fim da luta armada e reconhecimento do Estado de Israel.

Este último elemento causou resistência entre os próprios palestinos, mas a Fatah conseguiu manter a posição para aproximar-se diplomaticamente dos EUA, o qual reconhece neste mesmo ano a organização como legítima representante do povo palestino. Entretanto, a estratégia em apoiar o Iraque de Saddam Hussein – o qual geralmente apresentava suporte à causa Palestina – na Guerra do Golfo quase custou os diálogos com os norte-americanos, mas após os conflitos, as negociações seguiram em Madri e Washington em 1991, pré-Acordos de Oslo, ainda sem acordos definitivos.

Portanto, é nesse contexto da Primeira Intifada que Joe Sacco chega em Gaza e Cisjordânia no inverno entre 1991 e 1992 para iniciar suas pesquisas para *Palestina* – nosso *corpus* de pesquisa –, o que representa um importante período para se entender algumas questões de palestinidade, exacerbadas com o dia a dia nas ruas e famílias.

As conversas de 1991, ocasionadas com o suporte da opinião pública gerado pela Intifada seguiram-se ao desaparecimento de importante aliado da OLP – a União Soviética – e diminuição da ajuda financeira da Arábia Saudita por causa da posição da entidade na Guerra do Golfo. Tais fatores aumentaram ainda mais as atitudes pragmáticas da organização – que enfrentava o descrédito palestino com constantes denúncias de corrupção e poucos avanços efetivos na solução dos problemas.

Em 1992, assume o primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin, do Partido Trabalhista, considerado centro-esquerda. Com ele, Israel reconhece pela primeira vez a OLP como entidade representativa do povo palestino. Secretamente negociado, Yasser Arafat, Rabin e suas delegações firmam acordo em Washington, mediado pelo presidente norte-americano Bill Clinton, chamado Acordos de Oslo (por causa do local onde as discussões aconteceram).

Contudo, o ponto principal que foi discutido girou apenas em torno das modalidades de autonomia na Faixa de Gaza e Cisjordânia, que seriam controladas pela Autoridade Palestina (AP). Enquanto isso, os tópicos mais importantes para os palestinos tinham dificuldades de avançar na pauta, tais como: fim da ocupação

israelense; retirada dos assentamentos ilegais; disposição de Jerusalém; resolução para a questão dos refugiados; questão do controle de recursos de água; definição de fronteiras; estabelecimento do Estado Palestino; e paz final.

A criação da AP, por sua vez, tinha como objetivo servir como um governo de transição até o estabelecimento do Estado Palestino, o que deveria ter acontecido até 1999, com a retirada de Israel de Gaza e Cisjordânia, ocupados desde 1967. Israel, entretanto, ainda controla a maior parte da região – inclusive, os acessos por via terrestre, marítima e aérea. Já a AP ficou responsável principalmente por questões civis e de segurança interna dos territórios, ao mesmo tempo que instituíram-se – com Oslo I e II uma tentativa de firmar a autonomia palestina na Faixa de Gaza e ampliá-la na Cisjordânia, foco de uma complexa divisão em zonas.

Travado pelo assassinato de Yitzhak Rabin, em 1995, por um extremista judeu, e pela eleição de Benjamin Netanyahu como primeiro-ministro, em 1996 (do partido de direita Likud), o processo de paz evoluiu pouco. Em 2000, a vitória eleitoral de Ehud Barak reacendeu a esperança de um novo fôlego nas negociações. Ele e Yasser Arafat reuniram-se em Camp David para negociar o *status* final das fronteiras palestinas e, novamente, questões complicadas como acesso às fontes de água, a situação de Jerusalém e a questão dos refugiados. Nenhum acordo satisfatório saiu, causando grande descontentamento entre os palestinos.

Neste ínterim, o líder do Likud, Ariel Sharon, decidiu visitar a Esplanada das Mesquitas, na parte árabe de Jerusalém, onde se encontra a mesquita Al-Aqsa – importante local sagrado do Islã. Vista como provocação, a atitude marca o início da chamada Segunda Intifada (2000-2005) – conhecida também por Intifada Al-Aqsa. Por sua vez, este acontecimento

[...] falhou em emular o movimento em massa largamente baseado em táticas desarmadas do seu predecessor. Logo tornou-se maior o uso de armas e degenerou-se em ataques de homens-bomba dentro de Israel. Além disso ser moralmente indefensável, isto provou ser um erro estratégico terrível. A Segunda Intifada terminou sendo uma dolorosa derrota para os palestinos, sob a qual nos próximos anos seria o pretexto para Israel destruir muito da infraestrutura governamental que a Autoridade Palestina (AP) conseguiu construir. Durante o mesmo período, o movimento nacional

palestino tornou-se profundamente dividido entre Fatah e Hamas [...] (KHALID, 1997, p. 305-306)⁶¹.

Somado aos atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, os ataques suicidas por parte dos palestinos em Israel foram mal vistos pela comunidade internacional. Aproveitando a situação, o então primeiro-ministro Ariel Sharon lançava ofensivas com destruição de casas – sob o pretexto da segurança nacional – e túneis de contrabando, além de aumentar bloqueios que dificultavam a vida palestina, entre outras situações.

Dessa forma, apesar das pesquisas para *Notas sobre Gaza* ocorrerem no auge da Segunda Intifada, Joe Sacco finalizou o projeto anos depois, em 2010. Antes disso, em 2004, Yasser Arafat faleceu⁶² e o ano seguinte marcou a decisão de Israel, unilateral, de remoção dos assentamentos judeus existentes em Gaza, mas sem abrir mão do controle das fronteiras, à exceção do Terminal de Rafah, nos limites com o Egito (SACCO, 2010, p. IX).

Por sua vez, grupos extremistas islâmicos como Jihad Islâmica e Hamas⁶³ ganham força. Este último, considerado um grupo terrorista por Israel e EUA, inclusive, assume Gaza em 2007, após eleições legislativas em 2006. Enquanto isso, a Fatah, que ficou com o controle da Cisjordânia, não aceitou a vitória do Hamas no Conselho Legislativo Palestino e tentou subverter os resultados, tendo feito acordo com os EUA e Israel, sendo conivente no isolamento maior de Gaza, de forma a criar duas entidades quase-governamentais que reivindicam legitimidade no controle da Autoridade Palestina (KHALIDI, 1997, p. 563).

Assim, as ofensivas de ambos os lados, embora com forças desproporcionais, mantêm-se em uma espiral de perdas humanas e materiais. Ainda que estes “eventos

⁶¹ Tradução livre: “[...] failed to emulate the largely unarmed grassroots-based mass movement tactics of its predecessor. It turned increasingly to the use of arms and then degenerated into suicide bomb attacks inside Israel. Besides being morally indefensible, this proved to be a terrible strategic error. The *second intifada* ended up being a stinging defeat for the Palestinians, which over the next few years provided Israel with a pretext to destroy much of the governmental infrastructure the Palestinian Authority (PA) had been able to construct. During this same period, the Palestinian national movement became deeply divided between Fateh and Hamas [...]”.

⁶² As causas ainda hoje são origem de controvérsias, inclusive existindo suspeitas de uma morte por envenenamento por polônio-210, elemento radioativo. Ver, por exemplo: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/11/131106_arafat_polonio_mdb>. Acessado em: 10 dez 2016.

⁶³ Assim como a Jihad, o Hamas foi criado em 1987. Seu nome é originado da abreviação de *Harakat al Muqawama al Islamia*, isto é, Movimento de Resistência Islâmica. O termo tem significado similar a ‘esforço’.

contínuos” sigam influenciando geopoliticamente a região e trazendo elementos que moldam identidades palestinas, acreditamos que este amplo panorama do conflito já nos ajuda a entender alguns dos contextos históricos e culturais gerais para nossa pesquisa.

Capítulo 3 – Cultura, Representação, Narrativas e Identidade

A partir da contextualização histórica do conflito na seção anterior, na qual situamos o contexto sócio-histórico do nosso *corpus*, este capítulo propõe discorrer acerca dos principais conceitos e abordagens sobre identidades, trazendo questões sobre cultura, representações e narrativas. Para tanto, ao nos filiar-mos às discussões dos estudos culturais⁶⁴, além de trazermos abordagens sobre os traumas e ressentimentos, é possível entendermos melhor como os palestinos se identificam como comunidade, mesmo com as constantes políticas de apagamento de sua presença.

Dessa forma, compreendemos que as singularidades de cada cultura e seus sentidos são produzidos nas relações e práticas sociais do dia a dia, de forma a influir em elementos simbólicos e significativos na construção de identidades. Nesse sentido, cultura e suas performances narrativas – comemorações, manifestações, vestimentas, entre outros fatores – são importantes para nossa pesquisa. Buscamos, então, desenvolver como se dão as significações e representações apresentadas no trabalho de Joe Sacco sobre formas culturais na experiência do que é ser palestino.

É importante ressaltar que não enxergamos o nosso *corpus* como totalizante de identidade palestina – o que seria reduzir complexidades trazidas por variados contextos –, mas ele nos diz algumas questões sobre como ela tende a ser construída, transformada, negociada e expressa, em especial nos Territórios Ocupados, onde Joe Sacco fez suas pesquisas jornalísticas. Partimos da ideia de que, embora palestino(a)s apresentem diferenças tanto em questões de moradia, gênero, classe, etc., formando estratégias e objetivos diferentes entre si, identificam-se como pertencentes a uma nação palestina.

Anteriormente, introduzimos um termo que não nos alongamos na explicação, mas colocamos como sinônimo de identidade palestina: *palestinidade*. Assim, reafirmamos que ambos podem ser utilizados ao longo dessa dissertação como similares, de forma a reconhecer a diversidade de vivências, sentimentos e valores, existindo “palestinos, no plural, e uma *palestinidade*, no singular, inerentemente contestada” (SCHIOCCHET, 2015, p. 10), a qual é transformada tanto

⁶⁴ Seguimos aqui a nomenclatura adotada no contexto anglo-americano, no qual o termo *cultural studies* é utilizado com iniciais minúsculas para referir-se a este campo de estudos.

geograficamente quanto historicamente – como veremos a seguir.

De maneira geral, portanto, ao estudar práticas culturais, buscamos compreender os caminhos trilhados pelos mais diversos agrupamentos humanos e suas interrelações ao longo dos séculos, marcando diferentes formas de organização da vida social. Cada realidade cultural possui algum tipo de lógica interna, segundo a qual devemos procurar entender como funciona para que seus procedimentos façam sentido a partir dos seus contextos e histórias particulares.

John B. Thompson aponta, de forma simplificada, quatro formas básicas de conceituação da cultura. A primeira diz respeito à concepção clássica, surgida a partir das discussões realizadas entre filósofos e historiadores alemães nos séculos XVIII e XIX, quando o termo cultura era utilizado para “se referir a um processo de desenvolvimento intelectual ou espiritual” (THOMPSON, 2011, p. 166). Assim, derivada da palavra latina *colere* – que significa cultivado ou cuidado com alguma coisa – seu sentido estendeu-se do campo agrícola para significar o processo do desenvolvimento humano, da mente, tornando-se sinônimo de refinamento e educação pessoal.

Nesse período – com reflexos atuais –, fazia-se sobreposição entre cultura e civilização, mentalidade fortemente influenciada pelo Iluminismo europeu, darwinismo e confiança na sensação progressista da Era Moderna. Assim, o uso de ambos os termos confundia-se e trazia uma denotação de desenvolvimento humano por meio de etapas, conforme a formação de sociedades cultas ou civilizadas em oposição à selvageria e povos bárbaros. Para José Luiz dos Santos (2006), tal concepção de evolução social por estágios, fortemente impregnada de uma visão eurocêntrica e colonialista, via, muitas vezes, os povos não-europeus como inferiores, sendo uma forma justificável de impor seu domínio e exploração – situação representada no nosso tema, como vimos no capítulo anterior.

No fim do século XIX, entretanto, superou-se tal abordagem, fruto de diversas vertentes antropológicas do que seria cultura. Sobre elas, Thompson aponta, ao menos, duas tendências: a concepção descritiva – conjunto de valores, crenças, hábitos e costumes de determinada sociedade em um momento histórico – e a concepção simbólica – interesse nos fenômenos simbólicos e interpretação dos símbolos e ações simbólicas, responsável por uma abordagem construtiva dos

fenômenos culturais. Por fim, haveria a concepção estrutural de cultura, abordagem que traz uma contextualização social das formas simbólicas.

A concepção descritiva, para o autor, baseia-se no crescimento dos estudos das sociedades não europeias. A cultura, portanto, seria vista como “um complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, leis, costumes e todas as demais capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade” (TYLOR apud SARDAR; LOON, 1997, p. 4). Dessa forma, seria possível estudar, cientificamente, a cultura de uma comunidade particular e compará-la a outras, classificando-as e analisando os fenômenos observados.

Neste ínterim, a antropologia também conheceu uma abordagem funcionalista, de modo que a cultura fosse analisada do ponto de vista da satisfação das necessidades humanas. Os seres humanos diferenciar-se-iam, então, a partir da sua estrutura corporal e fisiológica (viés da antropologia física) e da sua herança social. Entretanto, essa visão, junto com a concepção descritiva, não conseguiam desvincular-se da ideia de estágios de desenvolvimento cultural.

Já ao compreender a cultura a partir da ideia do simbólico, os símbolos passaram a ser percebidos como elementos constitutivos da humanidade, trazendo uma tentativa de diferenciação do humano em contraposição aos outros animais a partir da característica da “simbolização”. Assim, seria possível compreender os processos de substituição de alguma coisa por outra que a signifique, ou seja, “[...] é a simbolização que permite que o conhecimento seja condensado, que as informações sejam processadas, que a experiência acumulada seja transmitida e transformada” (SANTOS, 2006, p. 42).

Clifford Geertz, por sua vez, fez com que a concepção simbólica ganhasse o centro das discussões. Ele assume que cultura seria como “[...] essas teias [de significados que o homem tece] e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 1978, p. 15). Assim, Geertz entende a cultura de diferentes maneiras, entre elas como os padrões de significados que o etnógrafo busca compreender como uma “montagem de textos”, a cultura como “documentos feitos ações”, “trabalhos imaginativos elaborados a partir de materiais sociais”.

Sua abordagem reorienta a análise da cultura para a questão do significado e

simbolismo, trazendo a interpretação também como metodologia (THOMPSON, 2011). Contudo, embora a visão de Geertz seja tão atraente, para Thompson, uma das dificuldades apontadas pelo pensador é aquela na qual encontra-se na analogia da cultura com o texto. Dessa maneira, ao perceber o texto como fixador dos significados nas formas culturais, Geertz daria pouca atenção às condições sócio-históricas em contrapartida à estruturação textual.

Com isso, correr-se-ia o risco de reduzir os elementos de uma cultura ao simples simbolismo, ao entendê-la como uma dimensão mecânica da vida social, deixando de lado seu caráter transformador, de mudança da sociedade ou enfatizando-a como algo com características de neutralidade, sem participar de conflitos, interesses e jogos de poder de uma sociedade ou entre sociedades (SANTOS, 2006).

Ao partir destas questões, Thompson, assim, oferece uma alternativa para o estudo dos fenômenos culturais, não negando a influência de Geertz e a abordagem simbólica sobre sua visão, mas problematizando-a: a concepção estrutural da cultura, na qual pode-se analisar tanto o caráter simbólico dos fenômenos culturais como levar em conta a contextualização das práticas sociais – como buscaremos trazer nas nossas análises. As formas simbólicas, portanto, são observadas em contextos estruturados, interpretados tanto pelos atores em seu cotidiano como pelo analista na tentativa de compreender características significativas da vida social.

A concepção estrutural da cultura é tanto uma alternativa à concepção simbólica, como uma modificação dela, isto é, uma maneira de modificar a concepção simbólica levando em conta os contextos e processos socialmente estruturados. O termo “estrutural”, do modo como o uso aqui, não deve ser confundido com “estruturalista”. [...] A concepção *estrutural* preocupa-se em evitar as limitações das abordagens *estruturalistas* (THOMPSON, 2011, p. 182, grifo do autor).

Tais mudanças de paradigmas acerca do que é cultura encontram eco naquilo que os pesquisadores chamam de “virada cultural”⁶⁵. Para a nossa pesquisa, a ênfase nos fenômenos culturais é imprescindível na formação das identidades, pois os participantes de determinadas culturas podem atribuir significados a pessoas, objetos

⁶⁵ Coloca-se as questões culturais como algo cada vez mais central, junto aos outros processos formativos das sociedades, tais como economia, instituições sociais, produção de bens e serviços etc.

e eventos a partir dos seus determinados contextos socioculturais. Esta característica nos leva à questão da produção de sentidos e interpretações dentro de um domínio simbólico, trazendo a centralidade da cultura para a vida social e sua capacidade mediadora.

Entretanto, como bem lembra Stuart Hall (2005), isso não significa que tudo seja cultura. Se assim fosse, as críticas que os estudos culturais fazem às nuances argumentativas redutoras do materialismo ou socialismo econômico seriam simplesmente substituídas por outra questão reducionista: a de um idealismo cultural. É preciso compreender, portanto, que as práticas sociais relacionam-se com o significado e a cultura é um dos elementos constituintes para a existência dessas práticas, não o único.

De outra forma, práticas sociais articulam-se com variados elementos e têm, também, uma dimensão cultural e um caráter discursivo para produzirem efeitos. Ou seja, isso demonstra que “toda ação social⁶⁶ é ‘cultural’, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (HALL, 2005, p. 2).

3.1. A virada cultural e os estudos culturais

Durante a construção do percurso de algumas das problemáticas do conceito de cultura (longe de ter um consenso), a “virada cultural” trouxe como resultado uma mudança de paradigmas nas ciências sociais e humanas, em especial na preocupação com a linguagem nas práticas de representação. Segundo Paul Du Gay,

[...] a virada cultural amplia esta compreensão acerca da linguagem para a vida social como um todo. Argumenta-se que os processos econômicos e sociais, por *dependermos* do significado e terem consequências em nossa maneira de viver, em razão daquilo que somos — nossas identidades — e dada a “forma como vivemos”, também têm que ser compreendidos como práticas culturais, como práticas discursivas [grifo no original] (Du GAY apud HALL, 2005, p. 10).

⁶⁶ Ação social é entendida, aqui, de forma a trazer a relevância dos significados, da interpretação e formação de sentidos na relação que temos com os outros seres sociais com os quais interagimos.

Stuart Hall (2005) enfatiza que a *virada* não representou uma ruptura total no universo teórico da época, pois já existiam tradições, entre os anos 1950 e 1960, que privilegiavam este enfoque – tal como o interacionismo simbólico e o paradigma etnográfico influenciado pelas técnicas antropológicas, entre outros. Seria, portanto, uma espécie de “reconfiguração” desses elementos que já estavam sendo discutidos. É durante os anos 1960, com os trabalhos de Claude Lévi-Strauss e Roland Barthes na França, Raymond Williams e Richard Hoggart⁶⁷ no Reino Unido, que “um novo campo interdisciplinar de estudo organizado em torno da cultura como o conceito central — os ‘estudos culturais’ — começou a tomar forma” (HALL, 2005, p. 12).

Tal campo pode ser entendido como parte dos estudos críticos da comunicação – fundados pela Escola de Frankfurt e suas acepções marxistas, que estavam sendo rediscutidos – e, embora possuam semelhanças, também mantêm divergências teóricas⁶⁸. De maneira geral, esta linha de pensamento tem como característica a indefinição, pois não configura uma disciplina, mas sim área onde diferentes disciplinas interagem entre si, buscando-se o entendimento dos fenômenos culturais da sociedade. Por isso, a dificuldade em conceituá-la.

Os processos culturais não correspondem aos contornos do conhecimento acadêmico na forma como ele existe. Nenhuma disciplina acadêmica é capaz de apreender a plena complexidade (ou seriedade) da análise. Os Estudos Culturais devem ser interdisciplinares (e algumas vezes antidisciplinares) em sua tendência (JOHNSON, 2010, p. 22).

Embora não seja possível determinar a origem e constituição dos estudos culturais em sua abrangência no mundo contemporâneo – cada região do globo desenvolveu suas próprias concepções e problemáticas, partindo de especificidades locais, ainda que pudessem ter relações –, o contexto britânico geralmente ainda é considerado como ponto de partida nas discussões. Assim, nos anos 1950 e 1960, três

⁶⁷ Fundador do *Centre of Contemporary Cultural Studies* (CCCS), da Universidade de Birmingham.

⁶⁸ Cf. Escosteguy (2012): “A relação entre marxismo e os Estudos Culturais inicia-se e desenvolve-se através da crítica de um certo reducionismo e economicismo daquela perspectiva, resultando na contestação do modelo base-superestrutura. A perspectiva marxista contribuiu para os Estudos Culturais no sentido de compreender a cultura na sua ‘autonomia relativa’, isto é, ela não é dependente das relações econômicas, nem seu reflexo, mas tem influência e sofre consequências das relações político-econômicas [nesta obra, a autora adota a grafia em maiúsculo ao referir-se ao campo dos estudos culturais]” (p. 156).

textos são frequentemente apontados como seus precursores: *The Uses of Literacy* (1957), de Richard Hoggart, *Culture and Society* (1958), de Raymond Williams, e *The Making of the English Working Class* (1963), de Edward Palmer Thompson.

O estudo de Hoggart chama a atenção para a cultura transmitida pelos meios de comunicação entre a classe operária inglesa, mas aponta que há uma superestimação da influência dos produtos da indústria cultural sobre esses indivíduos (MATTELART; NEVEU, 2004). No caso de E.P. Thompson e Williams, ligados em grande medida com a New Left⁶⁹ britânica, propunha-se uma releitura das análises marxianas.

O primeiro concentrava-se em uma história de resistência das classes populares, sua vida e práticas, enquanto o segundo produziu uma genealogia da cultura a partir da obra citada acima e, com *The Long Revolution* (1961), apresentou um interacionismo que coloca em relação todas as práticas sociais, em uma tentativa de superar o problema da determinação econômica e colocar a “cultura comum ou ordinária” em igualdade de existência com o mundo das artes, literatura e música (ESCOSTEGUY, 2014).

Em outros termos, para Williams, cultura era entendida como rede vivida de práticas e relações constitutivas da vida cotidiana, sendo formas globais de vivências. Já E.P. Thompson criticava a ideia de cultura como forma global e a enfatizava como um enfrentamento de modos de vida variados, em especial entre as classes sociais, vendo-a como local de lutas. Outra crítica que o autor realizava a Williams era que este daria muita ênfase “ao processo de comunicação sobre uma análise de poder” (ESCOSTEGUY, 2012, p. 154), mas esquivava-se em problematizar a questão da ideologia e reproduções sociais. Apesar das divergências,

Tanto em Williams quanto em Thompson, encontra-se a visão de uma história construída a partir das lutas sociais e da interação entre cultura e economia, em que aparece como central a noção de resistência a uma ordem marcada pelo ‘capitalismo como sistema’ (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 47).

⁶⁹ Novos movimentos de esquerda surgidos em diversos países, a partir dos anos 1960 e 1970 – época da contracultura e movimentos revolucionários –, de forma a trazer novos questionamentos e lutas, problematizando, por exemplo, a questão de gêneros, raça, movimentos de minorias, entre outros. Como vimos, esta também é a época do crescimento dos quadrinhos *comix*.

Desse modo, percebia-se a unidade ou homologia das formas culturais e da vida material como possibilidades em recriar culturas de maneira sócio-histórica, de forma a gerar experiências socialmente localizadas (JOHNSON, 2010), sendo, assim, “impossível abstrair ‘cultura’ das relações de poder e das estratégias de mudança social” (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 45).

A pesquisadora Ladeira Mota mostra que os estudos culturais, portanto, partiram desde abordagens sobre subculturas – hábitos e práticas da classe trabalhadora inglesa – até as temáticas de identidade – sexuais, de classe, étnicas ou nacionais –, enquanto em outros momentos “o foco da pesquisa tem sido o da investigação da ‘resistência’ de determinadas práticas subjugadas por uma cultura dominante” (LADEIRA MOTA, 2008, p. 58).

Nesse sentido, tais concepções dos estudos culturais dialogam diretamente com nosso objeto de pesquisa e a construção, narrativa e simbólica, de identidades, em especial palestina, na medida em que a análise formal das formas subjetivas propostas pelo campo tem permitido

[...] identificar, por exemplo, a narratividade como uma forma básica de organização da subjetividade. Ela também nos dá indicações sobre o repertório das formas narrativas contemporaneamente existentes – as histórias reais características de diferentes modos de vida. [...] Pois as histórias, obviamente, não se apresentam apenas na forma de ficções literárias ou fílmicas; elas se apresentam também na conversação diária, nos futuros imaginados e nas projeções cotidianas de todos nós, bem como na construção – através de memórias e histórias – de identidades individuais e coletivas (JOHNSON, 2010, p. 69).

Historicamente, entretanto, é somente com a constituição do *Centre of Contemporary Cultural Studies* (CCCS)⁷⁰ na Universidade de Birmingham, em 1964, que os estudos culturais assumem uma forma mais organizada, tendo como eixo principal pesquisas sobre a relação entre a cultura contemporânea e sociedade – em especial, o enfoque sobre as culturas populares e os meios de comunicação de massa – incluindo, com passar dos anos, estudos de recepção e de gênero (estes últimos sendo reflexos da forte influência do feminismo da época).

Seu primeiro diretor foi Hoggart (1964-1968), mas apenas com os dois

⁷⁰ Em 2002, a Universidade de Birmingham fechou o CCCS.

próximos diretores, Stuart Hall (1969-1979) e Richard Johnson (1980-1987) é que se consolidou a influência e reconhecimento internacional das pesquisas desenvolvidas pelo Centro. Na América Latina, por exemplo, emergiu uma reflexão crítica, principalmente nos anos 80, que também problematizava as configurações da cultura popular com a indústria cultural, demonstrando apropriações e intercâmbios entre a “cultura legítima” e aquelas formas culturais cotidianas, ditas “populares”. De outro modo, a comunicação massiva iniciou um processo de hibridização⁷¹ das formas de comunicação e cultura.

Nesse sentido, segundo a pesquisadora Lúcia Santaella (2005), a comunicação massiva proporcionou o início do imbricamento dessas duas áreas – artes e comunicações – à medida que as primeiras foram incorporando dispositivos tecnológicos para sua própria produção de bens culturais simbólicos. A cada nova tecnologia, o artista tem em suas mãos um meio de produção de linguagem pronto para ser explorado e experimentado, podendo ser disseminado para um número cada vez maior de pessoas.

Influindo sobre nossa discussão sobre cultura, “[...] a cultura de massas provocou profundas mudanças nas antigas polaridades entre cultura erudita e a popular, produzindo novas apropriações e intersecções, absorvendo-as para dentro de suas malhas” (SANTAELLA, 2005, p. 11). Assim, provenientes dos meios de produção massiva, os quadrinhos (de forma mais recente, como vimos) e o jornalismo são vistos como pertinentes para reflexões e estudos, sendo entendidos como práticas culturais.

3.2. Identidade e diferença

Partindo daquilo que é considerado cultura para os estudos culturais, portanto, Hall (2013) enfatiza que ela funciona como significado compartilhado por meio da linguagem (compreendida no seu sentido mais amplo e inclusivo). Esta – tal como a cultura – também é vista como central para dar sentido às práticas sociais, valores culturais (inclusive, ideias e emoções) e significados. Assim, a linguagem torna-se uma concepção importantíssima para uma comunidade, povo ou nação, diferenciando

⁷¹ Néstor García Canelini foi um dos pioneiros na utilização do conceito de hibridização cultural na América Latina.

e significando o elemento humano na vida social das características apenas biológicas.

Com isso, por meio da linguagem podemos usar signos e símbolos – quaisquer que sejam, isto é, visuais, textuais, sonoros, objetos, entre outros – para representar conceitos, sentimentos e ideias em uma cultura de determinada sociedade. Dessa forma, é possível falarmos que duas pessoas pertencem ao mesmo grupo cultural quando elas interpretam o mundo de maneiras similares, mas não necessariamente iguais. Como visto, então, os significados culturais organizam práticas sociais e dão sentido aos acontecimentos, mas essa característica não constitui algo imutável.

Dessa forma, é em determinado contexto de uso sobre o que dizemos, narramos e pensamos – representamos – que damos significação aos elementos do cotidiano. A representação, então, age simbolicamente de forma a classificar o mundo ao nosso redor e as relações inerentes a ele. Por exemplo, para os palestinos, jovens (*shebabs*) jogando pedras podem simbolizar, representar e significar atos de resistência, principalmente após as Intifadas.

Se pensarmos nesta exemplificação e as pedras como significantes, elas também podem funcionar para diferenciar identidades. Segundo nossa exemplificação, a ação desses adolescentes contra soldados israelenses tornou-se símbolo da luta palestina contra as décadas de ocupação de Israel nos Territórios Ocupados, de forma a existir uma associação entre a identidade deles e os elementos utilizados por eles para reforçar sua palestinidade em relação ao “Outro”.

[...] Assim, a construção da identidade é *tanto* simbólica *quanto* social. A luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e consequências materiais: neste exemplo [a autora cita a guerra entre sérvios e croatas, mas também podemos ampliar para a Palestina] isso é visível no conflito entre os grupos em guerra e na turbulência e na desgraça social e econômica que a guerra traz (WOODWARD, 2014, p. 10).

Desse modo, por serem relacionais, as identidades apontam quem pode ser incluído ou excluído, isto é, para existir identidade também pressupõe-se outras diferentes da sua, situação sustentada pela exclusão. A um “nós” sempre relaciona-se a um “eles”, ou seja, necessita-se da alteridade. Ainda assim, a “[...] mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença)” (SILVA, 2014, p. 79)

e, dessa maneira, a identidade e a diferença não possuem elementos fundadores nem são passíveis à “essencialização” dentro da cultura, porém são constantemente criadas e recriadas. Kathryn Woodward afirma que uma determinada identidade, nesse sentido, “se distingue por aquilo que ela não é” (2014, p. 9), sendo marcada pela diferença simbólica.

Com esse viés, o pesquisador Tomaz Tadeu da Silva é enfático ao dizer que identidade e diferença são inseparáveis e que ambas não são “seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem” (SILVA, 2014, p. 78), de forma a serem ativamente produzidas e criadas dentro de relações culturais e sociais, simbólicas e discursivas. Dessa forma, elas não podem ser compreendidas fora de processos de significação, pois estes lhes dão sentidos.

Ao trazer os pensamentos do filósofo francês Jacques Derrida, Silva lembra que isso não significa compreender a identidade e diferença como determinadas apenas pela linguagem, em seu sentido amplo trabalhado aqui, mas deve-se saber que seus significados também são instáveis e indeterminados, sujeitos a deslizamentos, inclusive disputados por relações de poder, de maneira a problematizar possíveis binarismos que possam surgir e tentativas de fixar identidades. O estudioso complementa este raciocínio ao afirmar:

Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder (SILVA, 2014, p. 96).

Para tanto, os estudos culturais inserem o conceito de identidade no *circuito da cultura* (figura abaixo), de forma a relacioná-lo à discussão sobre processos representativos. A expressão *circuito da cultura* diz respeito ao esquema desenvolvido por Paul du Gay, Stuart Hall, Linda Janes, Hugh Mackay e Keith Negus (1997) para estudar o Walkman como artefato cultural à época.

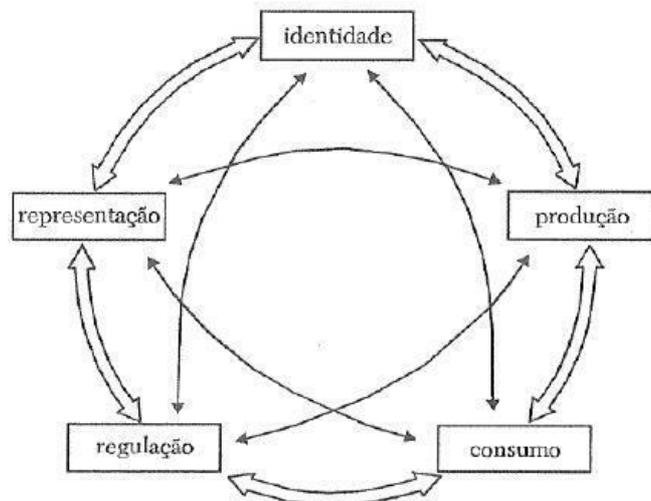


Figura 8 – O circuito da cultura. Fonte: DU GAY, P. et al. **Doing cultural studies: the story of the Sony Walkman**. London: Sage/The Open University. In: SILVA, T.T da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Dentro do *circuito da cultura*, então, os significados produzidos pelas representações – entendidas como processo cultural – circulam por meio de diversificados processos, práticas e podem nos dar um senso sobre a nossa própria identidade, quem somos e o lugar que nós consideramos fazer parte ou que podemos nos tornar, posicionando-nos como sujeitos e significando nossas experiências por meio desses sistemas simbólicos (WOODWARD, 2014).

Assim, a questão dos significados surge nos diferentes momentos e práticas deste circuito, na produção e consumo ou na regulação das condutas sociais (HALL, 2013). Incluem-se, assim, experiências sociais, tais como expressões corporais e gestuais, culinária, vestimentas, histórias, objetos, memórias⁷², etc. na construção da identidade e na marcação da diferença.

Com isso, a linguagem, tal como estamos encarando, é uma atividade significativa que funciona por meio de sistemas de representação, ao construírem

⁷² Cf. Candau (2014): “A memória é identidade em ação, mas ela pode, ao contrário, ameaçar, perturbar e mesmo arruinar o sentimento de identidade [...] De fato, o jogo da memória que vem fundar a identidade é necessariamente feito de lembranças e esquecimentos [...] Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente” (p.18-19).

significados e transmitirem seus valores por meio de símbolos e signos. Dessa forma, ideias e sentimentos podem ser interpretados, decodificados. Nesse sentido, tanto o jornalismo quanto os quadrinhos também são considerados produções simbólicas capazes de produzir sentidos e organizar narrativamente o mundo.

Para entender melhor como o conceito de representação conecta significados e linguagem à cultura, Hall (2013) diz ser importante entender três diferentes abordagens sobre os sistemas representativos: reflexivo, intencional e construcionista. De maneira geral, o primeiro diz respeito à ideia dos significados serem reflexos, espelhos da realidade de pessoas, objetos e eventos já existentes. O segundo tipo expressa a intenção do autor sobre aquilo que ele quer dizer, trazendo uma imposição de significado. No último modelo, o significado seria construído por meio da linguagem. Desenvolveremos agora as características e consequências dessas alternativas para entendermos o funcionamento do mundo representacional.

Entre algumas das definições de representação apresentadas por Stuart Hall, pode-se dizer que ela é a produção do significado dos conceitos em nossas mentes por meio da linguagem. Ou seja, é a ligação entre conceitos e linguagem que nos permite “referir-nos tanto ao mundo 'real' de objetos, pessoas ou eventos, ou mesmo a mundos imaginários de objetos ficcionais, pessoas ou eventos”⁷³ (HALL, 2013, p. 2).

Por exemplo, quando se escreve de formas diferentes “árvore” – *tree* em inglês ou *arbre* em francês –, você se refere ao conceito de árvore (a planta, ser vivo), não a ela em si (a qual árvore você está se referindo no mundo real – limoeiro ou oliveira?). No entanto, você só entende o que significa árvore porque a palavra/ideia já é conhecida por meio de códigos linguísticos elaborados arbitrariamente pela sociedade.

Desse modo, existem dois sistemas de representação envolvidos na produção de sentido. De maneira simplificada, o primeiro é aquele no qual correlacionam-se todos os tipos de objetos, pessoas e eventos com um conjunto de conceitos ou representações mentais sobre o que é aquele determinado elemento, sem os quais não poderíamos interpretar o mundo de forma significativa.

⁷³ Tradução livre: “[...] Representation is the production of the meaning of the concepts in our minds through language. It is the link between concepts and language that enables us to *refer to* either the ‘real’ world of objects, people or events, or indeed to imaginary worlds of fictional objects, people or events” (HALL, 2013, p. 2).

O segundo sistema de representação é a linguagem, na qual os nossos conceitos compartilhados dentro de uma cultura são traduzidos pela escrita, sons ou imagens visuais – que podemos chamar de signos⁷⁴ – e interpretados através do nosso mapa conceitual compartilhado. Com isso, ao relacionar todos esses elementos, atingimos o centro da produção de sentido na linguagem. Todo este processo, portanto, é aquilo que se chama representação.

Caso tracemos questões abstratas, a complexidade representativa aumenta, tal como o desafio de explicar o sentimento de amor, amizade ou pertencimento a alguma localidade ou nação. A depender do contexto de uso, então, um simples objeto pode ganhar valores diferentes, tendo seu sentido deslocado em determinado contexto interpretativo.

A teoria reflexiva fica, dessa forma, muito presa ao mundo real, de modo que os elementos representativos seriam apenas, como o próprio nome diz, reflexos da realidade, enquanto a teorização intencional estaria restrita às linguagens e sentidos construídos por apenas uma pessoa, não havendo como transportar seus significados ao mundo social de códigos e convenções.

Nesse sentido, concordamos com Stuart Hall (2013) que a abordagem teórica representativa construcionista é mais interessante, ao entender que o mundo material (da existência de pessoas e coisas) junto às práticas e processos simbólicos, por meio dos atores sociais, significam e ressignificam elementos.

3.3. Narrativas de uma nação

Embora possa parecer contraditório, ao longo da nossa discussão sobre identidade palestina, temos evitado utilizar o termo “nacional” ao nos referirmos à palestinianidade por dois motivos: o primeiro deles é que a expressão pode causar confusão ao dar a entender uma possível essencialização e fixação de características como se existisse uma cultura homogênea nacional; o segundo, como consequência, ocorre pelo fato de que, embora haja diversidade de manifestações culturais

⁷⁴ É interessante enfatizar que estamos adotando, nesse viés, as mudanças surgidas desde o giro (ou virada) linguístico. Grosso modo, este foi o momento no qual a filosofia ampliou a importância e discussão dos signos, da linguagem e suas funções (sintática, semântica, pragmática e hermenêutica), o que também influenciou as pesquisas sobre as sociedades, suas narrativas e experiências humanas.

palestinas, pode-se dizer que exista um sentimento de pertencimento a uma nação.

Neste último sentido, é importante acrescentar a ideia de “comunidade imaginada”, de Benedict Anderson. Com a intenção de entender o surgimento dos nacionalismos, o autor propõe que uma nação seja “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32).

Limitada, para ele, significa possuir fronteiras finitas e soberana porque toda nação sonha ser livre (acrescentemos, aqui, a capacidade de poder autodeterminar-se). Como comunidades, então, as nações possuem laços comuns além do territorial, tal como língua nacional, costumes, símbolos, narrativas sobre a própria existência, construindo também afetividades, não interessando, para o autor, as questões de desigualdade presentes no seu interior.

No caso palestino, entretanto, a principal apreensão que o conceito de Anderson nos traz é o entendimento do caráter do imaginário social (também simbólico), da ideia da nação e compartilhamento de certas experiências – ainda que possam ter significados ligeiramente diferentes para cada grupo social. Isso porque, se levarmos em conta os atributos de fronteiras e soberania que Anderson aplica às nações, o(a)s palestino(a)s nem poderiam ser considerados como uma nação, pois, apesar de enxergarem-se como palestinos, ainda não conseguiram constituir-se nem como um Estado tampouco consolidar fronteiras – constantemente descontinuadas e alteradas com assentamentos israelenses, ocupação, venda e confisco de terras.

Diferentemente dos exemplos trazidos por Anderson para justificar sua visão acerca da construção do nacionalismo e da ideia de nação, muito relacionada aos movimentos de independência do pós-colonialismo e do surgimento das indústrias gráficas, a Palestina vivenciou rupturas muito grandes. Ainda hoje, encontra-se ocupada por uma força de viés colonial, além de enfrentar cismas na concepção da sua luta nacional rumo à construção de um Estado (conforme desenvolvido no capítulo histórico).

Como resultado da sua história de colonização, ocupação e dispersão, o povo palestino sempre teve dificuldades para escrever sua própria história (EL-NIMR, 1993, p. 55), fruto de constantes tentativas de apagamento de sua existência. A pesquisadora palestina-americana Helga Tawil-Souri lembra, por exemplo, que na

ocupação israelense ocorrida entre a Guerra dos Seis Dias (1967) e meados da Primeira Intifada (1991), os palestinos eram proibidos de expressar qualquer elemento que fosse considerado nacionalista, desde uso de bandeiras, *grafitti*, produção local de mídias (exceto as controladas e censuradas pelo exército israelense), entre outras práticas culturais que demonstrassem elementos de palestinidade.

Mesmo com a emergência da Autoridade Palestina (AP), as medidas de silenciamento não cessaram. Durante a Segunda Intifada e as consequentes incursões das Forças de Defesa de Israel (FDI), instituições culturais foram saqueadas, estações de rádio bombardeadas, assim como aconteceram casos de roubos de arquivos. Do lado sionista, por sua vez, sua visão na escrita da própria história é bem conhecida do Ocidente (SOURI, 2012, p.142-143).

Mas, apesar de tudo isso, os palestinos ainda se identificam⁷⁵ como comunidade ou nação. Portanto, como bem aponta Tawil-Souri, a Palestina é “simultaneamente uma nação vindo a ser e uma nação sendo perdida no exílio”⁷⁶ (SOURI, 2005, p. 151 apud SOURI 2012, p. 147). Neste mesmo sentido, Edward Said pondera, reflexivo:

Quanto mais se apreende da Palestina do nosso passado, mais precário nosso status, mais rompido nosso ser, mais intermitente nossa presença. Quando nós nos tornamos ‘um povo’? Quando nós paramos de ser um? Ou nós estamos no processo de ser um? O que essas grandes questões têm a ver com nossos relacionamentos íntimos uns com os outros e com os outros? (SAID, 1999, p. 34)⁷⁷.

O “tornar-se”, com isso, consegue deslocar a ideia de identidade “nacional” uniforme para um constante ato de movimento e transformação. Tal deslizamento questiona quatro dos cinco elementos do que Stuart Hall (2006) denomina como

⁷⁵ Hall, inclusive, sugere o uso da terminologia identificação em vez de identidade. Isso porque o termo contrasta com os naturalismos que possam surgir nas discussões e traz em seus sentidos a ideia de compartilhamento e construção, isto é, “a abordagem discursiva vê a identificação como um processo nunca completado – como algo sempre ‘em processo’. Ela não é, nunca, completamente determinada” (2008, p. 106). Feita esta ressalva, contudo, o termo mais comumente utilizado continua a ser identidade.

⁷⁶ Tradução livre: “Palestine is simultaneously a nation coming into being and a nation being lost in exile [...]”.

⁷⁷ Tradução livre: “The further we get from Palestine of our past, the more precarious our status, the more disrupted our being, the more intermittent our presence. When did we become ‘a people’? When did we stop being one? Or are we in process of becoming one? What do those big questions have to do with our intimate relationships with each other and with others?”.

fatores de uma cultura nacional: a ideia de algo imutável, atemporal; a invenção da tradição (trabalhada no capítulo anterior); o mito fundacional e a origem da nação; e a presença de um povo puro, original (questionável dentro da contemporaneidade cada vez mais híbrida de influências e relações culturais). O último elemento elencado por Hall é a narrativa de uma nação, que desenvolveremos mais à frente.

A fluidez e deslocamento de identidades, portanto, são produzidos por enunciados performativos. A performatividade, por sua vez, assim como é desenvolvida por Judith Butler a partir das formulações de J.A. Austin, não se limita apenas à descrição do estado das coisas, mas a uma ação e repetição de atos de fala e performances para reforçar as identidades (SILVA, 2014). A pesquisadora Ladeira Mota complementa tal explicação ao dizer que o conceito “está presente, porém, não só no ato de dizer algo, mas no ato que se realiza ao dizer algo. A maneira de utilizar a fala faz a grande diferença para os sentidos construídos” (2008, p. 26).

Para além de imaginada, portanto, ser parte de uma comunidade palestina é uma experiência de vida concreta da história, trazendo uma identidade multifacetada com elementos diaspóricos de um povo exilado e expropriado, com características transnacionais e extraterritoriais (SAID, 2012), aliadas a vivências e concepções compartilhadas sobrepostas a manifestações singulares (SCHIOCCHET, 2015). Dessa maneira, aumenta-se a importância da memória coletiva e história oral intergeracional (EL-NIMR, 1993), trazendo narrativas⁷⁸ sobre e por palestinos acerca da sua cultura. Por todos esses motivos, Edward Said chama a atenção para a necessidade da “permissão para narrar” por parte dos palestinos, pois

⁷⁸ Além do jornalismo em quadrinhos de Sacco, outras histórias em quadrinhos também trazem a temática sobre israelenses ou palestinos, como *Crônicas de Jerusalém*, de Guy Deslile – embora sua abordagem seja menos incisiva. A presença de Deslile na região acontece por causa da profissão da sua esposa – administradora da organização Médicos sem Fronteiras – e, com isso, a família vai morar em Jerusalém durante um ano, período no qual o quadrinista baseia sua história autobiográfica e narra seu dia a dia. Harvey Pekar também já tratou do conflito em seu *Not the Israel my parents promised me*, no qual explora como é ser filho de judeus sionistas e as mudanças do seu próprio ponto de vista acerca de Israel. Recentemente, a palestina-americana Leila Abdelrazaq, filha de refugiado do campo de Baddawi (homônimo do título da produção), no Líbano, lançou quadrinhos sobre vivências do pai e sua condição diaspórica proporcionada pelos conflitos. Outra interessante publicação é a compilação do trabalho do importante cartunista e ativista palestino Naji al-Ali – assassinado em 1987 –, em *Uma criança na Palestina: os cartuns de Naji al-Ali*. A obra deste autor sustenta importante papel na cultura e sociedade palestina, em especial com a personagem icônica Handala (em inglês Hanthala) e suas críticas políticas. Ver também: <<http://blog.palestine-studies.org/2015/07/29/the-role-of-comics-in-palestinian-storytelling/>>. Acessado em: 10 março 2016.

A narrativa palestina nunca foi oficialmente admitida pela história israelense, exceto como aquela dos “não-judeus”, cuja presença inerte na Palestina era um incômodo a ser ignorado ou expulso. [...] [Por isso mesmo] Fatos não falam tudo por si só, mas requerem uma narrativa aceitável socialmente para absorver, sustentar e circulá-los (SAID, 1984, p. 33-34)⁷⁹.

Neste sentido, fazem-se pertinentes as reflexões acerca das narrativas da nação para que os palestinos produzam suas visibilidades – situações que obras como a de Joe Sacco ajudam a reproduzir. Segundo Stuart Hall (2006), narrativas da nação são contadas e recontadas por meio da literatura, mídias e cultura popular. Dessa forma, histórias, imagens, cenários, rituais e símbolos nacionais são apresentados por situações cotidianas que representam experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação.

Segundo Homi K. Bhabha, as “nações, como narrativas, perdem suas origens nos mitos do tempo e só realizam completamente seus horizontes nos olhos da mente” (1990, p. 1)⁸⁰. Tal concepção vê as nações como ideias baseadas na ambivalência entre a linguagem daqueles que escrevem sobre elas e daqueles que a vivem.

Segundo o autor indiano, nações existem para além das narrativas nacionalistas de continuidade histórica e progresso nacional, sendo os próprios conceitos de culturas nacionais homogêneas objetos de redefinição. A nação, dessa maneira, é articulada no tensionamento entre significar o povo como uma presença histórica (objeto pedagógico) e a construção deste povo na performance da narrativa (seu ‘presente’ enunciativo), enfatizando-se a repetição e pulsação dos signos nacionais.

O pensador explica que o caráter pedagógico da narrativa diz respeito ao povo designar a si próprio (autogeração), enquanto o performativo influencia nesta mesma autogeração da nação, provocando uma “sombra *entre* o povo como ‘imagem’ e sua significação como um signo diferenciador do Eu, distinto do Outro ou do Exterior” (BHABHA, 1998, p. 209, grifo do autor). Dessa maneira,

⁷⁹ Tradução livre: “The Palestinian narrative has never been officially admitted to Israeli history, except as that of “non-Jews”, whose inert presence in Palestine was a nuisance to be ignore or expelled. (...) Facts do not at all speak for themselves, but require a socially acceptable narrative to absorb, sustain and circulate them”.

⁸⁰ Tradução livre: “Nations, like narratives, lose their origins in the myths of time and only fully realize their horizons in the mind’s eye”.

[...] No lugar da polaridade de uma nação prefigurativa autogeradora “em si mesma” e de outras nações extrínsecas, o performativo introduz a temporalidade do entre-lugar. A fronteira que assinala a individualidade da nação interrompe o tempo autogerador de produção nacional e desestabiliza o significado do povo como homogêneo. O problema não é simplesmente a “individualidade” da nação em oposição à alteridade de outras nações. Estamos diante da nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população (BHABHA, 1998, p. 209, grifo do autor).

Com isso, joga-se com a incompletude da significação produzida pelos entre-lugares, negociando sentidos entre cultura e política, entre as experiências intersubjetivas e coletivas de nação (BHABHA, 1998). Por causa da experiência da nação não ser totalizante, também pode ser produzida por narrativas sob perspectivas, por exemplo, de minorias destituídas e povos em disputa, ou seja, diferenças culturais, podendo transformar-se em fatores de mobilização política.

3.4. Trauma e ressentimento

Temos insistido na questão das vivências como elementos constituintes do processo cultural na formação de identidades porque percebemos a cultura como experiência vivida, socialmente localizada, de forma que os significados culturais organizem e regulem as práticas sociais. No Oriente Médio, “em nenhum lugar a competição sobre a imaginação, construção e narração do conflito, assim como seus significados e centralidade no cotidiano das pessoas” chama tanta atenção como a discussão sobre a Palestina (e do Líbano), onde é possível continuar a “experienciar um conflito de longa duração sobre espaço, identidade, discurso, imagem, narrativa” (MATAR; HARB, 2013, p. 201)⁸¹.

Ao desenvolver a relação entre experiência e identidade (especialmente a coletiva), o historiador Dominick LaCapra afirma que, embora muito utilizada, a palavra ‘experiência’ é pouco problematizada ou teorizada. Então, a partir dessa

⁸¹ Tradução livre: “Nowhere is the competition over the imagination, construction and narration of conflict, as well as its meanings and its centrality to people’s everyday lives, more compelling for academic attention, if not more divisive, than discussing Palestine and Lebanon, which have experienced, and continue to experience, long-term and different conflicts over space, identity, discourse, image and narrative”.

concepção, o pesquisador busca analisar quais podem ser as principais abordagens para um melhor entendimento entre experiência, identidade e trauma, correlações que nos interessam, pois, como vimos anteriormente, acontecimentos como a *nakba* marcam profundamente o imaginário coletivo palestino, influenciando na reafirmação das suas identidades de população expropriada em contraposição às tentativas de apagamento das suas existências desde 1948.

Dentre as articulações propostas pelo pesquisador, assumimos para a presente pesquisa aquela na qual ele afirma que experiência é o processo de “passar por algo” – de forma a provocar respostas afetivas e não apenas cognitivas –, de maneira a incluir a emoção e intenção em compreender o outro. Com isso, segundo o autor, podemos entender a experiência direta e os efeitos prolongados de certas experiências (como as traumáticas) em etapas tardias da vida, tal como responder à experiência de terceiros nascidos posteriormente (LACAPRA, 2006).

Neste sentido, a relação com trauma – estado de crise – deve ser diferenciada entre acontecimento(s) traumáticos e experiência traumática. O primeiro relaciona-se a um momento pontual e datável apresentado na história. Está situado no passado. Por sua vez, o segundo conceito tem um aspecto não terminado, invadindo o presente e podendo influenciar as possibilidades de futuro. Isso porque a memória traumática movimenta a experiência do passado para o presente e futuro ao reviver os acontecimentos e lembrá-los.

Na memória traumática, o passado não é história passada e superada. Continua viva no nível experiencial e atormenta ou possui o eu ou a comunidade (no caso de acontecimentos traumáticos compartilhados). [...] Elaborar a experiência destes acontecimentos de maneiras viáveis – e ética e politicamente desejáveis – é um dos maiores desafios que introduzem os traumas pessoais ou coletivos aos sobreviventes, aos seus parentes e, em certos aspectos, a todos os que convivem com uma herança carregada ou respondem empaticamente a um passado com certeza vivo, e aos que ainda vivem nele (LACAPRA, p. 83-84)⁸².

⁸² Tradução livre: “En la memoria traumática, el pasado no es historia pasada y superada. Continúa vivo en el nivel experiencial y atormenta o posee al yo o a la comunidad (en el caso de acontecimientos traumáticos compartidos). [...] Elaborar la experiencia de estos acontecimientos de maneras viables – y ética y políticamente deseables – es uno de los mayores desafíos que presentan los traumas personales o colectivos a los sobrevivientes, a sus allegados y, en ciertos aspectos, a todos los que conviven con una herencia cargada o responden empáticamente a un pasado todavía vivo, y a los que aún viven en él”.

Na questão da formação da identidade, LaCapra utiliza o termo trauma fundante, no sentido de ser(em) o(s) acontecimento(s) real(is) ou imaginário(s) que se transformam, paradoxalmente, na base ou fundamento das identidades – sejam elas individuais ou coletivas. Aquelas experiências mais extremas, como grandes perdas, assim, tornam-se marcas de identidade coletiva, principalmente quando ainda fazem com que seus descendentes convivam com sua herança.

Pode-se dizer, então, que uma das consequências que o trauma histórico pode trazer para o presente é a questão do ressentimento, desenvolvido tanto entre os afetos dos sujeitos individuais quanto em suas práticas sociais e políticas baseadas na coletividade. Assim, sentimentos como rancores, impotência, invejas, desejos de vingança e proximidade da morte têm seu significado e representações imbricadas com os diversos sentidos de ressentimento. Em um conflito de longa duração como apontado acima, portanto, essa é uma questão cultural crucial.

Tal como discorre Pierre Ansart, há uma variedade de formas de expressar o ressentimento, com intensidades diversas e graduais. Entre elas, manifestações públicas ou particularizadas por grupos de pessoas oprimidas, as quais geralmente passam por experiências frequentes de humilhação, de modo a provocar sentimentos compartilhados de hostilidade, sendo “um fator eminente de cumplicidade e solidariedade no interior de um grupo” (2001, p. 21), gerando identificações coletivas.

Com essas bases conceituais e teóricas, acreditamos estar munidos das condições necessárias para discutirmos a palestinidadade na obra de Joe Sacco. Para tanto, no intuito de nos ajudar a delimitar quais elementos serão analisados, o próximo capítulo traz uma reflexão metodológica sobre o nosso objeto para, então, adentrarmos nas análises propriamente ditas, a partir do que desenvolvemos até aqui.

Considerações Finais

Como apontado ao longo desta dissertação, as obras de jornalismo em quadrinhos de Joe Sacco são uma das maneiras de originar um produto informativo com elementos das duas linguagens. No entanto, à simples menção do nome deste autor, frequentemente relacionam-se os dois campos, o que demonstra o bom nível de reconhecimento que seu trabalho já possui.

A partir das apropriações de características da tradição de não-ficção dos quadrinhos (sejam autobiográficos, históricos, memórias etc.), aproximações com a ética do documentário e capacidade de apresentação da dor e do trauma, o autor produz uma espécie de performatividade testemunhal, traduzida como um ato de engajamento sobre a experiência do outro e uma política de representação baseada na retomada da tradição de “desenhar para contar”.

Ao se colocar na narrativa, o narrador-personagem consegue inserir características subjetivas como fluxos de consciência, opiniões e impressões daquilo que vivencia. Assim, para além da demonstração da sua presença física, sua aparição na intriga funciona como uma forma de mediação entre Ocidente e Oriente, reforçando questões de alteridade.

Concomitantemente, nos momentos nos quais desloca-se da sua autorrepresentação de estilo mais cartunesco do que os entrevistados (fator que o enfatiza como estrangeiro) – apenas mostrando suas mãos, cadernos e gravadores ou, simplesmente, retirando-se totalmente da narrativa –, é possível perceber uma aproximação maior com questões de objetividade. Portanto, Joe Sacco não rompe com fazeres jornalísticos mais convencionais, mas desloca-se constantemente entre eles e sua voz mais subjetiva para materializar os testemunhos e experiências que coleta ou experiência.

Tal escolha estética (visual e textual) influi na forma como questões culturais acerca dos palestinos são representadas, tanto por meio do próprio narrador-personagem quanto pelos palestinos entrevistados e os ambientes meticulosamente detalhados (produzidos por meio de fotos, perguntas visuais, pesquisas documentais etc.).

Ao não se eximir de mostrar as transformações das suas visões, medos e desafios como jornalista ao longo dos trabalhos sobre a Palestina e deixando claro seu *modus operandi* jornalístico dentro do enredo, Sacco consegue nos prender e guiar pelos Territórios Ocupados no dia a dia dos campos de refugiados, cidades e famílias.

Aqui relembremos nossa pergunta de pesquisa – quais são as representações de identidade palestina em Joe Sacco? –, a qual acreditamos termos respondido com os elementos culturais apresentados ao longo do *corpus* selecionado – *Palestina* (2011) e *Notas sobre Gaza* (2010) – e seus contextos sócio-históricos.

Assim, foi possível apreender dominantes temáticas acerca da palestinidade nas obras analisadas: alteridade; trauma e ressentimento; família; resistência; costumes; fronteiras; e gênero. E, a partir desses temas gerais organizados por nós, pudemos perceber questões como a prisão, educação, local de origem e moradia, objetos individuais significados como coletivos, vestimentas, consumo de chá, mártires, manifestações públicas e rituais culturais (como o Eid El-Adha e a colheita de azeitonas) atuam na construção de identidade palestina.

A busca de respostas para a pergunta foi aprofundada com os nossos objetivos geral e específicos na questão de apresentação da alteridade. Isso porque, a partir da percepção dos processos simbólicos de significação e ressignificação na luta por visibilidade e reafirmação de palestinidade no cotidiano dos Territórios Ocupados, pode-se depreender a concepção da própria existência palestina como resistência (*sumud*).

E, com isso, pudemos entender que fatores ligados aos ‘eventos contínuos’ de um conflito de longa duração e ocupação produzem experiências palestinas compartilhadas de identidade de resistência e a identificação de um povo expropriado, exilado e refugiado, que enfrenta o constante sentimento de perda e negação de sua existência, produzindo um medo de apagamento de suas singularidades culturais, afetividades como nação e relacionamento com sua terra natal.

Por sua vez, por meio da representação da dor e do trauma, o narrador-personagem consegue ampliar nosso entendimento das nuances e alteridades dentro do conflito. Com a temporalidade do *slow journalism* (jornalismo lento), também é possível perceber um diálogo maior com os palestinos e seu cotidiano, inclusive com estratégias de mostrar/contar aos leitores as demandas, frustrações e atos de

resistência – cultural ou de embates diretos (moralmente defensáveis ou não).

O tempo de produção das obras estudadas, portanto, traz uma espécie de crítica ao jornalismo convencional e a busca incessante pelo ‘tempo real’, muitas vezes inibindo o jornalismo de se pensar e aprofundar questões complexas contemporâneas por causa da ausência de uma temporalidade maior de reflexão da prática jornalística no “calor” dos acontecimentos.

A preocupação com os detalhes de topografia e arquitetura coloca os leitores dentro dos espaços de convivência, das questões familiares, culturais e de controle israelense, como prisões arbitrárias e dificuldades de locomoção provocadas pelos postos de verificação, entre outros fatores frequentemente enfrentados na realidade da ocupação.

Já com as estratégias de materialização dos testemunhos coletados, percebe-se a preocupação com a precisão de representação das experiências relatadas junto à criatividade na reconstituição de climas narrativos – mesmo naqueles momentos nos quais não é possível o quadrinista-jornalista estar presente, é possível, por meio de perguntas visuais, tornar visíveis estes momentos nos desenhos.

A utilização da estética *underground* na representação do narrador-personagem e o maior grau de realismo na apresentação dos personagens entrevistados motiva uma diferenciação e preocupação em colocar o outro como outro, mas também constrói-se uma possibilidade de abrir-se ao diálogo. Esta característica vai de encontro às frequentes dificuldades observadas na relação entre culturas, com a construção de estereótipos, preconceitos etc. Dessa forma, vemos tal fator como um esforço de maior compreensão cultural, humanização e emergência de diferentes saberes no contato com a alteridade.

Levados por todos estes elementos, portanto, buscamos neste trabalho entender como as questões de identidade palestina e a necessidade da sua afirmação e reafirmação fazem parte da busca em manter-se firme na luta por direitos e pela sobrevivência como nação. Muito além de uma discussão teórica sobre construção de identidades, ser palestino é uma questão de experiência vivida e marca uma forte resiliência cultural.

Portanto, acreditamos que nossa pesquisa tenha apresentado as narrativas de uma nação palestina e suas contradições e embates não de forma mecânica, mas de

um modo dialógico, fazendo-nos refletir sobre uma das questões geopolíticas mais complexas da contemporaneidade e suas tensões na forma de narrar.

Referências bibliográficas

- ABDALA JUNIOR, B. **Introdução à análise da narrativa**. São Paulo: Scipione, 1995.
- ACEVEDO, J. **Como fazer uma história em quadrinhos**. São Paulo: Global, 1990.
- AL-ALI, N. **Uma criança na Palestina** – os cartuns de Naji al-Ali. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- ALSINA, M. R. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ALTMAN, R. **A Theory of Narrative**. New York: Columbia University Press, 2008.
- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANSART, P. História e Memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M.; **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Unicamp, 2003.
- ARRAES, D.; PEDREIRA, V. A função do narrador-jornalista nas reportagens de Joe Sacco: reflexões. In: XVIII Intercom Centro-Oeste, **Anais...**, 2016.
- AYDIN, C. Pan-nationalism of Pan-Islamic, Pan-Asian, and Pan-African Thought. In: BREUILLY, J (Ed.). **The Oxford Handbook of the History of Nationalism**. UK: Oxford University Press, 2016, p. 672-694.
- BAHBHA, H.K. Introduction: narrating the nation. In: BHABHA, H.K (Ed.). **Nation and Narration**. London: Routledge, 1990, p.1-10.
- _____. Disseminação: o Tempo, a Narrativa e as Margens da Nação Moderna. In: BHABHA, H.K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.,p.198-239.
- BACKMAN, R. **Um muro na Palestina**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- BARTHES. R. **Introdução à análise estrutural da narrativa**. In: BARTHES, R. (et. al) **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BAVERMAN, I. **Uprooting identities**: the regulation of olive trees in the Occupied West Bank. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1548592>. Acessado em: 10 dezembro 2016.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: **Obras Escolhidas I**. Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. O narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Obras Escolhidas I**. Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRAGA, F.; PATATI, C. **Almanaque dos quadrinhos**: 100 anos de uma mídia popular. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BRAIT, B. **A personagem**. São Paulo: Ática, 1985.

CAGNIN, A. **Os quadrinhos**: Linguagem e semiótica. São Paulo: Criativo, 2014.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CAVALCANTI-CUNHA, M. J. A narrativa jornalística em testemunho. In: MOTA, C. L.; MOTTA, L.G; CAVALCANTI-CUNHA, M. J. (Orgs). **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012.

CAVIGNATO, D. **O jornalismo em quadrinhos como inovação do fazer jornalístico**. 128p. (Dissertação Mestrado), USCS, 2013.

CHIAPPINI, L. **O foco narrativo** (ou a polêmica em torno da ilusão). São Paulo: Ática, 2004.

CHOMSKY, N. **The Fateful Triangle**: The United States, Israel and the Palestinians. London: Pluto Press, 1999.

CHUTE, H. **Disaster drawn**: visual witness, comics and documentary form. London: Havard College, 2016.

CIRNE, M. **A escrita dos quadrinhos**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

_____. **BUM!** A explosão criativa dos quadrinhos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.

CLEMESHA, A. Uma educação para preservar a identidade. In: **Revista EntreLivros**, 2006, p. 36-41.

DANMER, A.; MAZUR, D. **Quadrinhos**: História de uma arte global – de 1968 até os dias de hoje. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

DUTRA, A. A. Três camadas da relação entre quadrinhos e jornal. In: INTERCOM – XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...**, Salvador, 2002.

_____. Quadrinhos de não-ficção. In: INTERCOM XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...**, Belo Horizonte, 2003a.

_____. **Jornalismo em quadrinhos:** a linguagem quadrinística como suporte para reportagens na obra de Joe Sacco e outros. 233p. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, 2003b.

DEMANT, P. Identidades israelenses e palestinas: questões ideológicas. In: DUPAS, G; VIGEVANI, T. **Israel-Palestina:** a construção da paz vista de uma perspectiva global. São Paulo: UNESP, 2002.

D'OLIVEIRA, G. F. **Saberes enquadrados:** Histórias em quadrinhos e (re)construções identitárias. 199p. (Tese de Doutorado), USP, 2009.

D'ORAZIO, A. Little Things Mean a Lot: The Everyday Material of *Palestine*. In: WORDEN, D. (Org). **The comics of Joe Sacco** – Journalism in a visual world. Mississippi: University Press of Mississippi, 2015.

ECO, U. **Apocalípticos e Integrados.** São Paulo: Perspectiva, 2004, 6ª edição.

ESCOSTEGUY, A. C. Os estudos culturais. In: FRANÇA, V.V; HOHFELDT, A; MARTINO, L.C. **Teorias da Comunicação:** conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. Estudos culturais ingleses. In: CITELLI [et. al] (Org.). **Dicionário de comunicação:** escolas, teorias e autores. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Cartografia dos estudos culturais:** uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2010 (Ed. on-line).

EISNER, W. **Quadrinhos e arte sequencial:** princípios e práticas do lendário cartunista. São Paulo: WMF Martins, 2010.

_____. **Narrativas gráficas.** São Paulo: Devir, 2005.

EL-NIMR, S. Oral History and Palestinian Collective Memory. In: **Ethnicity and National Identity**, v. 21, n. 1, 1993.

FELDMAN, I. Refutando invisibilidade: documentação e memorialização em demandas de refugiados palestinos [2008]. In: SCHIOCCHET, L. (Org.). **Entre o Velho e o Novo Mundo:** a Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio. São Paulo: Chiado Editora, 2015.

FINKELSTEIN, N. G. **Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

FURLAN, C. HQ e os sindicatos norte-americanos. In: LUYTEN, S. B. **História em quadrinhos:** leitura crítica. São Paulo: Paulinas, 1989.

- GANCHO, C.V. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Ática, 2002.
- GARCÍA, S. **A novela gráfica**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOIDA; KLEINER, A. **Enciclopédia dos quadrinhos**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.
- GOMES, M. N. **Testemunho em Quadrinhos**: reflexões sobre a identidade palestina na obra de Joe Sacco. 128p. (Dissertação Mestrado), UFG, 2012.
- GRAVETT, P. **Graphic novel: everything you need to know**. New York: Collins, 2005.
- _____. **Mangá: como o Japão reinventou os quadrinhos**. São Paulo: Conrad, 2006.
- GROENSTEEN, T. **O sistema dos quadrinhos**. Nova Iguaçu, RJ: Marsupial Editora, 2015.
- HALLIDAY, F. Nationalism in the Arab World since 1945. In: BREUILLY, J (Ed.). **The Oxford Handbook of the History of Nationalism**. UK: Oxford University Press, 2016, p. 435-453.
- HALL, S. The work of representation. In: HALL, S; EVANS, J; NIXON, S. (Org.) **Representation**. California: SAGE, 2013.
- _____. The centrality of culture: notes on the cultural revolutions of our time. In.: THOMPSON, Kenneth (ed.). **Media and cultural regulation**. London, Thousand Oaks, New Delhi: The Open University; SAGE Publications, 1997. (Cap. 5). Tradução disponível [2005] em: <http://www2.fe.usp.br/~gpef/teses/agenda_2011_02.pdf>. Acessado em: 02/10/2015.
- _____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T da. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006a.
- _____. **Culture, community, nation**. London: Routledge (online), 2006b.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2013.
- HARB, Z.; MATAR, D. (Ed.). **Narrating conflict in Middle East: Discourse, Image and Communications Practices in Lebanon and Palestine**, 2013.
- HATFIELD, C. An art of tensions. In: HEER, J.; WORCESTER, K. (ED.). **A Comics Studies Reader**. New York: University of Mississippi, 2009.

HOBBSAWN, E. Introdução: a invenção das Tradições. In: HOBBSAWN, E.; TERENCE, R. **A invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p

JOHNSON, R. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, T. T da (Org.) **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

JÚNIOR, J. N. S. **Imagem, Narrativa e discurso da reportagem em quadrinhos de Joe Sacco**. Dissertação (Mestrado), 158p. UFSC, 2010.

KHALILI, L. **Heroes and Martyrs of Palestine: The politics of National Commemoration**. Cambridge University Press, 2007.

KHALIDI, R. **Palestinian Identity: the construction of modern national consciousness**. New York: Columbia University Press, 1997.

LACAPRA, D. **Historia en tránsito: experiencia, identidad, teoría crítica**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LADEIRA MOTA, C. M.; ALMEIDA, P.H.S. de. **Narrativas da identidade brasileira**. Brasília: Kiron, 2015.

LADEIRA MOTA, C.M. **Representações da Identidade Nacional na TV**. 331p. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2008.

_____. Jornalismo: discurso, narrativa e cultura. In: PEREIRA, F; MOURA, D; ADGHIRNI, Z. **Jornalismo e Sociedade – teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. A narrativa semiótica da imagem. In: In: MOTA, C. L; MOTTA, L.G; CAVALCANTI-CUNHA, M. J. (Orgs). **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012.

LEAL, B. S. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, B.S; CARVALHO, C. A de (Org.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico: de Rosseau à Internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LUYTEN, S. B. **Mangá: o poder dos quadrinhos japoneses**. São Paulo: Hedra, 2000.

MABILIA, A. **Viagem à palestina: prisão a céu aberto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARSHALL, M. **Joe Sacco**. New York: The Rosen Publishing Group, 2005.

MATTERLAT, A; NEVEU, É. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo:

Parábola Editorial, 2004.

McCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: MBooks, 2005.

MOHAMMED, Y. **O movimento nacional palestino e a luta por um Estado soberano**. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/979>>. Acessado em: 20 julho 2016.

MOTTA, L.G. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

_____. Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade? In: PEREIRA, F; MOURA, D; ADGHIRNI, Z. **Jornalismo e Sociedade – teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012.

MOTTA, L.G.; GUAZINA, L. O conflito como categoria estruturante da narrativa política – o caso do Jornal Nacional. In: **Brazilian Journalism Research** (Online), v. 6, p. 132-149, 2010.

MOYA, Álvaro de. **História das histórias em quadrinhos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MUANIS, F. O quadrinho documental e a tradução da cidade. In: **Revista 9ª Arte**, v. 2, São Paulo, 2013.

MUSALEM, D.; PORRAS, A. Os refugiados palestinos na Cisjordânia. In: SCHIOCCHET, L. (Org.). **Entre o Velho e o Novo Mundo: a Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio**. São Paulo: Chiado Editora, 2015.

MUSLIH, M.Y. **The origins of Palestinian Nationalism**. New York: Columbia University Press, 1988.

NASSER, S.H. Prefácio à edição brasileira. In: SAID, E. **A questão da Palestina**. São Paulo: UNESP, 2012.

NAKAZAWA, K. **Gen: pés descalços – uma história de Hiroshima**. [Tradução: Sofia Voltas]. São Paulo: Conrad, 2002.

NEAL, L. **The roots of the Israeli-Palestinian conflict: 1882-1914**. In: Honors Papers, n. 25, 1995.

NETO, L. S. Construção e afirmação da identidade nacional palestina: da consciência de nação à luta pelo Estado. In: **AEDOS – Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, 2010.

_____. Inventando nações: notas sobre os nacionalismos judaico e palestino durante

o Mandato Britânico (1917-1948). In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 172, 2015, p. 90-103.

NYBERG, A. K. **Seal of Approval: the History of the Comics Code**. University Presse of Mississippi, 1998.

_____. Palestine, wherein Joe Sacco becomes a comics journalist. In: DUNCAN, R; TAYLOR, M.R; STODDARD, D. **Creating comics as Journalism, Memoir & Nonfiction**. London: Routledge, 2016.

OLIVEIRA, A. P. S.; YURI, M. **Joe Sacco: Jornalismo literário em quadrinhos**. In: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1126-2.pdf>>. Acessado em: 8/09/2014.

OLIVEIRA, S. R de. **Graphic Novel**. 86p. (Dissertação Mestrado), UnB, 1991.

_____. Imaginário e narrativa. In: **Mídia e Imaginário**. São Paulo: Annablume, 2012.

PAES, C. F. A representação da memória em *Notas sobre Gaza*, de Joe Sacco. In: **2as Jornadas Internacionais de Histórias em Quadrinhos**. São Paulo: ECA – USP, 2013.

_____. **Tensões da narrativa e a questão da Palestina: um estudo a partir de “Notas sobre Gaza”**, de Joe Sacco, 196p. (Dissertação Mestrado), UFF, 2014.

PAES, A. B. P. **O muro dos outros e os outros do muro: alteridades e mundo árabe nas narrativas midiáticas**, 140p. (Dissertação Mestrado), UFF, 2012.

PAIM, A. M. **Análise de estratégias discursivas na narrativa de jornalismo em quadrinhos ‘Palestina: na Faixa de Gaza’, de Joe Sacco, 2007, 70p.** (Monografia). Centro de Ciências Sociais e Humanas, UFSM.

_____. Entrevista. In: PEDREIRA, V. **A transformação das histórias em quadrinhos em gênero jornalístico híbrido: o Jornalismo em quadrinhos (JHQ)**. (Monografia) 99p. Brasília: UnB, 2011.

PAPPE, I. **The One Palestine: Past, Present and Future Perspectives**, 2008. Disponível em: <<http://www.nobleworld.biz/images/Pappe.pdf>>. Acessado em: 10 outubro 2016.

_____. **A History of Modern Palestine: One land, two peoples**. New York: Cambridge University Press, 2004.

PEDREIRA, V. Narrativas de uma nação: representações da identidade palestina em Joe Sacco. In: **Ciberlegenda**, n. 34, p. 76-91, 2016.

PETERSEN-OVERTON, K. **Inventing the martyr: Martyrdom as Palestinian**

National Signifier, 2010. Disponível em:
<http://www.academia.edu/301405/Inventing_the_Martyr_Martyrdom_as_Palestinian_National_Signifier>. Acessado em: 10 novembro 2016.

PIMENTA, S; POOVAIAH. On defining Visual Narratives. In: **Design Thoughts**, 2010, p. 25-45.

PITCHER, L. M. “The Divine Impatience”: Ritual, Narrative, and Symbolization in the Practice of Martyrdom in Palestine. In: **Medical Anthropology Quarterly**, 1998, p. 8-30.

RAMOS, P; VERGUEIRO, W. **Muito além dos quadrinhos**: análise e reflexões sobre a 9ª arte. São Paulo: Devir, 2009.

RAMOS, P. **Revolução do gibi**: A nova cara dos quadrinhos no Brasil. São Paulo: Devir, 2012.

_____. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Jornalismo em quadrinhos ou jornalismo com quadrinhos?** In: VERGUEIRO, W; RAMOS, P; CHINEN, N (Orgs.). São Paulo: Criativo, 2016.

REIS, C.; LOPES, A. C. M. **Dicionário de Teoria da Narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

RESENDE, F. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: SILVA, G. et al...(Org). **Jornalismo contemporâneo**: figurações, impasses e perspectivas. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2011.

_____. Falar *para* as massas, falar *com* o outro: valores e desafios do jornalismo. In: FRANÇA, V.R.V.; CORRÊA, G. (Org). **Mídia, instituições e valores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RESENDE, F; ROSSIGNOLI; L. **O conflito Israel/Palestina como acontecimento jornalístico**: análises de narrativas do jornal Folha da Manhã (1936/1946). Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/leticia-textocompleto_2847.pdf>. Acessado em: 08/08/2015.

_____. O conflito Israel/Palestina como acontecimento jornalístico: análises de narrativas do jornal Folha da Manhã (1936/1946). In: **Galáxia** (São Paulo, *Online*), n. 30, p. 86-98, dez. 2015.

RIJKE, A.; TEEFFELEN, T. **To exist is to resist**: sumud, heroism, and the everyday, 2014. Disponível em: <<http://www.palestine-studies.org/jq/fulltext/165375>>. Acessado em: 2 novembro 2016.

ROSHWALD, A. Nationalism in the Middle East, 1876-1945. In: BREUILLY, J (Ed.). **The Oxford Handbook of the History of Nationalism**. UK: Oxford

University Press, 2016, p. 220-242.

ROUILLE, A **fotografia**: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Ed. SENAC, 2009.

SABIN, R. **Comics, Comix & Graphic Novels**: a History of Comic Art. New York: Phaidon, 1996.

SACCO, J. **Área de segurança Gorazde**: A Guerra na Bósnia Oriental, 1992-1995. São Paulo: Conrad, 2005.

_____. **Derrotista**. São Paulo: Conrad, 2006.

_____. **Notas sobre Gaza**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Palestina**: edição especial. São Paulo: Conrad, 2011.

_____. **War's End**: profiles from Bósnia 1995-96. Montreal: Drawn and Quarterly, 2005.

_____. **Uma História de Sarajevo**. São Paulo: Conrad, 2005.

_____. **The Great War**. London: W.W. Norton & Company, 2013.

_____. Introdução. In: Al-ALI, Naji. **Uma criança na Palestina** – os cartuns de Naji al-Ali. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **Reportagens**. São Paulo: Quadrinhos na Cia, 2016.

_____. **Journalism**. New York: Metropolitan Books, 2012.

_____. **Days of destruction, Days of Revolt**. New York: Nation books, 2012.

SAID, E. **A questão da Palestina**. São Paulo: UNESP, 2012.

_____. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Homenagem a Joe Sacco. In: **Palestina**: edição especial. São Paulo: Conrad, 2011.

_____. Permission to narrate. In: **Journal of Palestine Studies**, vol. 13, nº 3, 1984, p. 27-48.

_____. **After the Last Sky**: Palestinian lives. New York: Columbia University Press, 1999.

SANTAELLA, L. **Por que as comunicações e as artes estão convergindo?** São

Paulo: Paulus, 2005.

SANTIAGO, S. O narrador pós-moderno. In: SANTIAGO, S. **Nas malhas da letra: ensaios**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, R. E. **Para reler os quadrinhos Disney**. São Paulo: Paulinas, 2002.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

SARDAR, Z; VAN LOON, B. **Cultural Studies for beginners**. Australia: Allen & Unwin, 1997.

SAYEGH, R. **Palestinian refugee identity/ies: generation, class, region**. In: Birzeit University, 2011.

SAYIGH, R. Fazendo palestinos desaparecer: Um projeto colonialista. In: SCHIOCCHET, L. (Org.). **Entre o Velho e o Novo Mundo: a Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio**. São Paulo: Chiado Editora, 2015.

_____. **The Palestinians: from peasants to revolutionaries**. New York: Zed Books, 2007.

SCHERR, R. Joe Sacco's Comics of Performance. In: WORDEN, D. (Org.). **The comics of Joe Sacco – Journalism in a visual world**. Mississippi: University Press of Mississippi, 2015, p. 184-200.

SCHIOCCHET, L. Por uma Antropologia Assimétrica da Palestina. In: SCHIOCCHET, L. (Org.). **Entre o Velho e o Novo Mundo: a Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio**. São Paulo: Chiado Editora, 2015.

_____. **Palestinian Sumud: Steadfastness, Ritual and Time Among Palestinian Refugees**. Birzeit University, 2011.

_____. **Palestinação: Resistência, Tempo e Ritual no campo de refugiados palestinos Al-Jalil, Líbano**. In: Antropolítica, n. 35, p. 77-99, 2013.

SILVA, T. T da (Org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T da. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SILVA, N. M. da. Elementos para a análise das Histórias em Quadrinhos. In: XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, **Anais...** Campo Grande, MS, 2001.

SILVA, G. O imaginário, o sensível e o jornalismo. In: **Mídia e Imaginário**. São Paulo: Annablume, 2012.

SONTAG, S. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, J. N de. **Análise da obra “Palestina” de Joe Sacco sob a ótica de estudos culturais**. 93p. (Monografia), UTFP, 2015.

SOURI, H. T. The Necessary Politics of Palestinian Cultural Studies. In: SABRY, T. (Ed.). **Arab Cultural Studies: Mapping the Field**. Disponível em: <http://www.academia.edu/1139504/The_Necessary_Politics_of_Palestinian_Cultural_Studies>. Acessado em: 10 dezembro 2015.

_____. **Colored Identity: the Politics and Materiality of ID Cards in Palestine/Israe**, 2011. Disponível em: <http://www.academia.edu/661856/Colored_Identity_The_Politics_and_Materiality_of_ID_Cards_in_Palestine_Israel>. Acessado em: 10 dezembro 2015.

_____. **Uneven borders, coloured (im)mobilities: ID cards in Palestine/Israel**, 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/1193024/Uneven_Borders_Coloured_Im_mobilities_ID_Cards_in_Palestine_Israel>. Acessado em: 10 dezembro 2015.

_____. **New Palestinian centers: an ethnography of the ‘checkpoint economy’**, 2009. Disponível em: <http://www.academia.edu/337076/New_Palestinian_Centers_An_Ethnography_of_t_he_checkpoint_economy>. Acessado em: 10 dezembro 2015.

_____. **Qalandia chekpoint as space and nonplace**, 2011. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1206331210389260>>. Acessado em: 11 abril 2016.

_____. **Towards a Palestinian Cultural Studies**, 2009. Disponível em: <<https://steinhardt.nyu.edu/scmsAdmin/uploads/006/278/TawilSouri-mjcc2-2-editorial.pdf>>. Acessado em: 11 abril 2016.

SPIEGELMAN, A. **Maus – história completa**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VALLE, F. P. **O boom do jornalismo em quadrinhos: a reivindicação do estatuto jornalístico nas histórias em quadrinhos de Joe Sacco**. 134p. (Dissertação de Mestrado), UFMG, 2010.

_____. A função do autor nas reportagens de Joe Sacco. In: LEAL, B. S; CARVALHO, C. A de (Orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013.

_____. Fragmentos do Real: o realismo no jornalismo em quadrinhos. In: **I Colóquio Comunicação Midiática – Instituições, Valores, Culturas**, UFMG, 2008.

VERGUEIRO, W. De marginais a integrados: o processo de legitimação intelectual dos quadrinhos. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011.

VERGUEIRO, W; SANTOS, R. E. dos (Orgs.). **A linguagem dos quadrinhos – estudos de estética, linguística e semiótica**. São Paulo: Criativo, 2015.

VERSACI, R. **This book contains graphic language – comics as literature**. London: Continuum, 2007.

VICENZI, R. A. N. **Nacionalismo árabe: apogeu e declínio**. 227p. (Tese de Doutorado), USP, 2006.

WITEK, J. **Comic books as History: the narrative art of Jack Jackson, Art Spiegelman and Harvey Pekar**. University of Mississippi, 1989.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T da. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

WORDEN, D. (Org). **The comics of Joe Sacco – Journalism in a visual world**. Mississippi: University Press of Mississippi, 2015.